



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE
CAMPUS RIO BRANCO

NICK ANDREW PEREIRA UGALDE

**USO DE METODOLOGIAS ATIVAS E RECURSOS EDUCACIONAIS NO ENSINO
JURÍDICO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Rio Branco

2020



NICK ANDREW PEREIRA UGALDE

USO DE METODOLOGIAS ATIVAS E RECURSOS EDUCACIONAIS NO ENSINO JURÍDICO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, *Campus* Rio Branco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica – EPT.

Orientador: Prof. Dr. João Ricardo Avelino Leão

Coorientador: Prof. Dr. Cleilton Sampaio de Farias

Rio Branco

2020

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

U26 Ugalde, Nick Andrew Pereira
Uso de metodologias ativas e recursos educacionais no ensino jurídico na educação profissional e tecnológica. / Nick Andrew Pereira Ugalde. – Rio Branco, 2020.
85 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC. *Campus* Rio Branco, 2020.
ISBN 978-65-00-13113-0
Orientador: Prof. Dr. João Ricardo Avelino Leão
Coorientador: Prof. Dr. Cleilton Sampaio de Farias

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Ensino jurídico. 3. Metodologia inovadora. I. - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - *Campus* Rio Branco. II. Título

CDD 373.246

BIBLIOTECÁRIO JOSÉ DE A. F. DE OLIVEIRA CRB-11/100

NICK ANDREW PEREIRA UGALDE

**USO DE METODOLOGIAS ATIVAS E RECURSOS EDUCACIONAIS NO ENSINO
JURÍDICO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, *Campus* Rio Branco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica – EPT.

Aprovada em: 27/08/2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. João Ricardo Avelino Leão
Doutor em Ciências de Florestas Tropicais
IFAC

Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Doutor em Ciências/Biologia Celular e Molecular
IFAC

Prof. Dr. Francisco Raimundo Alves Neto
Doutor em Educação
UFAC

NICK ANDREW PEREIRA UGALDE

**INOVANDO NO ENSINO JURÍDICO:
METODOLOGIAS ATIVAS E RECURSOS EDUCACIONAIS**

Produto educacional apresentado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, *Campus* Rio Branco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica – EPT.

Validado em: 27/08/2020.

BANCA VALIDADORA:

Prof. Dr. João Ricardo Avelino Leão
Doutor em Ciências de Florestas Tropicais
IFAC

Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Doutor em Ciências/Biologia Celular e Molecular
IFAC

Prof. Dr. Francisco Raimundo Alves Neto
Doutor em Educação
UFAC

Dedico este trabalho a meu pai, Roberto Miguel (*in memoriam*), fiel guardião do meu direito à educação, mesmo que às custas de seu trabalho e até sofrimento diário para manter um lar e sua família em cenário de tanta escassez. Meu amor e respeito pelo senhor, PAI!

À minha mãe, Cecília, que não mediu esforços para que eu alcançasse os resultados até aqui conquistados, e acompanhou-me como colega neste curso, que já configura a trilogia graduação, especialização e mestrado. O amor e admiração são sinceros e tamanhos!

Aos meus irmãos, Mellyssa, Daniel, Roberto Júnior, Marlla e Stella, que cada dia são mais compreensivos comigo e ajudam a persistir e ser melhor, além de terem presenteado minha vida com tantos sobrinhos e sobrinhas amorosos, a quem também dedico essa suada conquista.

A meus avós, com especial menção ao vô Francisco Vitoriano e à *abuelita Mama Lala*, as recordações serão sempre repletas de muito carinho, ainda que um eu só tenha conhecido por minha mãe, tios e avó.

Aos demais familiares, especialmente tios, que são meus outros pais, logo, são grandes presentes em minha vida, seguidos de meus primos, respectivos filhos, parentes por afinidade e aos poucos amigos que consegui ter nesta vida.

Por fim, mas nem menos importante, à educação e aos educadores, na certeza de que, mesmo tendo consciência dos muitos e persistentes erros, percebo tanta luta, boa vontade e anseio por melhorias nas vidas das pessoas que nos brindam com momentos de discussões e aprendizados, os quais seguem para a vida inteira!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, sem o qual eu realmente acredito que nada seria, e a meus familiares, que apoiaram e torceram pela conclusão deste curso, considerando as questões pessoais e de trabalho que dificultavam tanto a continuidade nesse caminho...

Às instituições que, de algum modo, apoiaram cursar as disciplinas e executar o projeto da pesquisa, mormente Instituto Federal do Acre (Ifac) e Controladoria-Geral da União (CGU), com todos os servidores envolvidos nas colaborações, pois, quaisquer que tenham sido, ajudaram a prosseguir.

Agradecimento mais que especial a meu orientador, prof. João Ricardo, e meu coorientador, prof. Cleilton, pois não teria ocorrido desse modo sem eles, e, por certo, agiram de modo destacado no estímulo, na superação de obstáculos, na proposição dos ajustes e no diálogo sincero sobre as questões que surgiram.

À Coordenação Técnico-Pedagógica (Cotep) do Campus Rio Branco, com especial menção a Raimara, Socorro e Vanessa, com quem eu compartilhei as angústias, as incertezas e das quais peguei livros emprestados que até hoje não sei onde estão (risos)... Seguramente há a colaboração de muitos servidores do Ifac nesta conquista, que espero converter em ganhos institucionais também, bem como de uma docente chamada Simone Gontijo (IFB), que, além da competência técnica, foi demasiado humana na ajuda que eu tanto precisava (sou muito grato, de verdade!).

À Coordenação do ProfEPT, representada por professora Josina, e seu corpo docente, em especial ao professor Ricardo Pereira, pois os esforços para trazer e manter este curso são grandiosos e colaboram para o ideal de que a Rede Federal realmente revolucione o ambiente em que situada.

Encerro com agradecimento também especial a queridos colegas das turmas de 2018 e 2019, bem como dos grupos locais e nacional do ProfEPT, todos os materiais e diálogos foram valiosos para a pesquisa e criação do produto!

Existe nas escolas uma multiplicidade de vozes, de corpos e movimentos. Movimentos e corpos que se apresentam de forma diferenciada nas posturas de professores e alunos. Sem precisar dizer, é possível saber pela “fala” do corpo a identidade de seu dono e sua posição no contexto educativo: os que “ensinam” e o que “aprendem”.

Estes últimos, crianças e jovens em geral, possuem hábitos, atitudes e comportamentos que revelam uma nova cultura, em muitos casos ignorada (em alguns casos, rejeitada) pela escola.

[...]

Grudado em seu *walkman*, permanentemente ligado ao ouvido, o jovem se apresenta para ação na escola com desânimo e indiferença. A distância comunicacional entre gerações da era digital e a cultura escolar tradicional é ampliada pela linguagem corporal, pelo visual e pelo acesso e uso das tecnologias de comunicação. Eles, os alunos, não são contra a escola. Eles não querem estudar, mas querem muito aprender (KENSKI, 2012, p. 56).

UGALDE, Nick Andrew Pereira. **Uso de Metodologias Ativas e Recursos Educacionais no Ensino Jurídico na Educação Profissional e Tecnológica**. 2020. 85 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Científica e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Científica e Tecnológica, Rio Branco, AC, 2020.

RESUMO

O trabalho teve por objetivo avaliar a contribuição de metodologias ativas e recursos de tecnologia da informação e comunicação (TICs) para a aprendizagem significativa de conteúdos jurídicos estudados no âmbito do ensino de Direito Tributário na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Rede Federal), com a elaboração de sequências didáticas (SD) para a disciplina Direito Empresarial e Tributário do Curso Técnico Subsequente em Administração do Campus Rio Branco, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac). Composto por três artigos, apresenta estudo de revisão bibliográfica e organização de referencial teórico sobre a educação na perspectiva omnilateral e de formação integrada com a conjugação dos eixos da vida humana de trabalho, ciência, educação e cultura, perpassando pela identificação de trabalhos de magistério jurídico na Rede Federal e destacando as aplicações de metodologias ativas nos processos de ensino-aprendizagem, de modo a garantir níveis de aprendizagem em percentuais mais elevados, conforme mensuração estabelecida no Cone da Experiência de Dale. O método de pesquisa seguiu abordagem predominantemente qualitativa e o desenvolvimento, aplicação e avaliação do produto seguiram etapas do procedimento de pesquisa descritas por Quivy e Campenhoudt (2005), com busca de ambientes virtuais, ferramentas e recursos que contribuíssem para os processos, a exemplo de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem, fóruns, grupos de acompanhamento, *quizzes*, apresentações interativas e formulários de pesquisa e coleta de dados sobre conhecimentos prévios e técnicos, bem como avaliações de percepção e reação às aulas ministradas com o uso de TICs e metodologias ativas. Resultados iniciais de pesquisa em etapa exploratória apontaram para dificuldades de estudantes relacionadas à complexidade de conteúdos de disciplinas jurídicas, desconhecimento de vocábulos ou termos jurídicos e incompatibilidade de metodologia tradicional com o efetivo aprendido, acarretando resultados ruins em avaliações dos ciclos bimestrais, não obstante o nível de retenção não tenha superado o percentual de 20%. A pesquisa bibliográfica sobre principais metodologias ativas utilizadas no magistério jurídico apresentou ganhos com o uso de sala de aula invertida, ensino sob medida, método socrático, clínica de direitos e, em especial, com o gênero de estudos com casos e aplicação da aprendizagem baseada em problemas (ABP). Também foi evidenciado o uso de sequências didáticas enquanto produto vinculado à melhoria de processos de ensino-aprendizagem, seja dentre os itens do repositório da plataforma EduCapes ou do Observatório do ProfEPT. Nesse sentido, o produto gerado apresenta SDs com empregos adaptados de sala de aula invertida, gamificação, estudos com casos e instrução pelos pares.

Palavras-chave: Metodologias Inovadoras. Magistério Jurídico. Produto Educacional. Ensino Básico.

UGALDE, Nick Andrew Pereira. **Use of Active Methodologies and Educational Resources in Teaching Law in Professional and Technological Education.** 2020. 85 p. Dissertation (Professional Master in Science and Technology Education – ProfEPT) - Federal Institute of Education, Science and Technology, Rio Branco, AC, 2020.

ABSTRACT

The objective of this work was to evaluate the contribution of active methodologies and information and communication technology resources (ICTs) to the meaningful learning of legal contents studied in the context of the teaching of Tax Law in the Federal Network of Professional and Technological Education (Federal Network), with the elaboration of didactic sequences (SD) for the discipline Corporate and Tax Law of the Subsequent Technical Course in Administration at Campus Rio Branco, from the Federal Institute of Education, Science and Technology of Acre (Ifac). Composed of three articles, it presents a study of bibliographic review and organization of theoretical framework on education in an omnilateral perspective and integrated training with the combination of the human life axes of work, science, education and culture, going through the identification of legal teaching works in the Federal Network and highlighting the applications of active methodologies in the teaching-learning processes, in order to guarantee higher levels of learning, as measured in the Dale Experience Cone. The research method followed a predominantly qualitative approach and the development, application and evaluation of the product followed stages of the research procedure described by Quivy and Campenhout (2005), with the search for virtual environments, tools and resources that contribute to the processes, such as virtual teaching-learning environments, forums, monitoring groups, quizzes, interactive presentations and research forms and data collection on prior and technical knowledge, as well as assessments of perception and reaction to classes taught using ICTs and active methodologies. Initial research results in an exploratory stage pointed to students' difficulties related to the complexity of content in legal disciplines, ignorance of words or legal terms and incompatibility of traditional methodology with effective learning, resulting in poor results in evaluations of bimonthly cycles, despite the level retention rate has not exceeded the percentage of 20%. The bibliographic research on the main active methodologies used in the legal teaching profession showed gains with the use of flipped classroom, just-in-time teaching, Socratic method, rights clinic and, in particular, with the genre of case studies and application of problem-based learning (PBL). It was also evidenced the use of didactic sequences as a product linked to the improvement of teaching-learning processes, either among the items in the EduCapes platform repository or the ProfEPT Observatory. In this sense, the product generated presents SDs with jobs adapted from flipped classroom, gamification, case studies and peer instruction.

Keywords: Innovative Methodologies. Teaching Law. Educational Product. Basic Education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PERSPECTIVAS PARA O ENSINO JURÍDICO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COM USO DE METODOLOGIAS ATIVAS	16
2.1	INTRODUÇÃO	16
2.2	METODOLOGIA.....	17
2.3	RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
2.4	CONCLUSÃO.....	20
	REFERÊNCIAS	21
3	PRÁTICAS EDUCATIVAS E METODOLOGIAS INOVADORAS PARA UMA EDUCAÇÃO JURÍDICA NO ÂMBITO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	22
3.1	INTRODUÇÃO	23
3.2	REFERENCIAL TEÓRICO	25
3.2.1	Perspectiva de ensino na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	25
3.3	METODOLOGIA.....	30
3.4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
3.4.1	Educação jurídica na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	32
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERÊNCIAS	37
4	ENSINO JURÍDICO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: EXPERIÊNCIA COM PRODUTO EDUCACIONAL	40
4.1	INTRODUÇÃO	40

4.2	REFERENCIAL TEÓRICO	41
4.3	PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS	46
4.4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
4.4.1	Dificuldades com o ensino jurídico na educação profissional e tecnológica	50
4.4.2	Aplicação de metodologias ativas no ensino jurídico na educação profissional e tecnológica	55
4.4.3	Sequência didática para o ensino jurídico na educação profissional e tecnológica	65
4.4.4	Uma proposta de produto educacional para disciplinas jurídicas na EPT.....	68
4.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
	REFERÊNCIAS	71
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
6	APÊNDICE A – PLANO DE CURSO.....	80
7	APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL.....	83

1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação trata do desenvolvimento de conteúdos de Direito com base em metodologias ou recursos didáticos que impliquem em maior participação, consideração de contextos, construção colaborativa e produção de significado para o sujeito cognoscente, qual seja, o aluno, tendo como público de desenvolvimento de atividades estudantes de disciplinas jurídicas, especialmente Direito Empresarial e Tributário e Legislação Empresarial, estas últimas ministradas nos Cursos Técnicos Subsequentes em Administração e em Serviços Jurídicos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac), Campus Rio Branco (CRB).

A problematização girou em torno da dificuldade de ensinar e aprender conteúdos jurídicos objeto de disciplinas de Direito do IFAC (ou relevantes/conexos com a área ou áreas de ciências sociais aplicadas), consoante levantamentos de desempenhos de estudantes em disciplinas e da aplicação de questionários com os mesmos, especialmente no período de 2017 a 2019.

Neste cenário, impôs-se a seguinte questão norteadora: Em que medida metodologias ativas e recursos a elas relacionadas contribuem para a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem vinculados às disciplinas, tópicos ou conteúdos jurídicos?

Além das referências fundantes da base conceitual da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) prestada pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, selecionada a partir da oferta das disciplinas obrigatórias e eletivas, o percurso investigativo incluiu revisão de literaturas que abrangessem maior autonomia do estudante no processo de construção da aprendizagem, visão docente histórica e crítico-reflexiva sobre os processos, bem como de vinculação de teoria e prática, e alinhamento entre ensino, pesquisa e extensão.

Foram acrescentados ao cenário reportado as manifestações de estudantes que informavam acerca do grau de dificuldade e abstração de conteúdos jurídicos, especialmente quando trabalhados em cursos não jurídicos (ou na perspectiva da educação profissional técnica de nível médio), ao que despontou a crítica em especial em relação à linguagem técnica diferenciada, muito embora a existência de termos e vocábulos técnicos seja inerente a qualquer ciência, em especial por

promoverem categorizações e aproximações ou distanciamentos com base nas características dos seres, fenômenos ou institutos.

O problema, então, também guardou relação direta com o domínio da linguagem, e das construções sintáticas e semânticas, demonstrando o árduo caminho a ser percorrido pelo docente na tentativa de auxiliar os alunos a dominarem conteúdos que, inequivocamente, são relevantes para suas áreas de formação, uma vez que selecionados quando da elaboração de projetos político-pedagógicos por equipes técnicas e seguindo referenciais do Ministério da Educação.

Ademais, ainda que não detentor de complexas competências relacionadas ao uso da língua, mormente sua variável padrão ou norma culta, o discente domina um ambiente permeado por tecnologias, as quais devem ser apropriadas pelo docente para o alcance de seu mister, situação que justificou a adoção de perspectivas e do ferramental do ensino híbrido tratado por Moran (2018), bem como metodologias ativas.

Superando perspectivas simplistas como a educação bancária devidamente caracterizada por Paulo Freire (2018), atos de fazer e ensinar pressupõem empregos de metodologias que preparem os indivíduos para tais ações, o que adquire caráter mais dificultoso diante de realidades enfrentadas no cotidiano de sala de aula, em que alunos apresentam défices de formação/aprendizagem, bem como estão mais adaptados a contextos educacionais eminentemente reprodutivistas.

Em complemento, há que se mencionar a constatação de problemas de formação docente, objeto de reiterados estudos e, sem dúvida, também um dos fundamentos da construção do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), cuja execução ocorre no âmbito dos Institutos Federais (os quais trabalham com a educação profissional científica e tecnológica), consistindo em elemento mediato da justificativa, sem o qual não se alcança o objetivo real da melhoria do ato de apreensão das realidades e de formação crítico-reflexiva do conhecimento (LEISTER; TREVISAM, 2013; ALMEIDA; SOUZA; CAMARGO, 2013; IFRN, 2016).

Nesse sentido, o trabalho justificou-se por diversos fatores, dentre eles:

i) alegada complexidade de conteúdos (conforme quadros de consolidação de respostas de estudantes em questionários aplicados em sala de aula constantes dos resultados), os quais, em termos de proximidade, encontram-se, mais das vezes, distantes do cotidiano do sujeito que estuda, implicando em abstrações de ideias e padrões politicamente escolhidos para condutas sociais;

ii) emprego de linguagem escrita e falada em parte distante também da realidade da fala coloquial dominada pela maioria dos discentes (verificado em respostas a questionários aplicados em sala), com possíveis impactos em níveis desejáveis de assimilação;

iii) reiteração de notas ruins em diversas turmas e realização de atividades de recuperação e exames finais nas disciplinas jurídicas, ensejando a atuação conjunta de docente e equipe gestora de ensino (pedagogos, coordenadores de curso, etc.);

iv) risco de evasão do discente que não consegue superar os obstáculos identificados; ou

v) possibilidade real de aprovação sem efetivo aproveitamento de conteúdos tomados por relevantes em sua formação.

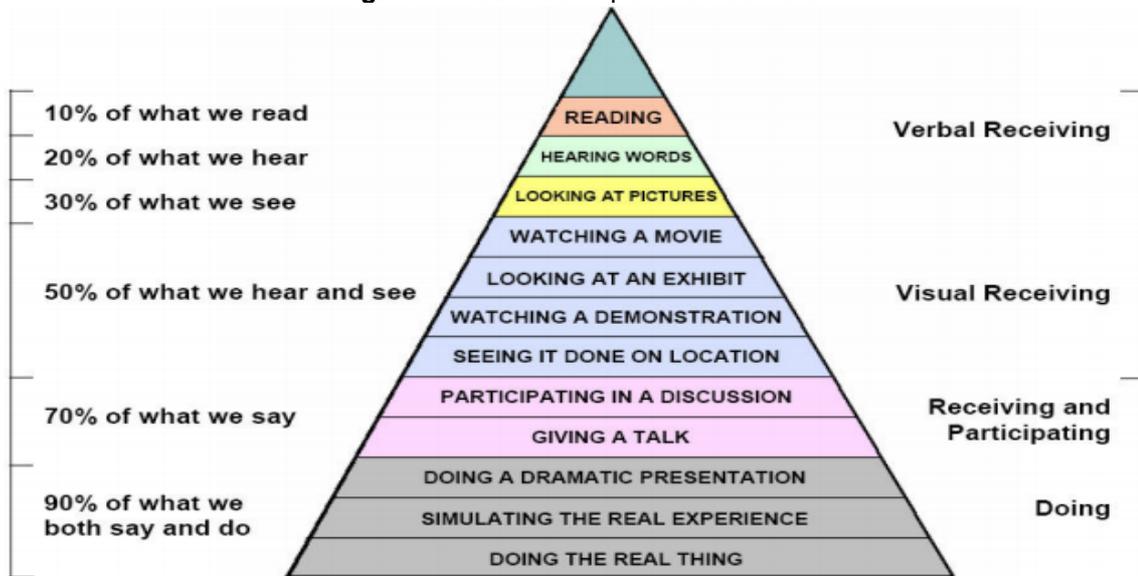
Por se tratar de um problema associado à prática docente, e visando ao cumprimento do fim social da educação, numa perspectiva vinculada à teoria histórica e crítico-reflexiva (SAVIANI, 1989), conjugada com a teoria cognitivista da aprendizagem significativa (MOREIRA; MASINI, 2001), o experimento pode ser melhor executado por meio da construção de sequências didáticas, conforme detalhadas por Zabala (1998), com adaptações e considerações relacionadas à avaliação com base em Freitas et al (2009).

Logo, em decorrência da problemática, sua justificativa e de escolha teórica realizada, o objetivo geral consistiu em avaliar as contribuições de metodologias ativas e recursos de tecnologia da informação e comunicação (TICs) para a aprendizagem significativa de conteúdos jurídicos, com objetivos específicos que permearam o mapeamento de desempenhos de estudantes em disciplinas da área objeto de investigação, bem como as metodologias ativas usadas fora e dentro da EPT, em comparação com produtos educacionais desenvolvidos no âmbito do ProfEPT e suas metodologias.

A execução, então, ocorreu com o emprego de recursos diversificados por meio de metodologias ativas, tendentes a atingirem diferentes níveis de retenção de

informações e construção de aprendizagem, a princípio tomando como base o Cone da Experiência de Dale (1969 *apud* MOLEND, 2003), em que os maiores percentuais de aprendizagem estão diretamente associados às ações de fazer ou ensinar, conforme figura a seguir:

Figura 1 – Cone da Experiência de Dale



Edgar Dale, *Audio-Visual Methods in Teaching* (3rd Edition). Holt, Rinehart, and Winston (1969).

Fonte: obtido de Molenda (2003), a partir de Ferramenta Caputura de Tela, do *Windows*.

Portanto, o produto educacional consistiu na construção de sequências didáticas com abordagens de metodologias ativas para tópicos de disciplinas jurídicas, com exemplificação nos conteúdos de Direito Tributário, com emprego de recursos audiovisuais e de tecnologias da informação e comunicação (TICs) que atraíam mais o discente para ver, ouvir, refletir e criar, já elevando seu grau de conhecimento na aludida classificação de Dale (1969 *apud* MOLEND, 2003), antes citada, e estimulando a motivação para o aprendizado significativo tratado por Ausubel, Novak e Hanesian (1980).

Em sua estrutura, o trabalho é composto por uma trilogia de artigos que permitiram o cumprimento de objetivos específicos da pesquisa de mestrado sobre o ensino de conteúdos jurídicos, desde o mapeamento de cenários do magistério jurídico em cursos de Direito, até a educação jurídica prestada pela Rede Federal e a proposta de sequências que agregam aspectos teóricos e práticos das teorias e metodologias revisadas e selecionadas para o trabalho.

O capítulo inicial traz o mapeamento das metodologias ativas empregadas nos cursos superiores de Direito, identificadas em trabalhos acadêmicos e a partir de

casos concretos, logo, estudos que detalharam suas aplicações, apresentaram, discutiram e analisaram os resultados em termos de ganhos e possibilidades, tal trabalho teve publicação da edição do Congresso de Ciência e Tecnologia do Ifac de 2019.

Em seguida, o capítulo intermediário trata educação no seio da Rede Federal, trazendo, antes, a discussão sobre suas bases teóricas e questões da formação para uma classe e numa perspectiva totalizante, da escola unitária ou de uma educação integral. Os objetivos prosseguem com as revisões de pesquisas e produtos sobre educação jurídica que foram desenvolvidos por mestrados do ProfEPT, o que retrata suas preocupações em termos de problemas de partida, metodologias e avaliações de resultados.

Diante do cenário de caracterização do magistério jurídico fora e dentro da Rede Federal, coube ao terceiro e último artigo o cumprimento de objetivos de aplicabilidade a um ambiente, o das disciplinas e conteúdos do Ifac, com caracterização de cenários de desempenhos, estruturação de conteúdos e proposição de um produto educacional capaz de fazer frente a alguns dos diversos desafios para uma formação politécnica.

Todas as seções trazem as respectivas discussões de resultados, ao que seção considerações finais apresenta as conclusões gerais da pesquisa de mestrado, com retomadas sobre seus objetivos, alcances, limitações e sugestões para novas perspectivas, inclusive demandas de complementação desta surgidas a partir da autocrítica do trabalho.

2 PERSPECTIVAS PARA O ENSINO JURÍDICO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COM USO DE METODOLOGIAS ATIVAS¹

Resumo

O trabalho busca alternativas, perspectivas e procedimentos para o ensino de tópicos do Direito em cursos não jurídicos e dentro da educação tecnológica e profissionalizante ofertada pela Rede Federal, considerando questões como as dificuldades de compreensão por públicos de diferentes áreas e níveis, bem como trajetórias pessoais bastante peculiares, que justificam a adoção de percursos formativos também mais condizentes com as aludidas heterogeneidades. Para além dos motivos citados, que justificam a proposta, há a necessidade de agregação de itens de teorias que concebem o ensino em perspectiva ampliada, sob ideias de integralidade, historicidade e formação crítico-reflexiva que permita atuar no mundo do trabalho, bem como que permitam aplicar conhecimentos de teorias didáticas das intituladas metodologias ativas, focadas em novas abordagens e concepções de ambientes/espços educacionais e dos sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Destarte, os objetivos consistem na caracterização do ensino jurídico e suas execuções com uso de metodologias ativas, bem como na proposta de desenvolvimento de sequências exemplificativas do uso das teorias e procedimentos elencados na justificativa, de modo a problematizar o processo e possibilitar maior participação e aproveitamento pelo discente. A pesquisa é de natureza qualitativa, com predominância do método indutivo e uso de procedimentos de pesquisa documental e bibliográfica, e possibilidade de pesquisa participante na produção e validação das sequências didáticas. Os resultados esperados consistem no mapeamento do atual estágio do ensino para a área e na melhoria do processo educacional e adoção de ferramentas e estratégias que possibilitem aprendizagem significativa.

Palavras-chave: Aprendizagem Significativa; Educação Jurídica; Produto educacional.

2.1 INTRODUÇÃO

O magistério jurídico apresenta desafios comuns a todos os tipos de ensino, quaisquer que sejam as áreas, o que tem relação com a ainda almejada melhoria da qualidade da educação básica brasileira, ou está relacionado com o ainda existente descompasso de gerações e falta de adaptação dos espaços formais de ensino ao demandado pela geração Z (Amaral e Rocha, 2019); e possui outros que são pontuais para a área, indo desde a ainda persistente latinização da doutrina

¹ Trabalho publicado e apresentado no IV Congresso de Ciência e Tecnologia do Ifac – Tecnologia disruptiva em 22 de novembro de 2019. Disponível em: <https://portal.ifac.edu.br/outros3/send/144-dsaes/3123-anais-iv-conct-v52020.html>.

(algumas vezes decorrente da inexistência de termo apropriado no vernáculo), perpassando pela abundância de termos técnicos (nem sempre superada pelo iniciante no estudo da área), seguindo pela necessária compreensão de conceitos abstratos e internalização de ficções jurídicas que nem sempre podem ser facilmente demonstradas no mundo dos fatos (numa lógica do Direito enquanto dever-ser e não ciência do ser), culminando na dificuldade de estudo e compreensão da norma jurídica, especialmente aquela expressa por meio de leis e da jurisprudência (ao que se desenvolve uma subárea destinada ao trabalho interpretativo do Direito – a hermenêutica jurídica) (ALMEIDA, CAMARGO, SOUZA, 2013; FERRAZ JÚNIOR, 2016).

Nesse sentido, o trabalho docente no Instituto Federal do Acre (IFAC) agrega ainda mais questões, dada sua estrutura multicampi, multinível e as dificuldades enfrentadas na Região Norte para o desenvolvimento e oferta de uma educação realmente de qualidade, razão pela qual se promove a reflexão e são trabalhadas as questões da presente pesquisa, tendo por objetivos a melhoria do processo, com vistas ao alcance de aprendizagem significativa, em que parte dos objetivos específicos consistirá no levantamento de metodologias empregadas para o ensino jurídico (AMARAL E ROCHA, 2019; MASETTO, ZUKOWSKY-TAVARES E WILD, 2014; MATOS E PEREIRA JÚNIOR, 2019; e MELO, 2018) e em produção de sequências didáticas que apliquem metodologias ativas (MORÁN, 2015; CARVALHO E LAMAS, 2019) e uma abordagem prático-experimental com inspiração em Paulo Freire (1996) e David Ausubel (1980).

Nesses autores, e corroborando com os objetivos do trabalho, sobressaem questões como a problematização do processo e na forma de ensinar, conduzindo a raciocínios complexos, ampliados e que confirmam protagonismo ao sujeito cognoscente, bem como tornem o espaço da sala de aula mais útil, aplicável e, por conseguinte, motivador e interessante.

2.2 METODOLOGIA

Para o cumprimento de objetivos de mapeamento do estágio do magistério jurídico, utilizou-se abordagem qualitativa e procedimento de pesquisa bibliográfica e documental, esta última para produto educacional identificado e dentro da

perspectiva de educação tecnológica e profissionalizante, seguindo o modelo estabelecido para Rede Federal, formada em maior número por Institutos Federais. Já as análises seguiram o método indutivo.

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As buscas na Plataforma Sucupira² retornaram com publicações acadêmicas que atendiam aos descritores de buscas relacionados com ensino jurídico com metodologias ativas, de modo que quatro trabalhos, todos artigos científicos, foram analisados, identificando-se as metodologias empregadas e os resultados ou ganhos obtidos pelas respectivas instituições, consoante demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Metodologias ativas usadas no ensino jurídico

Amaral, Rocha (2019)	
Faculdades Integradas de Ponta Porã/MS e Faculdades Magsul - FIP/FAMAG	
Metodologias usadas: <i>Peer-instruccion; Just-in-Time Teaching; Flipped Classroom</i>	
Estruturação	Resultados/Ganhos
<p><i>Peer-instruccion:</i> i) exposição dialogada; ii) questão conceitual; iii) votação; iv) ação com base no resultado; v) explanação. <i>Just-in-Time Teaching:</i> i) exercício de aquecimento (<i>WarmUp exercise</i>); ii) discussão em sala de aula sobre a tarefa de leitura; iii) atividade pós-tarefa de leitura e discussão em sala de aula. <i>Flipped Classroom:</i> i) proposição de tema/assunto; ii) caracterização do problema; iii) sintetização, análise e resolução do problema ou da situação; iv) retorno sobre a atividade.</p>	<p>i) receptividade e entusiasmo nos alunos (houve preparação para a implantação); ii) melhores notas no primeiro ciclo de avaliações, especialmente nas disciplinas direito internacional e estudo de língua portuguesa nas modalidades escrita e falada; iii) aproveitamento de características da Geração Z, de interação social e rápida comunicação; iv) formação para a resolução de questões ou problemas (habilidades e competências); v) mesclagens de métodos, adaptações, usos por estruturas, situações, público ou conteúdos.</p>
(Continua na próxima página.)	

² Importante ferramenta gerencial sobre cursos, revistas e todos os demais itens relevantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro. Maiores informações em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>.

(Continuação.)	
Matos, Pereira Júnior (2018)	
Faculdade Paraíso do Ceará (Direito)	
Metodologias usadas: Clínica de Direito; Debate; Diálogo Socrático; Método Caso; <i>Problem-Based Learning</i> ; <i>Role-Play</i> ; Seminário	
Estruturação	Resultados/Ganhos
<p>Clínica de Direito: i) cliente traz conflito jurídico real; ii) tratamento pelos grupos; iii) supervisão pelo professor; iv) proposta de solução. Debate: i) proposta do tema - problema, questão ou tópico conceitual; participação (atitude, troca de experiências, instigação pelo docente, tolerância, percepção de complexidade, coprodução, habilidade de síntese). Diálogo Socrático: i) proposição temática; ii) interação - conversação e participação inquisitiva, construção coletiva; iii) reflexão; iv) catalisação da aprendizagem. Método Caso: i) caso e caracterização; ii) solução; iii) análise, reflexão e síntese sobre fundamentação e argumentos que embasaram a solução. Problem-Based Learning: ciclo de PBL. Role-Playing: pesquisa, interpretação e desenvolvimento de estratégias interdisciplinares com exteriorização por meio de argumentação, persuasão e senso crítico. Seminários: i) definição de grupos e temas; ii) processo de interpretação, reflexão e síntese/sistematização; iii) estudo coletivo.</p>	<p>i) consolidação argumentativa nas respostas (mais participação e interdisciplinaridade); ii) habilidades e competências; iii) evolução participativa com boas notas em avaliações individuais discursivas.</p>
Melo (2018)	
Direito/Faculdade Ages (PR)	
Metodologia Usada: Metodologia de problematização com o arco de Magueres	
Estruturação	Resultados/Ganhos
<p>Etapas: i) observação da realidade e definição do problema; ii) definição dos pontos-chave, por meio de tópicos ou questões; iii) teorização, na busca de respostas melhor elaboradas; iv) apresentação de modo criativo e original, das hipóteses de solução para os problemas verificados; e v) retorno à realidade analisada e aplicação das soluções sugeridas.</p>	<p>i) dinamização de aulas; ii) alunos no centro do processo de ensino e aprendizagem; iii) formação por competências e habilidades; iv) atendimento a questionamentos da sociedade e interação com a mesma, por meio de problematização (ponto de partida) e de devolução de soluções (ponto de chegada); vi) reunião de ensino, pesquisa e extensão em um só <i>modus operandi</i>; vii) melhores índices no curso de Direito (avaliação do MEC e Exame de Ordem da OAB).</p>
Masseto, Zukowsky-Tavares, Wild (2014)	
Cursos de Direito de instituições particulares de São Paulo	
Metodologias usadas: Clínica de Direito; Diálogo Socrático	
Estruturação	Resultados/Ganhos
<p>Clínica de Direito: i) apresentação de caso por cliente; ii) análise; iii) busca de legislação e jurisprudência; iv) reflexão, discussão e construção; v) proposta de solução. Diálogo Socrático: i) proposta da temática; ii) condução por pronunciamentos e participação colaborativa; iii) indução e reperguntação; iv) formação de síntese.</p>	<p>i) prática inter, trans e multidisciplinar; ii) desenvolvimento de habilidades e competências; iii) superação da verticalidade da relação professor e aluno; iv) aulas mais participativas e melhor aprendizagem das disciplinas.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Das sínteses dos trabalhos, percebe-se o emprego de metodologias, ou até mesmo *mix* delas, tendo por base a problematização, o envolvimento em situações reais que geram estímulos positivos e de envolvimento nos alunos, bem como a reiterada apresentação de resultados no desenvolvimento de habilidades e competências.

Nos trabalhos, dadas as limitações de extensão, não apresentaram maior detalhamento sobre ocorrências nas aplicações de metodologias ativas, bem como não se evidenciou maior uso da gamificação, embora sites como o *Kahoot*, que permitem jogos, tenham recebido uma citação, ao passo que apenas Amaral e Rocha (2019) declaram e detalham características de geração como um elemento decisivo para a alteração de paradigma pedagógico e didático, inclusive com maiores esclarecimentos sobre tempos de concentração e das realizações de atividades.

Também foi identificado produto educacional gerado no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional (ProfEPT), de pesquisadora vinculada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Campus Rio Pomba, intitulado *Sequências Didáticas para a Educação Jurídica no Ensino Médio Integrado*, que abordou temáticas do Curso Técnico Integrado em Zootecnia, tendo selecionado conteúdos de Direito Constitucional e direitos sociais.

O trabalho seguiu na linha dos artigos citados em relação ao emprego de estágios colaborativos, de aceitação mútua e reflexão e síntese de conteúdos, desenvolvendo competências e habilidades que tornem o profissional apto à solução (ou busca da mesma) numa situação real, com especial enfoque para a pesquisa sobre o Estado e sua organização, bem com a maneira de compreender questões sociais juridicamente tratadas, como as relações de trabalho e de consumo.

2.4 CONCLUSÃO

Do exposto, considerando o referencial teórico da pesquisa, são vislumbrados ganhos na melhoria da participação individual em sala de aula, seja pelas aulas invertidas, uso da gamificação ou mesmo participações induzidas em aulas conceituais; interação em equipes, com aspectos de motivação, inovação, liderança,

compromisso, exploração, autodidatismo e colaboração, mormente no cumprimento de metodologias como a PBL; ao uso de ambientes virtuais como espaços ampliados da sala de aula, permitindo novas visões sobre a internet.

Para a realidade dos Institutos Federais, entende-se a necessidade de ajustes que compatibilizem as metodologias com os recursos de infraestrutura disponíveis, bem como sejam usadas no sentido de atenuar diferenças de gerações e tornar espaços formais mais aprazíveis e convidativos à construção do saber, sem descuidar de aproveitar de espaços informais e/ou virtuais, nos quais a interação professor-aluno pode ser exponencialmente maximizada.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, E. de A.; ROCHA, I. N. de V. Metodologias ativas de ensino: percepções da aplicação no curso de Direito. *In: ANDRADE JÚNIOR, J. de; SILVA, N. L. C.; SOUZA, L. P. de. **Metodologias Ativas**: práticas pedagógicas na contemporaneidade. Campo Grande: Editora Inovar, 2019. p. 96-112.*
- ALMEIDA, F. de; CAMARGO, S. B. de; SOUZA, A. L. D. Direito e realidade: desafios para o ensino jurídico. *In: GHIRARDI, J. G.; FEFERBAUM, M. (Orgs.). **Ensino do direito em debate**: reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. São Paulo: Direito GV, 2013, p. 19-32.*
- AUSUBEL, D. P.; HANESIAN, H.; NOVAK, J. D. **Psicologia educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- FERRAZ JÚNIOR, T. S. **Introdução ao estudo do Direito**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MASETTO, M. T.; WILD, A.; ZOKOWSKY-TAVARES, C. Metodologias ativas em cursos de graduação em Direito. **Didática e prática na relação com a formação de professores**. Disponível em: <http://www.uece.br>. Acesso em: 19 out. 2019.
- MATOS, L. G.; PEREIRA JÚNIOR, A. J. Metodologias ativas aplicadas à disciplina do Direito dos Transportes na Faculdade Paraíso do Ceará – (FAP). **Revista Jurídica**. v. 01, n. 50, Curitiba, p. 185-208, 2018.
- MELO, C. E. S. de. Metodologias ativas de ensino e aprendizagem no curso de Direito: breves relatos da experiência de Ages. **Revista de Graduação – USP Grad+**, v. 3, n. 2, jul 2018.
- MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. *In: MORALES, O. E. T.; SOUZA, C. A. de. (Orgs.). **Convergências midiáticas, educação e cidadania**: aproximações jovens. Disponível em: [//uepgfocafoto.wordpress.com/](http://uepgfocafoto.wordpress.com/). Acesso em: 20 set. 2019.*

3 PRÁTICAS EDUCATIVAS E METODOLOGIAS INOVADORAS PARA UMA EDUCAÇÃO JURÍDICA NO ÂMBITO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA³

EDUCATIONAL PRACTICES AND INNOVATIVE METHODOLOGIES FOR LEGAL EDUCATION WITHIN THE FEDERAL NETWORK OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

Resumo

Este artigo tem por objetivo caracterizar e discutir práticas educativas no âmbito da educação jurídica prestada pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo metodologias ativas inovadoras associadas. Para tal fim, realizou-se estudo com abordagem qualitativa, visando à compreensão de aspectos do objeto, contexto, ambientes e resultados, utilizando pesquisa documental e revisão bibliográfica como principais procedimentos, com identificação de periódicos e artigos por meio de descritores de busca, bem como análise de trabalhos vinculados ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e sobre a temática. Os resultados apontam para necessidade de formação jurídica no ensino médio integrado, contribuindo para formação cidadã e ética, com elementos de criticidade, autonomia e maior interação.

Palavras-chave: Educação profissional. Práticas educativas. Ensino de direito.

Abstract

The objectives of the present work are to characterize and discuss the educational practices adopted in law education in the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education, with their active and innovative teaching methodologies. Thus, the research used a qualitative approach, in order to understand the aspects of the object, context, places and results. The procedures were based on documentary research and bibliographical review, applying, for the last one, specific descriptors to find academic journals and articles. Besides that, were studied some couples of thesis and educational products developed on Professional Master in Professional and Technological Education about this research theme. The results indicate for the need of law education in high-school, contributing for ethic and citizenship education, with criticality elements, autonomy and major interaction.

Keywords: Professional education. Educational practices. Law teaching.

³ Trabalho submetido, em 15 de agosto de 2020, na categoria artigo para a **Educitec – Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino tecnológico**. Aprovado em 01 de outubro de 2020 para edição de publicação contínua, v. 6, jan./dez. 2020 (versão com correções demandadas em decisão editorial).

3.1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira, a despeito da inequívoca melhoria no seu alcance e quanto a novos arranjos e modelos, tem apresentado resultados ruins em exames de proficiência aceitos em âmbito internacional, regional e de blocos de países, e também no contexto das avaliações de larga escala levadas a cabo em seu território, as quais foram desenvolvidas para os níveis formais previstos na Constituição e na legislação de ensino (PIERI, 2018).

Nesse sentido, cabe detalhar o cenário do magistério jurídico, iniciando da formação acadêmica de nível superior de bacharelado em Direito para, após breves análises, reflexões e críticas, aprofundar sobre perspectivas da educação jurídica ofertada pela Rede Federal, de modo a possibilitar inferências para o ensino da área em disciplinas ou conteúdos dos cursos técnicos, especialmente naqueles do tipo ensino médio integrado (EMI) à educação profissional e tecnológica.

No âmbito do ensino jurídico, na linha de Ferraz Júnior (2016), relevância maior tem sido atribuída à zetética jurídica, considerada enquanto enfoque especulativo sobre as opções do dever-ser, com infinitas possibilidades enquanto questionamentos, ao passo que a dogmática é vista como área posta do Direito, em que residem as decisões ou escolhas já tomadas e que são aplicadas por meio da subsunção jurídica ou da norma ao fato, vale dizer, aplicar aquilo que está descrito na lei às situações do cotidiano.

O magistério jurídico caminha sobre um espaço em que se pode privilegiar questões filosóficas relacionadas a outras áreas de saber, ao que o Direito integra-se às questões sociais, sem descuidar da necessidade de saber as “regras do jogo”; ou fazer um ensino repetitivo e estritamente centrado na aquisição de competências mais básicas ou relacionadas a questões conceituais e memorizações de dispositivos de normas, cuja execução atualmente mostra-se incompatível para estudantes mais jovens, conforme apontado por Amaral e Rocha (2019).

Dessa forma, há que se pleitear um ensino realmente integrado ao cotidiano, ou seja, que parta da realidade concreta dos alunos (a incluir conhecimento sobre suas dificuldades), que retire docente e estudantes de uma zona de conforto estabelecida há tempos pelos métodos tradicionais de aulas expositivas, que inclu

metodologias participativas e atividades extracurriculares nas quais se deixem claras as conexões entre o que se vive e o que se trabalha em sala de aula ou mesmo percebe-se fora dela (ALMEIDA; SOUZA; CAMARGO, 2013).

Nesse sentido, a busca por processos e condições didáticas que assegurem uma apreensão e apropriação de conteúdos, incluídos os de natureza mais técnica, exige uma variabilidade pedagógica, ao que se revisita a teoria de aprendizagem receptiva significativa de David Ausubel, conforme descrita em Ausubel, Novak e Hanesian (1980), em que o processo cognitivista de aprendizagem demanda o aproveitamento de um elemento isolado que é o conhecimento pré-existente, o qual, na teoria de Ausubel, é definido como subsunçor (âncora necessária para novos aprendizados e desenvolvimento ou alteração de conceitos).

O processo estimulante e motivador dependeria em parte das habilidades para promover formas diversificadas de ensinar e poderia ser conjugado com a técnica de elaboração de Mapas Conceituais (MC) de Novak e Canãs (2010), que Moreira (2011) conceitua dentro da ideia de recurso vinculado a cada unidade de ensino potencialmente significativa (UEPS).

Assim, as dificuldades relacionadas aos processos de ensinar e aprender em cursos superiores de Direito demandou a introdução de tecnologias de uso frequente e de amplo domínio por estudantes (em sua maioria), conforme enfatizado por Amaral e Rocha (2019) e movimentos de vai-e-vem entre pesquisa, ensino e extensão (MELO, 2018), repercutindo em participação, criação, autonomia e ganhos sociais, pessoais e institucionais.

Nesse cenário, as metodologias ativas, como ensinam Bacich e Moran (2018), são caracterizadas pelo protagonismo do estudante que, figurando no centro do processo, interage e atua de maneira decisiva na construção do percurso, responsabilizando-se por criar, pesquisar, aplicar e executar demais atividades inerentes ao processo de ensino-aprendizagem contextualizado, tudo sob a supervisão do professor.

Destarte, este artigo objetivou discutir questões associadas ao atual cenário da educação, em especial do magistério jurídico, inserindo-o dentro da oferta de educação jurídica no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) a cargo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, composta majoritariamente por Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Para este fim, organizou-se o texto em seções que, para além desta, incluem uma discussão sobre a RFEPCT, a título de referencial teórico da pesquisa; detalhamento de materiais e método utilizados para alcançar o objetivo, e culminando com os resultados e discussão com foco no ensino jurídico na referida rede, utilizando-se da análise de trabalhos produzidos por egressos do ProfEPT e voltados para a educação jurídica, de tudo fazendo-se apanhado sintético na seção de considerações finais.

3.2 REFERENCIAL TEÓRICO

3.2.1 Perspectiva de ensino na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

A Rede Federal surge para equacionar problemas sociais e demandas reprimidas há tempos, especialmente quando se pensa no ensino médio ou na educação antes intitulada secundária (MESQUITA; LELIS, 2015), ao que o art. 8º da Lei nº 11.892/2008 (lei de criação da rede) vai exigir a destinação de um mínimo de 50% (cinquenta por cento) das vagas de cada instituição para a “educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2008).

A nomenclatura e suas bases fundamentam-se nos eixos da vida humana preconizados por Marx, conforme cita Moura (2013), quais sejam: trabalho, ciência, tecnologia e cultura, de modo a promover uma educação de cunho humanista, pois pensada para o ser humano e suas necessidades maiores, e não para um segmento, elemento ou fator de produção, a exemplo de uma exclusiva preparação para o mercado de trabalho.

Ainda conforme Moura (2013), trabalha-se ciência e tecnologia enquanto apanhados e acúmulos sociais decorrentes da experimentação, da verificação e da utilização dos métodos e técnicas, bem como estudos sobre suas aplicabilidades dentro de contextos sociais próprios, conduzindo à formação da cultura, enquanto valores construídos e cultivados.

Não obstante tais objetivos da Rede, Mesquita e Lelis (2015) relacionam problemas no aludido nível de ensino relacionados com infraestrutura, remuneração e formação docente, bem como escassez de políticas públicas norteadoras para o citado nível de educação formal, ao que também promovem uma discussão sobre a perspectiva que se tem para o uso do ensino e das aprendizagens nele geradas, bem como sobre as complexidades e avaliações enquanto elementos que impactam a permanência.

Seguindo, esclarecem que o ensino médio deve atender a demandas dos jovens, pautadas em vivências e experimentações, e na realidade ou nas projeções que lhes são permitidas, considerando realidades e demandas sociais, a exemplo da possibilidade de acesso ao ensino superior e da premente necessidade de ingresso em mercado de trabalho para grupos com menor faixa de renda, em cujas famílias o trabalho do jovem torna-se um elemento fundamental para a sobrevivência.

Nesse contexto, a Rede Federal presta educação profissional e técnica de nível médio, por meio de cursos enquadrados nos eixos catalogados pelo Ministério da Educação, com currículos compostos por disciplinas as mais diversas, inclusive jurídicas, as quais são ministradas por professores, mais das vezes, bacharéis em Direito, alguns sem experiência prévia com a docência e formação pedagógica, ou, ao menos, no segmento da educação profissionalizante.

A matriz teórica que deu origem à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é marxista, ao que conceitos basilares transparecem e formam a base de análise para a proposta formulada, no sentido de tratar de um tipo especial de educação, a profissional (KUENZER; GRABOWSK, 2016), epistemologicamente concebida como educação para um determinado grupo social, em que se tenta superar a dicotomia formação para o trabalho e formação propedêutica, também tratada por Saviani (1989) e vista como um subsistema social por Mészáros (2005).

O ambiente de produção do trabalho em educação profissional também é a escola, ao que Nosella e Azevedo (2009) relembram tratar-se de uma instituição voltada à produção de conhecimento que é bastante recente, não descuidando de informar que nos diversos momentos da história da humanidade produziu-se educação, mas de forma ordenada e massiva ocorre apenas com a consolidação da instituição escola.

Mészáros (2005) e Kuenzer e Grabowski (2016) tratam da formação dentro do modo de produção capitalista, e sob a lógica da expropriação promovida pelo capital, especialmente em decorrência de mais-valia e da alienação do indivíduo, não se identificando adequadamente com seu estrato social, o que não lhe permite a busca conjunta de melhorias reais.

Ainda para Mészáros (2005), a forma como se ensina na sociedade capitalista é reprodutivista, embora os agentes que nesse ambiente atuam possam e de fato ajam de algum modo evitando uma totalidade alienante, o que resulta em conflitos de interesses constantes.

Kuenzer e Grabowski (2016) chegam ao cenário da educação profissional que ainda é pautada pela dicotomia formação profissional e formação geral, somente superada pela concepção de politecnicidade que Saviani (1989) trabalha.

Para os autores já citados, o estágio atual do modo de produção implica socialmente na precarização das relações e dos direitos da classe trabalhadora, tendo por base um sistema de acumulação flexível, em que uma vertente fordista é abandonada pela toyotista, exigindo uma formação que retira ainda mais da força de trabalho expropriada, pois não é devidamente retribuída em salários e benefícios.

Nesse sentido, a educação profissional aventada por Nosella e Azevedo (2009), bem como por Saviani (2008), é de natureza humanística e omnilateral ou integral, exigindo posturas crítico-reflexivas daqueles que a concretizam.

Na trajetória histórica da educação profissional no Brasil, Andrade (2014) informa que a origem da Rede Federal remonta à gestão do então presidente da Primeira República, Nilo Peçanha, o qual, substituindo Afonso Pena, inaugura as Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909, de cunho eminentemente assistencialistas, pois voltadas a “desvalidos” e “desfavorecidos da fortuna”, atribuindo-lhes formação que permitisse a fuga da vadiagem e/ou da criminalidade.

Tais escolas passaram por diversas alterações em sua nomenclatura e nas finalidades atribuídas à modalidade de ensino prestada, conforme representado na Figura 1:

Figura 1 – Linha do tempo da Rede Federal

Fonte: extraída pelos autores de

https://portal.ifac.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=723:institutos-federais-completam-oito-anos-de-criacao&catid=17&Itemid=121&server=1, acesso em 14 ago. 2020.

Das Escolas de Aprendizes e Artífices à instituição da Rede Federal, formada por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, o que se observa são constantes instabilidades de políticas fragmentárias e pontuais, ora baseadas na dicotomia de formação já tratada, que separava o ensino propedêutico do profissional, vedando ou, quando menos, dificultando a continuidade de estudos em nível elevado ao segundo grupo, ou outras formas de esvaziamento de sua atuação por captura e conflitos de interesses (ANDRADE, 2014).

Também com base em Ciavatta (2009), citada por Andrade (2014), são reveladas questões políticas internas à Rede Federal, como o caso da lei que criaria novos Cefets, do período do Governo Itamar Franco, decorrente da elevação de categoria de Escolas Técnicas; bem como as movimentações de entidades como os Cefets de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, no sentido de buscarem a elevação à condição de Universidades Tecnológicas, como ocorreu com o Cefet do Paraná, atualmente a única universidade tecnológica do país.

Em continuidade, aponta Andrade (2014) que a Rede Federal sai de um processo de descontinuidade de expansão e vinculação a interesses empresariais, na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em que retomada a dicotomia da formação profissional e propedêutica, agora com foco na formação para a empregabilidade, seguindo, na gestão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, para um processo de ressignificação e alteração de público-alvo.

Ainda conforme a autora, o atual cenário da Rede Federal é marcado por aumento quantitativo de mais de 150%, se comparado ao total de unidades

existentes desde 1909 até 2002⁴, e considerando a gestão do governo Lula, bem como agora há sinalização pela educação tecnológica como política de Estado, marcadamente em razão da interiorização do processo de formação tecnológica que visa a todas as camadas e grupos sociais, bem como chegando aos interiores do país e atuando consideravelmente na educação básica, por meio da formação integrada ao ensino médio.

Nesse contexto, a Rede Federal funciona por meio de autarquias federais no formato multicampi, atuando em todas as regiões e todos os estados do país, inclusive interior, levando educação de nível técnico (integrado, subsequente e concomitante), superior (graduação: tecnológica, licenciatura, bacharelado; e pós-graduação: *lato* e *stricto sensu*), bem como atuando na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e com cursos para trabalhadores (Formação Inicial e Continuada – FIC), o que acaba por requerer um conjunto orgânico de normas, unidades, diretrizes e agentes que se entendam dentro da missão institucional atribuída à Rede (BRASIL, 2008).

Em relação aos cursos técnicos, o Ministério da Educação (MEC) dispõe de um documento denominado Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), o qual é aprovado pelo respectivo ministro e orienta a oferta de cursos técnicos em todo o país, estando composto atualmente por 227 cursos agrupados em 13 eixos, em que são descritos elementos mínimos, como nomenclatura, carga horária, perfil do profissional de conclusão, infraestrutura mínima requerida, campo de atuação, possibilidades de verticalização da formação, dentre outros (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016).

Dentro da concepção de formação profissional técnica de nível médio reside a convergência da teoria marxista e suas aplicações por Gramsci, Saviani, Ramos, Frigotto, Ciavatta, Kuenzer, Machado, dentre outros, citados por Moura (2013), em estudo que sintetiza as contradições e conflitos na busca por avanços nos percursos formativos de jovens de classes desfavorecidas em seus aspectos social, econômico, político, laboral, etc.

O autor retoma questões históricas e dados de formação e faixas etárias para enfatizar a demanda por um ensino público que propicie expansão de capacidades,

⁴ Consta de subsite da Rede Federal na página virtual do MEC o total de 644 campi em funcionamento, sendo a informação disponível em 14 de agosto de 2020, no endereço <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>.

com ampla estrutura (docente, equipamentos, bibliotecas, laboratórios, instalações desportivas, preparação de atores, etc.), superação das dicotomias e desvantagens atualmente postas (MOURA, 2013).

O ensino médio ofertado pela Rede Federal e tratado por Moura (2013) está previsto na Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio, tendo por princípios norteadores as articulações e indissociabilidades entre formações (profissional e geral), saberes, valores, disciplinas (interdisciplinaridade), contextos e formação, diversidades, colaboração e liberdades, etc. (CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, 2012).

Essa formação humana integral perpassa por trabalho, ciência, tecnologia e cultura, em bloco formativo que compõe a escola unitária gramsciana, ao que o aporte dos recursos necessários depende de ampla e constante pressão social, vez que as diferenças (inclusive que limitam e inferiorizam) são benéficas às estruturas competitivas do modo de produção capitalista.

Pesquisa, trabalho, ciência, tecnologia e cultura passam a permear as formações, sejam em ensino médio técnico articulado ou subsequente, modalidades desenvolvidas nas unidades da Rede Federal, ao que o maior esforço consiste em resistência à transformação de tais políticas formativas em instrumento a favor do capital, da formação para mercados e manutenção de estruturas sociais duais ou desiguais.

Diante das características da RFEPCT, a educação jurídica nela prestada tem refletido a sua essência as bases da EPT e atendido os anseios do legislador? A questão norteadora será melhor debatida nas seções seguintes.

3.3 METODOLOGIA

A pesquisa, enquanto procedimento sistematizado e racional, encontra delineamento em Gil (2007), com a caracterização de suas fases, cuja etapa problematização esteve relacionado com a busca de elementos teóricos e práticos para a caracterização da educação jurídica na EPT prestada pela Rede Federal, com uso de método indutivo, consubstanciado nas considerações baconianas sobre os fenômenos estudados de que tratam Gerhardt e Souza (2009), e, por fim, seguiu

abordagem qualitativa, visando à compreensão de aspectos do objeto, seu contexto, ambientes e resultados (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Para sua consecução, foram aplicados procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, conforme descritos por Silveira e Córdova (2009), de modo que, além de referenciais trabalhados em disciplinas obrigatórias do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica/Mestrado em Rede Nacional – ProfEPT, em número de 8, foram realizados levantamentos em sites de repositórios de publicações acadêmicas e de normativos da EPT e do EMI oferecido pela Rede Federal.

O estágio seguinte de levantamento de referências consistiu em busca de literatura em periódicos e revistas científicas por meio do uso dos descritores “educação jurídica” e “magistério jurídico” conjugados e/ou alternados com os descritores “metodologias ativas” e “educação profissional”, ao que foram selecionados 4 novos referenciais, após identificação das abordagens e teorias a partir da leitura dos respectivos resumos.

A estes materiais foram somados 2 referenciais sobre os IFs e as políticas para EPT trabalhados em disciplinas eletivas do aludido mestrado, 3 pares de dissertação e produto educacional constantes dos sites Observatório ProfEPT e Portal EduCapes (para objetos educacionais) especificamente voltados para educação jurídica, 4 documentos de cunho normativo sobre a oferta da EPT, 1 referencial sobre Introdução ao Estudo do Direito e 3 referências de pesquisas sobre avaliação da qualidade da educação no Brasil, considerando planejamento nacional para educação, avaliações de larga escala e financiamento.

Ao todo, a etapa de revisão incluiu 7 artigos, 1 tese, 3 dissertações e respectivos produtos educacionais, 10 livros ou capítulos, 2 leis, 1 resolução e 1 documento normativo estruturador, cujos anos de publicação vão de 1980 (1) a 2020 (1), sendo a maioria dos exercícios de 2019 (3), 2018 (3), 2016 (3), 2015 (2), 2014 (3) e 2013 (2), ao que os mais antigos são de base teórica sobre aprendizagem significativa (1980), EPT, educação integral e politecnicidade (1989), e os demais abrangeram: avaliação da qualidade da educação brasileira, metodologias para o magistério jurídico, a educação profissional e tecnológica prestada pela Rede Federal e a educação jurídica enquanto possibilidade de formação cidadã, técnica e crítico-reflexiva.

3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.4.1 Educação jurídica na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Gianezi (2014) conduziu pesquisa em que identificou algumas questões relevantes sobre a atuação de profissionais do Direito em cursos dos Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia situados Rio Grande do Sul, dentre as quais:

- i) busca primeira por estabilidade no serviço público, em detrimento da construção de uma identidade e de cultura de valorização e prestígio pelo magistério enquanto carreira profissional (o que é questão nacional e não exclusiva da Rede Federal);
- ii) dificuldade no entendimento do tipo de ensino a ser executado, haja vista não se tratar de formação de bacharéis em Direito; e
- iii) ausência de formação pedagógica, ou ainda carência, de forma a suprir défices de formação dos profissionais bacharéis.

Trazidas questões histórico-conceituais e sobre a prática docente de profissionais de Direito no magistério dentro de um Instituto Federal, cabe tratar sobre o ensino ou a educação jurídica dentro da Rede Federal e com suas perspectivas e ferramentais, sempre vinculada a objetivos ligados à emancipação do ser humano e adequados à faixa etária e aos públicos atendidos, tendo por escopo de análise, nesta fase, trabalhos do ProfEPT.

Assim, as pesquisas e os produtos educacionais de Lamas (2019), Ferreira (2019) e Silva (2020), constantes dos repositórios Observatório ProfEPT e do Portal Educapes, representam os mapeamentos de demanda e contribuições da educação jurídica dentro do EMI, com opções metodológicas consideradas aptas ao objetivo de cada trabalho.

Foram temas ou conteúdos de ensino recorrentes aqueles relacionados com igualdade e direitos trabalhistas, ao que a primeira pesquisadora atribuiu ênfase ao tratamento dado a homens e mulheres na mesma profissão.

Em justificação, Lamas (2019) cita que tais conteúdos ou conhecimentos produzidos desencadeiam a prática efetiva da cidadania e contribuem para a formação de estado ético, em que a população seria politizada a partir do conhecimento ético-jurídico. Por sua vez, conhecimento este que geraria crítica sobre o papel social de cada indivíduo. Nesse cenário, desenvolve sequências didáticas para experiências interdisciplinares visando à formação omnilateral ou plena, e com apoio no uso de metodologias ativas.

Ferreira (2019), por sua vez, detalha a oportunidade de trabalhar conteúdos jurídicos no EMI de modo a contribuir com a formação cidadã e ética, com o desenvolvimento de produto educacional do tipo sequência didática e com apoio de livreto sobre tópicos importantes das legislações: Constituição Federal (conteúdos de direitos e garantias fundamentais); Código de Defesa do Consumidor (CDC); e Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A autora informa adoção de metodologia ativa inspirada em Paulo Freire, com organização baseada em ação-reflexão-ação, com aulas expositivas e dialogadas, exibição de filme trabalhados com roteiros, discussões em grupos com resposta a questionário e aplicação de atividades sobre livreto elaborado pela autora sobre os direitos selecionados.

Em seus resultados, para além das vantagens relacionados com aprendizado sobre direitos que serão essenciais para os jovens quando do ingresso no mundo do trabalho, a pesquisadora sinaliza pelo aproveitamento das temáticas em aplicações conjuntas por pares de disciplinas como Sociologia e Língua Portuguesa; História e Língua Portuguesa; Gestão Organizacional de Produção e de Pessoas e Língua Portuguesa; Filosofia e Língua Portuguesa.

Por fim, o último trabalho identificado dentre as pesquisas concluídas vinculadas ao ProfEPT é o de Silva (2020), que, numa trajetória semelhante de mapeamento sobre educação jurídica e sua justificativa, traz possibilidade de trabalhar conteúdos de noções de direito do trabalho com estudantes do EMI nos cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL).

O pesquisador teve como aporte metodológico da pesquisa a pesquisa-ação, considerando o produto com construção coletiva executada com apoio de técnica de grupo focal composto também por estudantes voluntários que testaram, avaliaram,

criticaram e sugeriram sobre o produto educacional jogo, enquadrado no subtipo *serious game*.

Para melhor caracterização de pesquisas, produtos, metodologias, resultados e avaliações de ganhos relacionados com a educação jurídica no contexto da EPT, elaborou-se o Quadro 1, com estruturação dos itens analisados por cada autor/pesquisador referenciado, que desenvolveu pesquisa vinculado ao ProfEPT:

Quadro 1 – Trabalhos de Pesquisa e Produtos sobre Educação Jurídica no ProfEPT

Lamas (2019)		
IF e forma de execução: Projeto de Ensino na disciplina Sociologia, para o 3º ano do Curso Técnico Integrado em Zootecnia do IF Sudeste MG, Campus Rio Pomba.		
MA ou MI Usada	Principais resultados	Avaliação dos ganhos
Método construído com ênfase na articulação das dimensões fazer, pensar e sentir; na ação coletiva e cooperativa; no compromisso da transformação social; na consideração das experiências de vida de estudantes; na problematização da realidade; na contextualização; no diálogo, debate e análise de problemas; na intervenção social; na participação; na afetividade; na investigação; nas metodologias ativas; na interdisciplinaridade e perspectivas de Cordioli (2006) apud Lamas (2019): compartilhamento; ação coletiva e práticas colaborativas; aprendizagem com pesquisa e diversidade de fontes; produção de sínteses; e socialização dos resultados e retorno à comunidade.	Estudantes consideram as metodologias empregadas como novidade, ao que destacaram elementos de interatividade, pesquisa, estímulo à curiosidade e à percepção da alteridade. Maior envolvimento de estudantes, se comparado com metodologia de aulas expositivas, com diálogo, escuta, respeito e valorização da participação, o que elevou a satisfação dos mesmos.	A sequência aplicada e avaliada sinalizou possibilidades de integração de áreas (Direito e Sociologia), visando a saber totalizante e a percepção das relações dos conhecimentos sob as perspectivas de diferentes áreas. Representa nova forma de atuação de professores da área jurídica dentro da EPT, contribuindo para a formação cidadã e ética.
Ferreira (2019)		
IF e forma de execução: Aulas cedidas da disciplina Gestão Organizacional de Produção e de Pessoas, ministrada nas turmas dos Cursos Técnicos Integrados em Automação Industrial e em Química do IFSP, Campus Sertãozinho.		
MA ou MI Usada	Principais resultados	Avaliação dos ganhos
Discussão em grupo e apresentação de respostas a questionários.	Interesse pelos temas desconhecidos.	Contribuição das sequências para a formação para o exercício da cidadania.
(Continua na próxima página.)		

(Continuação.)		
Silva (2020)		
IF e forma de execução: Estudantes voluntários do 2º ano dos cursos técnicos integrados do Ifal, Campus Marechal Deodoro. Seleção de 5 dos voluntários para integrarem grupo focal para avaliação, críticas e sugestões ao protótipo do produto (<i>serious game</i>).		
MA ou MI Usada	Principais resultados	Avaliação dos ganhos
Criação, prototipagem, testagem, correção e revisão de jogo do tipo <i>serious game</i> , visando aumento da motivação, facilitação da aprendizagem significativa de conteúdos transversais para a EPT promovida pelo Ifal (noções de direito do trabalho) e diversão para os estudantes/jogadores.	Indícios de aprendizagem significativa, pela observação de exposições de estudantes, considerando situações reais; motivação, engajamento, atenção, interação, colaboração e cooperação; centralidade de estudantes no processo, com uso da pesquisa-ação.	Oportunidade para tratar temas transversais, especialmente noções de direito do trabalho, que se relacionam com a formação profissional e cidadão do Ifal. Vantagem de um jogo analógico pelo resultado de interação e participação de estudantes considerados reservados ou pouco participativos, bem como maior contato dos sujeitos pela dinâmica do jogo, seja por parte de jogadores ou estudantes que assistiram e torceram por um deles.

Fonte: elaborado pelos autores, a partir das referências analisadas.

Em análise da consolidação de itens das pesquisas e dos produtos, pode-se perceber a adoção de opções por sequências didáticas, enquanto unidades caracterizadoras de uma determinada *práxis* pedagógica e com base em conceitos e estruturas trazidos por Zabala (1998), bem como de opção por jogo, compatibilizando-se com a metodologia ativa da gamificação, tratada por Bacich e Morán (2018).

Elementos como forma de execução, público-alvo e momentos serviram de parâmetro para a adoção de um ou outro formado de produto, sendo os dois primeiros aplicados em contexto de aulas e nos espaços da sala de aula, ao passo que o jogo consistiu em produto aplicado de modo desvinculado a disciplina, não obstante seu uso fosse compatível com componentes curriculares relacionados a artes e educação física ou mesmo enquanto metodologia ativa em qualquer das disciplinas em que as noções de direito do trabalho figuraram como temas transversais.

Assim, dentre os trabalhos analisados, o de Silva (2020) traz um especial caso de aplicação de metodologia inovadora no ensino de tópicos de Direito do Trabalho a um público que sequer dispunha de tais componentes em sua formação técnica no EMI, a qual pode ser replicada em toda a Rede Federal, seja visando a introdução dos conteúdos por atividades lúdicas ou desportivas, ou com emprego destas no âmbito das respectivas disciplinas jurídicas da área trabalhista.

Como demonstrado, o jogo teve etapas de cocriação e revisão pelos próprios estudantes, ao que desenvolveu habilidades de atuação e participação até daqueles com perfis mais introspectivos. Tratou a experiência de um exemplo de como envolver o grupo (já que até os que assistiam aos jogos ficavam atentos e aprendiam) e gerar conhecimentos úteis para os espaços da vida fora do IF.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso da pesquisa permitiu perceber que o magistério jurídico demanda novas abordagens metodológicas, o que pode ter relação com estilos e perfis de gerações ou mesmo com revisão das habilidades e competências esperadas, bem como decorre da concepção que se tem de educação e dos processos de ensino-aprendizagem, agora sob a ótica da centralidade do sujeito cognoscente.

A primazia do aprendiz no processo ocorre em situações de cooperação e colaboração, no que as metodologias ativas desempenham papel importante para a retenção da atenção e manutenção da motivação, também sendo incluídas atividades de pesquisa, compartilhamento, socialização e trabalho com entornos ou comunidades.

Nesse contexto, a EPT executada pelos IFs no âmbito do EMI com formação técnica demanda a inclusão de conteúdos para uma educação jurídica, pautada na ideia de formação autônoma, crítica e reflexiva dos estudantes para o mundo do trabalho e dentro dos demais eixos da vida humana (cultura, trabalho, ciência e tecnologia), agregando conteúdos para uma formação cidadã e ética (FERREIRA, 2019), incluindo direitos fundamentais e as diferenças de gêneros no âmbito das formações e áreas, a exemplo da Zootecnia (LAMAS, 2019), e preparando em direitos sociais para as atividades futuras dos egressos do ensino médio (SILVA, 2020), especialmente em relação ao direito do trabalho e as normas que regem as situações e relações, e conflitos delas decorrentes.

Para além da exploração de caminhos ou métodos, as pesquisas vinculadas ao ProfEPT sinalizam práticas educativas que tragam a educação jurídica enquanto item transversal essencial para a formação no EMI, e rediscutem seus ganhos e resultados, associando-os a novas posturas e oportunidades também para docentes da área e para a promoção da interdisciplinaridade.

Outras questões surgem da pesquisa ou como resultado de suas limitações, tais como caracterizar um magistério jurídico na Rede Federal sob o ponto de vista da atuação dos docentes da área do Direito, em paralelo com a necessidade de detalhar e investigar sobre as práticas educativas desenvolvidas no âmbito dos conteúdos de uma educação jurídica no âmbito dos IFs e demais instituições da citada rede, sejam eles trabalhados ou não por docentes da área jurídica.

Não obstante o primado da liberdade de cátedra e da autonomia didática, a educação ajustada às gerações e demandas de liberdade, participação e colaboração exigem um olhar crítico e progressista no bom emprego das metodologias tidas por diferenciadas das tradicionais, sejam elas metodologias ativas ou inovadoras, questões a serem melhor discutidas em estudos futuros com temas que envolvam magistério jurídico, formação no âmbito da EPT e metodologias para uma educação condizente com o quadro evolutivo e o conjunto das tecnologias e de disseminação das informações da atualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F.; SOUZA, A. L. D.; CAMARGO, S. B. Direito e realidade: desafios para o ensino jurídico. *In*: GHIRARDI, J. G.; FEFERBAUM, M. (Orgs.). **Ensino do direito em debate**: reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. São Paulo: Direito GV, 2013.

AMARAL, E. A.; ROCHA, I. N. V. Metodologias ativas de ensino: percepções da aplicação no curso de Direito. *In*: ANDRADE JÚNIOR, J.; SILVA, N. L. C.; SOUZA, L. P. **Metodologias ativas**: práticas pedagógicas na contemporaneidade. Campo Grande: Editora Inovar, 2019, p. 97-112.

ANDRADE, A. de F. B. **Os Institutos federais de educação, ciência e tecnologia**: uma análise de sua institucionalidade. 2014. 209 f. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Federal do Brasília, Brasília, 2014.

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BACICH, L; MORAN, J. (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 27 abr. 2020.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº 6**, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CNE_CEB-06_2012.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

FERRAZ JÚNIOR, T. S. **Introdução ao Estudo do Direito**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FERREIRA, G. G. **Sequência didática com noções de direito da cidadania: contribuição para uma formação integral no ensino médio integrado**. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em educação profissional e tecnológica) - Instituto Federal de São Paulo, Sertãozinho, 2019.

GERHARDT, T. E.; SOUZA, A. C. Unidade 1 - Aspectos teóricos e conceituais. *In*: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 11-29.

GIANEZINI, K. Percepções e perspectivas docentes sobre o ensino jurídico em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 729-737, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KUENZER, A. Z.; GRABOWSK, G. A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível. **Holos**. Ano 32, v. 6. p. 22-32, 2016.

LAMAS, C. B. O. **Aproximações entre educação jurídica e ensino médio integrado: proposta de sequências didáticas para uma formação cidadã e ética**. 2019. 212 f. Dissertação (Mestrado em educação profissional e tecnológica) - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Rio Pomba, 2019.

MELO, C. E. S. Metodologias ativas de ensino e aprendizagem no curso de Direito: breves relatos de experiência de Ages. **Revista de Graduação – USP Grad+**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 107-112, jul. 2018.

MESQUISTA, S. S. A.; LELIS, I. A. O. M. Cenários do ensino médio no Brasil. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 89, p. 821-842, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n89/1809-4465-ensaio-23-89-0821.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 3. ed. Brasília, 2016. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Cat%C3%A1logo-Nacional-de-Cursos-T%C3%A9cnicos-3%C2%AA-edi%C3%A7%C3%A3o-2014.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

MOURA, D. H. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013.

MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Centauro, 2001.

- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.
- NOSELLA, P.; AZEVEDO, M. L. N. A educação em Gramsci. *In*: FALCO, A. M. C. **Sociologia da educação: múltiplos olhares**. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2009.
- NOVAK, J. D.; CAÑAS, A. J. A teoria subjacente aos mapas conceituais e como elaborá-los e usá-los. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.5, n.1, p. 9-29, jan.-jun. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.uepg.br>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- PIERI, R. **Retratos da educação no Brasil**. INSPER Instituto de Ensino e Pesquisa: São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/Retratos-Educacao-Brasil.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnicidade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.
- SILVA, C. F. **Construção de um *serious game* para abordagem de noções de direito do trabalho no contexto da educação profissional e tecnológica**. 2020. 229 f. Dissertação (Mestrado em educação profissional e tecnológica) - Instituto Federal do Alagoas, Maceió, 2020.
- SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Unidade 2 - A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.
- ZABALA, A. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

4 ENSINO JURÍDICO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DE PRODUTO EDUCACIONAL

Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir, com apresentação de conceitos e normativos, o desenvolvimento de produto educacional (PE) no âmbito de mestrados profissional da área de Ensino, com proposição de um PE aplicável em disciplinas jurídicas ou tópicos jurídicos no educação profissional técnica de nível médio, tomando como espaço de pesquisa o cursos técnicos do Campus Rio Branco do Instituto Federal do Acre (Ifac). A abordagem foi qualitativa, com percurso metodológico inspirado nas etapas do procedimento de pesquisa de Quivy e Campenhoudt (2005), e metodologia de avaliação de produto com base nas dimensões propostas por Rizzatti et al. (2020). Os resultados de aplicações de metodologias ativas de gamificação, estudos com casos e ensino híbrido concluíram pelo aproveitamento das mesmas em benefício de maiores níveis de aprendizado, contextualizado e com interação.

Palavras-chave: Magistério Jurídico. Rede Federal. Metodologias Inovadoras. Ensino Médio Técnico.

4.1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de proposta de produto educacional para o ensino jurídico no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com apontamentos sobre criação, aplicação e avaliação, considerando, em especial, diretrizes do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), o qual figura entre uma oferta específica dentro do rol de possibilidades para os mestrados profissionais (MP), que surgiram no Brasil em 1995, a partir da Portaria nº. 47, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com finalidades diversas daqueles categorizados como acadêmicos, com ênfase na formação de pesquisadores e docentes de nível superior, consoante detalha Leite (2018).

Nesse sentido, o referencial teórico engloba artigos sobre produtos educacionais, sequências didáticas e metodologias ativas, dentro da perspectiva de solução para um problema de pesquisa, que é: em que medida metodologias ativas e recursos a ela relacionados contribuem para a melhoria de processos de ensino-

aprendizagem vinculados ao ensino jurídico dentro da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?

O problema foi evidenciado a partir de mapeamento de desempenhos de estudantes em disciplinas jurídicas, com levantamentos de informações a partir de 2017, persistindo até o segundo semestre de 2019, tudo por meio de sistema de gestão de atividades acadêmicas.

Em conjunto com a pergunta de partida, teve como objetivo apresentar proposta de um produto educacional a partir de sequência didáticas para execução com metodologias ativas e recursos de tecnologia da informação e comunicação (TICs) a elas associados, com discussão de resultados de aplicações em disciplinas jurídicas em cursos do Instituto Federal do Acre, Campus Rio Branco, no período de 2018 a 2019.

Além desta seção, o trabalho é composto de: apresentação do referencial teórico utilizado; procedimentos metodológicos, em que se apresenta o percurso traçado para que se desenvolvesse a proposta de produto educacional; os resultados e discussão, a partir das experiências em sala de aula; e as considerações finais, em retomada também dos objetivos iniciais programados e em consonância com projeto de pesquisa elaborado e desenvolvido enquanto estudante no curso do ProfETP.

4.2 REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando a oferta de MPs para profissionais de diversas áreas, a partir de novas exigências em termos de habilidades e competências, os mesmos são inaugurados na área de Ensino, especialmente com a superação de embates e discussões que ocorreram nos Fóruns Nacional dos Mestrados Profissionais (Foprof) de 2016 e dos Mestrados Profissionais em Educação (Fompe) de 2014, a partir do que foram traçadas questões identitárias e definido o seu objetivo de integração dos conteúdos disciplinares com os conhecimentos pedagógicos (PASQUALLI; VIEIRA; CASTAMAN, 2018).

Na modalidade de pós-graduação *stricto sensu* mestrado profissional, a exigência de maior e imediata aplicabilidade reflete-se no art. 7º, § 3º, da Portaria Normativa MEC nº. 7, de 22 de junho de 2009, em que estabelecido um rol

enumerativo de possibilidades de trabalhos conclusivos, a exemplo de “publicações tecnológicas, desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria”, dentre outros, tudo em compatibilidade com a natureza da área e a finalidade do curso, e com proposição e aprovação pela Capes (BRASIL, 2009).

Do exposto, cabe citar que uma das questões a se considerar é que se trata de um trabalho final na forma de produto, com diversidade de categorias ou tipos, e que ocorre ao longo de um processo de formação no trabalho, e tendo este, portanto, como um traço distintivo da categoria. É algo que dialoga com a realidade, logo, o desenvolvimento deve considerar os problemas, contextos e recursos (LEODORO; BALKINS, 2010), pois perde o seu elemento de aplicabilidade sem tais considerações e adequações, como sinaliza Leite (2018), ao abordar a diversidade metodológica descontextualizada.

Em retomada do item formação em serviço e desenvolvimento do produto, Leodoro e Balkins (2010) sugerem por uma criação participativa, incluindo outros docentes, o que não foi adotado em fase de metodologia, mas tem potencial de atendimento por se mostrar aberto às adaptações (especialmente pelo professor usuário) e interpretações, o que o difere no momento de participação, mas não em ideal de concepção.

O material educativo desenvolvido, na terminologia de Kaplún (2002), agrega conceitos, articula conhecimentos conceituais e factuais a um caminho pedagógico, e comunica a quem é interessado, em especial a professores que dele queiram tomar conhecimento para também revisarem suas práticas, sem a pretensão de algo prescritivo, mas revelador da pesquisa e alteração de formas de ensinar.

As sequências, na linha proposta por Zabala (1998), consistem na menor unidade pedagógica apta a tipificar uma prática docente reflexiva, com seu conjunto de atividades que lhe caracterizam e permitem sua categorização a partir das possibilidades e visões sobre o ofício do professor, apresentando momentos de planejamento, execução e avaliação, agora em compatibilidade com o que propõem Freitas et al. (2009) em relação às possibilidades avaliativas.

As metodologias ativas, consoante Bacich e Morán (2018), conferem possibilidade de protagonismo a estudantes, ao que lhes é possibilitada autonomia

na condução de seus percursos e a construção colaborativa dentro do conjunto da sala de aula, com novos papéis para estudantes e professor.

Por sua vez, as TICs permitem mapeamentos aptos à promoção do ensino adaptativo e, portanto, mais ajustado à ideia de acompanhamento individualizado de estudantes, gerando repositórios para mapeamentos constantes ao longo do percurso formativo.

Dentre os referenciais, percebe-se que aprendizagem significativa ocorre em processos de diferenciação progressiva a partir de conhecimentos novos que se relacionam com os já existentes, caracterizados por Ausubel (MOREIRA; MASINI, 2001) como subsunçores, ao que o processo de construção pode ser centrado no(a) estudante e não mais no professor, em revisão condizente com abordagens das metodologias ativas (BACICH; MORAN, 2018).

Os últimos autores pautam as metodologias ativas na conferência de maior protagonismo para a realização de ações, tarefas e atividades visando à construção de saberes aprofundados, contextualizados e reflexivos, o que eleva também nível de responsabilidade e compromisso com a própria aprendizagem.

As atividades são baseadas em situações reais e vivenciadas pelos próprios alunos, que se tornam o centro do processo, de modo que essas metodologias integradas às TICs proporcionam atividades desafiadoras, despertando um maior interesse e a participação do aluno, refletindo a respeito dos novos conhecimentos, sistematizando e construindo generalizações e estruturando novas práticas.

Nesse processo, devem ser agregados variados fatores, tornando as atividades interessantes, motivadoras e significativas, de modo que alunos sejam estimulados a buscarem os conhecimentos necessários para a resolução de cada desafio que, gradualmente, devem associar a atividades mais complexas, fortalecendo a aprendizagem (MORAN, 2015; DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017).

Conforme aponta Moran (2017), três processos devem ser combinados de maneira harmoniosa para que se tenha aprendizagem, quais sejam:

- *aprendizagem personalizada*, que é adequada a cada aluno, permitindo-lhe aprender sozinho, em seu ritmo, de acordo com aprendizagem prévia (sala de aula invertida);
- *aprendizagem colaborativa*, com ocorrência quando da participação em grupos de estudantes (aprendizagem entre pares, em redes);

- *aprendizagem mediada*, que se dá com a orientação de mediador ou pessoa detentora de um nível de conhecimento mais aprofundado (professores/mediadores).

Várias são as possibilidades de reflexão e comparação dos conteúdos escolares, contextualizando-os com as realidades dos(as) estudantes e partindo dos seus interesses, tornando-se essencial conhecê-los, compreendendo suas realidades teóricas, e ajustando as técnicas de elaboração e execução dessas metodologias e das situações de realização. Destarte, método ativo valoriza o processo de ensino, trazendo desafios, proporcionando desenvolvimento intelectual, afetivo, emocional e ético em alunos(as) (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017).

Assim, quando da problematização com situações dos contextos dos alunos, tem-se uma prática dialógica e crítico-reflexiva em relação às visões de mundo dos estudantes da turma, em que aprendizes, mediados pelo educador, constroem o conhecimento genuíno no sentido da transformação social.

Uma prática dialógica, portanto, deve fortalecer a consciência crítica nos alunos, permitindo-lhe assumir autonomia e atuar em construção de conhecimentos pautada pela ética. Logo, são os momentos de diálogo, com escuta real, valorização de ideias e respostas a questionamentos, que permitem a empatia necessária para o estímulo à superação, pontos em que se tem relação com as ideias de Paulo Freire, da abordagem do método ativo e com o desfecho esperado para a metodologia dos três momentos pedagógicos (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017; ABREU, FERREIRA, FREITAS, 2017).

A educação 4.0 ou do século XXI pressupõe também uma atuação da escola na personalização do ensino, com construção colaborativa de conhecimentos flexíveis, o que só pode ocorrer por um fazer pedagógico também flexível, que utilize a Internet de modo inteligente, bem como dos demais recursos digitais, conferindo-lhes usos interativos, lúdicos e em coletivos, sem descuidar do desenvolvimento de habilidades socioemocionais (ANDRADE, 2018; SASSAKI, 2018).

Sendo assim optou-se por desenvolver um trabalho baseado em metodologias ativas, agregando as tecnologias que possibilitam a criação de atividades que desenvolvam o interesse, a motivação, a participação, partindo de uma realidade vivenciada e que afeta os cidadãos brasileiros, pois também fundamentada nas questões da vida. Tais pontos guardam relação e direcionam o

trabalho, com ancoragem na busca pela aprendizagem significativa, no emprego de metodologias ativas, com suas TICs, e na adoção de práticas com aspectos dialógicos, como a dos três momentos pedagógicos.

No mister de agregar metodologias ativas, foram integradas as novas tecnologias de comunicação e informação (NTICs) consideradas compatíveis com os processos que se visava estabelecer, de modo que também a configuração das aulas permite o uso em contexto da pandemia causada pelo novo Coronavírus, agente da Covid-19 (BRASIL, 2020).

Faz-se, então, breve revisão e caracterização de metodologias ativas escolhidas para uso, a saber:

Ensino Híbrido: conhecido pelos vocábulos anglófonos *blended learning*, consiste em uma abordagem que alterna diferentes momentos de aprendizagem ligados ao mesmo tema, em combinação de momentos individuais e coletivos, com tempos síncronos e assíncronos (*online* e *offline*), que proporcionam o debate e a produção. Os alunos aplicam e constroem o conhecimento em etapas, o que estimula variadas habilidades e valoriza diferentes tipos de inteligência, como visual, auditiva, cinestésica, musical, etc. Tal metodologia reorganiza tempo e espaço da aula; revisa atuações de educador e aprendiz, ampliando a aprendizagem e com efetivo emprego de ferramentas digitais, no sentido de personalização e colaboração no processo de ensino-aprendizagem, adequando-se ao ritmo de cada aluno, em momentos *online*, revendo e refazendo as atividades e avançando de acordo com as etapas cumpridas (LORENZONI, 2018).

Gamificação: consiste em metodologia que estimula estudantes a participarem ativamente, por meio de desafios utilizados na competição e/ou cooperação, podendo a motivação decorrer de recompensas, tais como pontuações extras e *rankings*. Os jogos podem ser colaborativos e individuais, incluir definição de estratégias, desenvolvidos por etapas e habilidades bem definidas e diferenciadas, presentes em diversas áreas e níveis de ensino. Cabe ao docente organizar etapas e acompanhar o percurso dos estudantes, com análise do processo, de dificuldades, necessidades e dos resultados (MORAN, 2017).

Instrução por Pares (*Peer-Instruction*): também é caracterizada como metodologia colaborativa, em que os alunos, interagem entre si. Nela, o docente faz breve explanação do assunto, apresentando a discussão e os próprios alunos

tornam-se mediadores, explicando o conteúdo e conceitos a seus colegas (grupo ou dupla), tendo a responsabilidade do ensino do colega, e atuando na busca de respostas diferenciadas e na solução das questões apresentadas. O professor acompanha e incentiva as discussões em grupo, e, ao final, apresenta a solução, podendo trazer uma nova questão ou expor um tópico diferente (NETO, FONSECA, 2017; LORENZONI, 2018; LOVATO et al., 2019).

Sala de aula invertida (*Flipped Classroom*): consiste em uma modalidade de *e-learning*, em que presentes investigação e colaboração, e na qual o aluno protagoniza o processo de aprendizagem. O conteúdo e as instruções da aula são dispostos em ambientes virtuais, acessado em horários e locais devidamente informados, norteados pela investigação sobre o assunto (com emprego de vídeos, leituras e pesquisas), ao que, depois, são trabalhados os conteúdos de forma prática, com a supervisão do professor, ajustando aos ritmos e necessidades específicas, e aprofundando o conteúdo. A aula torna-se dialógica e iterativa, com a colaboração entre colegas e professores, no sentido de uma aprendizagem mais significativa. (MORAN, 2017; LORENZONI, 2018; LOVATO et al., 2019).

Estudos com Casos e Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) híbrida: são formas ou metodologias que se comunicam, em que estudantes identificam os problemas partindo de situações postas pelo professor, podendo ser fictícias, desde que verossímeis. Um traço marcante do uso de ambos é a exigência de uma tomada de posição, sendo a aplicação de ABP mais estruturada ou com um ciclo e fases mais bem delineados, ao que os estudos com casos são mais ajustáveis a períodos de tempo menores, como uma única aula.

4.3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

O trabalho seguiu abordagem de pesquisa do tipo qualitativa, visando explicar, conhecer, intervir e propor possibilidades para questões e problemas relacionados com a realidade do ensino jurídico na EPT, atuação docente, aspectos de contexto e situações de aprendizagem, bem como sobre o emprego de metodologias ativas, especialmente com uso de TICs e de ambientes virtuais, bem como foram empregados cálculos estritamente para definições de percentuais de estudantes por grupos (aprovados sem exame final, estudantes em recuperação de

N1 ou N2, realização de exame final e reprovados) ou quantificações de acertos em atividades ou quando do preenchimento de formulários sobre execução de disciplinas jurídicas.

O período de revisão bibliográfica de metodologias ativas, criação de recursos educacionais e emprego dos mesmos deu-se especialmente nos semestres de 2019, com extensão aos meses de janeiro e fevereiro de 2020, englobando diversas disciplinas jurídicas, haja vista a similaridade de problemas e a ênfase na testagem das metodologias, ao que, após, foram utilizados os resultados para criação de novos recursos para integrarem produto educacional voltado para o ensino de Direito Tributário.

Acerca das metodologias ativas e outros procedimentos didáticos empregados, os estudantes puderam posicionar-se por meio de ferramentas como formulário do *Google* (utilizados também para a análise dos resultados) e com intervenções ou manifestações em apresentação dinâmica ou em grupo de *WhatsApp* criado para apoiar, acompanhar e avaliar as ações.

Perpassou por etapas ou fases exploratórias e descritivas, vez que estruturadas bases teóricas identificadas em textos-base, e também pesquisa em fontes referenciadas a partir da classificação de Qualis existente na Plataforma Sucupira, bem como necessidade e instrumentalidade da descrição como forma de conhecimento/detalhamento e até mesmo justificção do emprego de técnicas e recursos didáticos, como é o caso das sequências didáticas.

Os exames e análises foram consubstanciados em observação durante os encontros, discussão em sala de aula das disciplinas executadas no semestre 2019/2 e curso de verão de 2020 sobre empregos de metodologias, questões sobre a relação entre os atores (professor e estudantes), bem como aspectos relacionados à concepção de educação e temáticas que circundam a prática, seja de ordem técnica relacionada com a formação ou de cunho amplo, corroborando a formação integral, de que resultou o percurso metodológico adaptado a partir de modelo de etapas de procedimentos de Quivy e Campenhoudt (2005), retratado no fluxo da Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Percurso Metodológico



Fonte: elaborado pelo autor, a partir de adaptação de modelo de etapas do procedimento de Quivy e Campenhoudt (2005).

A partir das contribuições da disciplina Tópicos Especiais em Educação Profissional e Tecnológica (eletiva do Mestrado ProfEPT ministrada no semestre

2019/2), considerando os referenciais de Herreid (1998) e Sá e Queiróz (2010), foi elaborado um estudo de caso na disciplina Avaliação nos Espaços Educativos (eletiva do Mestrado ProfEPT ministrada no semestre 2020/1) com o intuito de ser, após, empregado no produto educacional.

No sistema de avaliação da disciplina, o aludido caso foi, inicialmente, avaliado por outro mestrando e, após, pela pedagoga docente da disciplina, considerando os padrões de pontuação a seguir:

Figura 2 – Critérios para avaliação de caso

AVALIAÇÃO DE CASOS DE SUCESSO EM EDUCAÇÃO, CATEGORIA AVALIAÇÃO			
Orientações dadas aos estudantes para elaboração dos casos			
1) Defina e descreva o caso que será estudado. Por exemplo, descreva a instituição de ensino, o curso EMI, a série ou outros elementos que considerar importantes para a boa definição do seu caso.			
2) Descreva a(s) situação(s), os problemas que foram enfrentados e como foram solucionados. Lembre-se: o "como", que precisa ser respondido no caso. A ideia é expor como foram resolvidas as dificuldades encontradas e relacionadas aos aspectos teóricos.			
3) Apresente o resultado que o case ofereceu, como o aprimoramento da avaliação formativa, o uso da avaliação diagnóstica, o uso dos relatórios da avaliação em larga escala ou institucional.			
4) Apresente a bibliografia estudada para o caso escolhido a partir das referências usadas na disciplina e/ou outras que possam complementar.			
No laboratório de avaliação você deve avaliar o caso, segundo os critérios e descritores a seguir: * Os casos em análise são considerados autorais, conforme a orientação de elaboração.			
Critérios	Standard (nível/parâmetro de análise)		
	1	2	3
Definição do caso Problema	A situação-problema não está expressa no caso.	A situação-problema está expressa no caso, mas não se relaciona à avaliação nos espaços educativos no caso.	A situação-problema está expressa no caso e se relaciona à avaliação nos espaços educativos.
Definição do caso Solução	A solução não está expressa no caso.	A solução está expressa no caso, mas não se relaciona à avaliação nos espaços educativos no caso.	A solução está expressa no caso e se relaciona à avaliação nos espaços educativos no caso.
Definição do caso Resultados	Os resultados alcançados não estão expressos no caso.	Os resultados alcançados estão expressos no caso, mas não se relacionam à avaliação nos espaços educativos no caso.	Os resultados alcançados estão expressos no caso e se relacionam à avaliação nos espaços educativos no caso.
Descrição do caso	Não aplica e não estabelece relações entre os conceitos estudados na disciplina Avaliação nos espaços educativos no caso em análise.	Estabelece relações e aplica de forma superficial os conceitos estudados na disciplina Avaliação nos espaços educativos no caso em análise.	Estabelece relações e aplica de forma aprofundada os conceitos estudados na disciplina Avaliação nos espaços educativos no caso em análise.
Autoria do caso	O caso é parcialmente autoral, mas foi elaborado a partir de adaptações.	O caso é autoral e relata uma situação corriqueira nos espaços educativos.	O caso é autoral e relata uma situação inusitada (pouco comum) nos espaços educativos.
Citações e referências bibliográficas	As normas da ABNT foram ocasionalmente utilizadas na apresentação das citações e das referências bibliográficas.	As normas da ABNT foram frequentemente utilizadas na apresentação das citações e das referências bibliográficas.	As normas da ABNT foram muito utilizadas na apresentação das citações e das referências bibliográficas.

Fonte: extraído do roteiro de avaliação de caso da disciplina eletiva do Mestrado ProfEPT Avaliação nos Espaços Educativos, ministrada no semestre 2020/1.

Após avaliação do caso na disciplina, o mesmo foi agregado ao produto educacional, sem aplicação direta com estudantes em razão da suspensão das atividades presenciais do Campus Rio Branco (Ifac) em 17 de março de 2020, não tendo ocorrido a retomada até a defesa final de dissertação e validação de produto educacional.

4.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.4.1 Dificuldades com o ensino jurídico na educação profissional e tecnológica

Inicialmente, em etapa exploratória, foram gerados relatórios de diários de classe de disciplinas jurídicas ministradas nos exercícios de 2017 a 2019, todas já administradas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa/Ifac), cujos exames focaram nos percentuais de aplicação de atividades de recuperação, de aprovação sem exame final e de retenção/reprovação.

Em um primeiro grupo (Quadro 1), encontram-se os resultados tratados para disciplinas jurídicas em cursos superiores, em sua maioria ofertadas no Curso Superior de Tecnologia em Logística, mas, no período de análise, também foi ministrada a disciplina de Direito Administrativo no Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares (2018.1) e a de mesma nomenclatura no Curso Superior de Bacharelado em Administração (2019.2), conforme retratadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Informações sobre Desempenho de Estudantes em Disciplinas Jurídicas*

Ano/Semestre	Disciplina	Aprovação por Média	Porcentagem	Exame Final	Porcentagem	Reprovação	Porcentagem
2017.1	Legislação Aduaneira	4	26,67%	<u>11</u>	<u>73,33%</u>	1	6,67%
	Direito Aplicado	6	33,33%	<u>12</u>	<u>66,67%</u>	0	0,00%
2018.1	Direito Administrativo	2	10,53%	<u>17</u>	<u>89,47%</u>	5	26,32%
	Fundamentos do Direito	5	31,25%	<u>11</u>	<u>68,75%</u>	<u>8</u>	<u>50,00%</u>
2018.2	Legislação Aduaneira	0	0,00%	<u>10</u>	<u>100,00%</u>	<u>4</u>	<u>40,00%</u>
	Direito Tributário e Empresarial	6	46,15%	<u>7</u>	<u>53,85%</u>	1	7,69%
	Fundamentos do Direito	1	10,00%	<u>9</u>	<u>90,00%</u>	1	10,00%
2019.1	Direito Tributário e Empresarial	1	11,11%	<u>8</u>	<u>88,89%</u>	2	22,22%
	Fundamentos do Direito	2	11,76%	<u>15</u>	<u>88,24%</u>	5	29,41%
2019.2	Direito Administrativo	19	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Direito Tributário e Empresarial	2	14,29%	<u>12</u>	<u>85,71%</u>	4	28,57%
	Fundamentos do Direito	1	6,67%	<u>14</u>	<u>93,33%</u>	<u>10</u>	<u>66,67%</u>
	Legislação Aduaneira	4	80,00%	1	20,00%	1	20,00%

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

* Disciplinas jurídicas em cursos superiores não jurídicos do Ifac, Campus Rio Branco.

É possível observar maiores valores absolutos de realização de exame final e de percentuais em disciplinas de períodos iniciais do curso, ou na oferta da primeira disciplina jurídica do currículo de curso não jurídico, como é o caso de Direito Administrativo (2º período de Processos Escolares) e Fundamentos do Direito (3º período de Logística). Vale citar que os percentuais das colunas de realização de exame final e reprovação são elevados em alguns casos em razão do número reduzido de alunos nas turmas do último curso citado, especialmente no último período, quando é ministrada a disciplina Legislação Aduaneira.

Outro fator que deve ser considerado nos percentuais relacionados com desempenhos de estudantes em disciplinas jurídicas nos cursos superiores é a não obrigatoriedade de oferta de novas avaliações, após terminado o ciclo, para estudantes com nota inferior à média, o que é previsto para os cursos técnicos, que apresentam percentuais de retenção consideravelmente inferiores, como demonstra o quadro 2:

Quadro 2 - Informações sobre Desempenho de Estudantes em Disciplinas Jurídicas**

Ano/ Semestre	Disciplina	Aprovação por Média	Exame Final	Reprovação	Recuperação N1	Recuperação N2
2018.1	Ordenamento Jurídico Brasileiro	4 (16,67%)	<u>20 (83,33%)</u>	5 (20,83%)	21 (87,50%)	20 (83,33%)
	Rotinas Processuais	5 (26,32%)	<u>14 (73,68%)</u>	2 (10,53%)	15 (78,95%)	13 (68,42%)
2018.2	Legislação Empresarial	8 (50%)	<u>8 (50%)</u>	0 (0%)	10 (62,50%)	7 (43,75%)
2019.1	Direito Empresarial e Tributário	5 (35,71%)	<u>9 (64,29%)</u>	3 (21,43%)	10 (71,43%)	9 (64,29%)
	Legislação Empresarial	8 (47,06%)	<u>9 (52,94%)</u>	2 (11,76%)	10 (58,82%)	5 (29,41%)

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

** Disciplinas ministradas nos Cursos Técnicos Subsequentes em Serviços Jurídicos e Administração do Ifac, Campus Rio Branco.

As análises segmentadas permitem constatar um percentual um pouco maior de reprovação em curso técnico não jurídico, muito embora com diferença pouco representativa, se considerado o percentual de retenção da disciplina Ordenamento Jurídico Brasileiro, ofertada no 1º semestre de Serviços Jurídicos.

Tais percentuais mais elevados podem evidenciar maior dificuldade por serem os primeiros contatos com a área jurídica, suas teorias e aplicações. No caso do Curso Técnico em Administração, embora seja ofertada no último semestre do curso (3º), não é precedida por conteúdo introdutório ao estudo do Direito.

Em todas as disciplinas, há redução do percentual de estudantes que realiza recuperação, quando comparamos N1 e N2, o que pode guardar relação com aquisição de familiaridade, seja em relação a conteúdos ou mesmo em relação à metodologia das aulas e das avaliações.

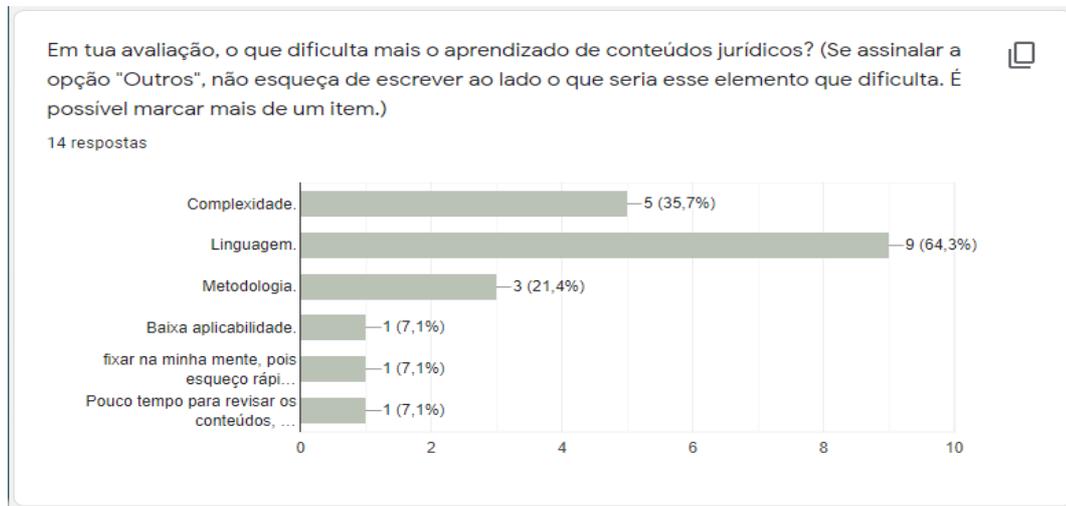
O exame conjugado das informações das colunas 6 e 7 (Recuperação N1 e N2) demonstra que os percentuais de notas inferiores a 7,0 pontos ou 70% da avaliação por ciclo bimestral esteve, na maior parte dos casos, acima de 50% da turma, chegando a 87,50%, sinalizando questões a serem revistas, seja de natureza metodológica ou relacionada aos conteúdos trabalhados. Ainda que o item déficit de formação seja trazido ao discurso, não se pode perder de vista que o objetivo do processo de ensino-aprendizagem está diretamente associado à inclusão.

Das 18 turmas, em apenas 2 delas, ou seja, 11,11% do universo, o percentual de estudantes que realizou exame final foi inferior a 50%, ao que foram registrados percentuais de 100% dos estudantes na realização do aludido exame, e também de 93,33%, não obstante o percentual de retenção para todo o período tenha ficado em 20%.

No período de análise, considerou-se uma população de 270 estudantes, nos diversos cursos e níveis de ensino, tendo sido registrados um percentual de 30,7% de aprovados por média, logo, sem necessidade de realização de exame final, e 69,3% de aprovação, em relação à população, após o exame final.

A busca de informações explicativas ou que servissem de subsídio para a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem deu-se pela aplicação de questionários, ao que retornaram com informações sobre os itens de maior dificuldade, conforme figuras a seguir:

Figura 3 – Itens de dificuldade no aprendizado de conteúdos jurídicos (disciplina Legislação Empresarial)



Fonte: item elaborado pelo autor, com consolidação de formulários do *Google Forms*, com aplicação em 06/02/2020.

A categoria linguagem foi inserida no formulário em razão de sinalizações por estudantes em diálogos durante as aulas de que muitos termos ou vocábulos eram desconhecidos, ao passo que a complexidade foi inserida em razão dos meus diálogos indicarem uma dificuldade para aprender a estruturar conhecimento jurídico ao longo do aprendizado, sendo a categoria metodologia também apontada como um elemento que dificultou o processo. Tais apontamentos repetiram-se nas pesquisas seguintes, conforme se demonstra a seguir:

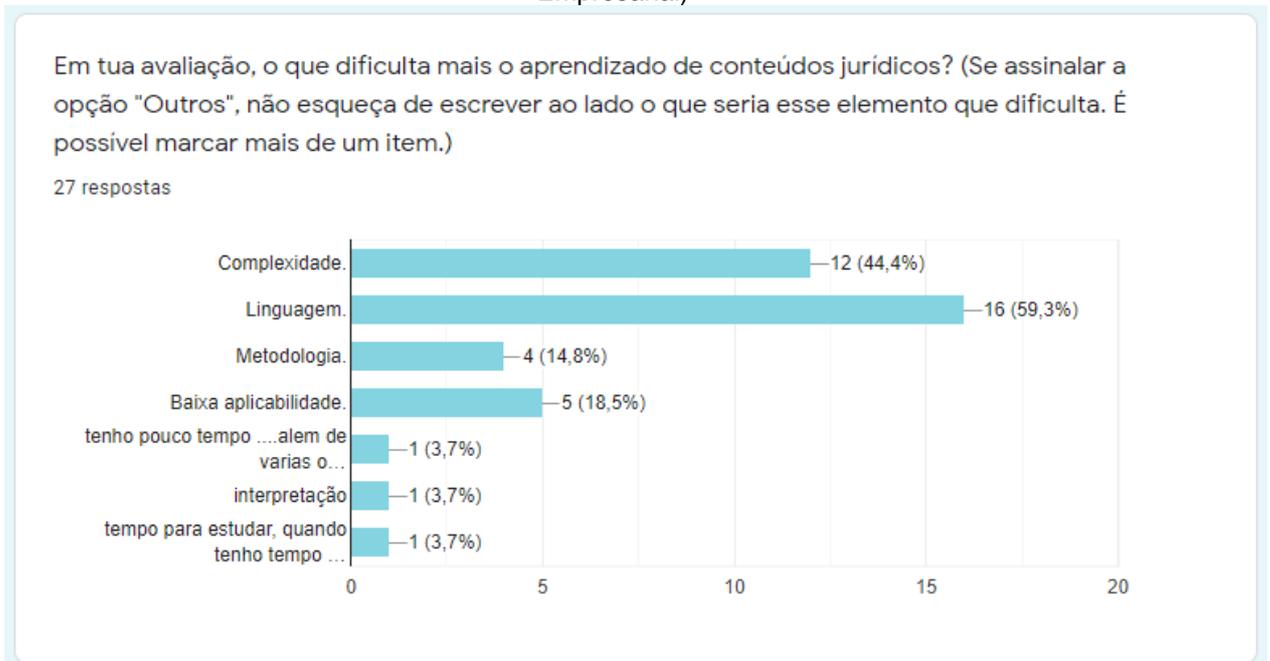
Figura 4 – Itens de dificuldade no aprendizado de conteúdos jurídicos (disciplina Direito Tributário e Empresarial)



Fonte: item elaborado pelo autor, com consolidação de formulários do *Google Forms*, com aplicação em 29/02/2020.

Não obstante metodologia apareça em terceira posição, as informações consolidadas sinalizaram por uma necessidade e oportunidade de melhoria da performance pedagógica e dos instrumentos e recursos didáticos para a facilitação ou melhoria da assimilação dos conteúdos. Já na pesquisa seguinte aparece outra categoria relevante, como se pode verificar adiante:

Figura 5 – Itens de dificuldade no aprendizado de conteúdos jurídicos (disciplina Legislação Empresarial)



Fonte: item elaborado pelo autor, com consolidação de formulários do *Google Forms*, com aplicação em 20/02/2020.

Como vislumbrado, os resultados apontaram que itens como linguagem, complexidade e metodologia adotada são os que mais dificultam o processo de aprendizagem de conteúdos jurídicos, o que demandou a etapa de buscas na literatura para a inclusão de novas metodologias que conferissem maiores níveis de aprendizado.

Para as disciplinas de cursos técnicos, passou-se a utilizar unicamente materiais teóricos desenvolvidos para os cursos da Rede e-Tec Brasil, sendo o de Noções de Direito Tributário desenvolvido e utilizado em curso técnico não jurídico e ministrado em formato da educação a distância, logo sua linguagem e apresentação gráfica são consideradas acessíveis a públicos os mais diversos.

Outra ação testada foi o desenvolvimento de glossário com os termos que suscitaram dificuldade de compreensão, cujas aplicações foram bem sucedidas em todas as turmas, exceto com o grupo de estudantes voluntários para as atividades de recuperação da disciplina Fundamentos do Direito (2019/1), em que apenas 1 dos 7 estudantes colaborou com a atividade.

Para o caso, as experiências em práticas com estudantes e nas disciplinas com conteúdos jurídicos levaram a constatações de exigências de novos formatos, mais inclusivos, dinâmicos, descentralizados, autônomos e aplicáveis não apenas a contextos trabalhistas, e sim também aos contextos de vida, com suas questões e problemas.

4.4.2 Aplicação de metodologias ativas no ensino jurídico na educação profissional e tecnológica

Nesse sentido, em revisão de literatura sobre formatos de currículos e práticas pedagógicas consideradas inovadoras usadas no magistério em cursos jurídicos (graduação no bacharelado em Direito), Amaral e Rocha (2019), Matos e Pereira Júnior (2018), Melo (2018) e Masetto, Zucowsky-Tavares e Wild (2014) apontam para metodologias ativas empregadas em faculdades ao longo do país, formatos ou etapas de execução e respectivas avaliações, com descrição de resultados e ganhos.

A revisão de literatura permitiu verificar a existência de ganhos com a inclusão de metodologias ativas no magistério jurídico em cursos superiores de Direito de algumas instituições do país, ao que se reforçou a necessidade de produto educacional voltado a tal finalidade.

A partir do mapeamento, foi testada a gamificação com a criação de jogos com uso da plataforma *Kahoot* no período de 28 de maio de 2019 a 18 de fevereiro de 2020, voltados aos conteúdos das disciplinas Legislação Empresarial (cuja ementa contém os mesmos tópicos da disciplina Direito Empresarial e Tributário), do Curso Técnico em Serviços Jurídicos; Direito Administrativo, do Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares; Fundamentos do Direito, Direito Tributário e Empresarial, e Legislação Aduaneira, estas últimas do Curso Superior de Tecnologia em Logística.

Os jogos foram criados para aferir leituras e compreensão do material teórico, com questões de múltipla escolha ou verdadeiro/falso, sendo elaboradas com enunciados que poderiam exigir competência de reconhecimento ou análise, a depender do conteúdo ou tópico.

A escolha a plataforma *Kahoot* foi apresentada em treinamentos institucionais e possui perfil para docentes, além de permitir consolidações de resultados e análises de desempenho de grupos ou indivíduos, sendo possível exportar informações e jogar a partir de diversos tipos de dispositivos, inclusive *smartphones*, o que foi importante fator no emprego, haja vista que o número de laboratórios e computadores no Campus Rio Branco (Ifac) é bastante limitado para o quantitativo de estudantes, docentes e disciplinas.

A inserção das atividades ocorria de modo planejado e sua realização era informada com antecedência aos estudantes, de modo que integralizassem as leituras dos materiais teóricos, ao que as primeiras realizações de jogos ocorreram em sala de aula, com apresentação das questões por meio de projeção de multimídia, seguindo o padrão de execução utilizado por Sande e Sande (2018).

Os autores utilizaram a plataforma em disciplina do curso da área de farmacologia e obtiveram resultados positivos em relação à reação (como o(a) estudante sentiu-se durante o processo/a atividade) e em autoexame de aprendizado (avaliação do próprio estudante sobre nível de aprendizado e sobre a contribuição da metodologia para o aprendizado dos conteúdos, em comparação com o emprego de métodos tradicionais).

Houve levantamento prévio realizado pelo docente sobre uso de internet por estudantes no *smartphone*, ao que se verificou que, mesmo nos casos em que havia um pacote de dados móveis, a localização do campus ou algo com a arquitetura das salas de aulas prejudicava a qualidade do sinal de internet, bem como a rede wi-fi da unidade não oferecia sinal em qualidade suficiente para a execução. Visando não prejudicar o encontro, iniciou-se a testagem com os alunos reunidos em grupos ou equipes, para as quais foram atribuídos nomes, a critério dos integrantes, conforme se vislumbra na figura a seguir:

Figura 6 – Uso da gamificação com estudantes reunidos em equipes

Nickname	Rank	Correct answers	Unanswered	Final score
Os Fodras	1	75%	—	2.744
As kauêzetes	2	75%	—	2.729
ELITE	3	0%	—	0

Fonte: criada pelo autor com uso da Ferramenta de Captura do *Windows*, e a partir da plataforma do *Kahoot*.

Como é possível observar, a plataforma oferece vantagens em termos de consolidação, com possibilidades de exames pormenorizados de tempo e quantitativos de erros e acertos por grupo. Também transparece o aspecto competitivo, que foi atenuado pela composição de grupos. A figura a seguir detalha os jogos criados, aplicados e analisados no primeiro semestre de 2019:

Figura 7 – Jogos criados para testagem no semestre 2019/1

		Upgrade now		Create
Search				
All reports (19)		Live games (19)	More	
<input type="checkbox"/>			Date	▼
<input type="checkbox"/>	Ética nas Compras Públicas	Dec 1, 2017	1	⋮
<input type="checkbox"/>	Ética nas Compras Públicas	Dec 1, 2017	1	⋮
<input type="checkbox"/>	Ética nas Compras Públicas	Dec 1, 2017	2	⋮
<input type="checkbox"/>	Ética nas Compras Públicas	Dec 1, 2017	2	⋮
<input type="checkbox"/>	Direito Empresarial	May 28, 2019	1	⋮
<input type="checkbox"/>	Ética nas Compras Públicas	May 28, 2019	3	⋮
<input type="checkbox"/>	Direito Empresarial (revisão) - CTSSJ	May 28, 2019	3	⋮
<input type="checkbox"/>	Direito Administrativo - CSTPE	May 28, 2019	3	⋮
<input type="checkbox"/>	Direito Societário - Parte Geral - CTSSJ	May 30, 2019	4	⋮
<input type="checkbox"/>	Sociedades Personificadas - CTSSJ	May 30, 2019	4	⋮
<input type="checkbox"/>	Sociedade Limitada - CTSSJ	May 30, 2019	4	⋮
<input type="checkbox"/>	Sociedade por Ações - CTSSJ	May 30, 2019	4	⋮
<input type="checkbox"/>	Ética nas Compras Públicas	Jun 1, 2019	2	⋮
<input type="checkbox"/>	Direito Empresarial - CSTL	Jun 1, 2019	3	⋮
<input type="checkbox"/>	Direito Societário - Parte Geral - CSTL	Jun 1, 2019	3	⋮
<input type="checkbox"/>	Sociedades Personificadas - CSTL	Jun 1, 2019	3	⋮
<input type="checkbox"/>	Sociedade Limitada - CSTL	Jun 1, 2019	3	⋮
<input type="checkbox"/>	Sociedade por Ações - CSTL	Jun 1, 2019	3	⋮
<input type="checkbox"/>	Títulos de Crédito - CTSSJ	Jun 11, 2019	13	⋮

Fonte: criada pelo autor com Ferramenta de Captura do *Windows*, a partir do site *Kahoot*.

No primeiro momento de testagem (2019/1), percebeu-se a necessidade de uso de laboratórios, os quais passaram a ser agendados de acordo com os quantitativos de estudantes, adotando-se a realização individual, a pedido de

estudantes que gostariam de testar seus conhecimentos sobre aquele tópico trabalhado.

No segundo semestre foram criados novos jogos, dessa vez todos com execução no Curso Superior de Logística, disciplinas Fundamentos do Direito, Direito Tributário e Empresarial e Legislação Aduaneira, o que se justifica por não ter sido ofertada a disciplina da área tributária nos cursos técnicos antes citados. As criações e datas de aplicação constam da figura a seguir:

Figura 8 – Jogos criados no semestre 2019/2 e início do 2020/1

All reports (9)		Live games (9)	More
<input type="checkbox"/>			Date ▾
<input type="checkbox"/>	Direito Aduaneiro: território e jurisdição Feb 18, 2020		⋮
<input type="checkbox"/>	Direito Aduaneiro: território e jurisdição - CSTL Feb 17, 2020		⋮
<input type="checkbox"/>	Fundamentos do Direito - CTSL Nov 7, 2019		⋮
<input type="checkbox"/>	Direito Empresarial - CSTL Oct 17, 2019		⋮
<input type="checkbox"/>	Tratamento de Denúncias - 3 jogo Sep 19, 2019		⋮
<input type="checkbox"/>	Tratamento de Denuncia - 2 jogo Sep 19, 2019		⋮
<input type="checkbox"/>	Tratamento Denuncia - 1 jogo Sep 18, 2019		⋮
<input type="checkbox"/>	Sujeitos de Direitos e Seus Direitos - CSTL (com avaliação) Sep 10, 2019		⋮
<input type="checkbox"/>	Legislação Aduaneira - Tributos de CE - CSTL (com avaliação) Sep 9, 2019		⋮

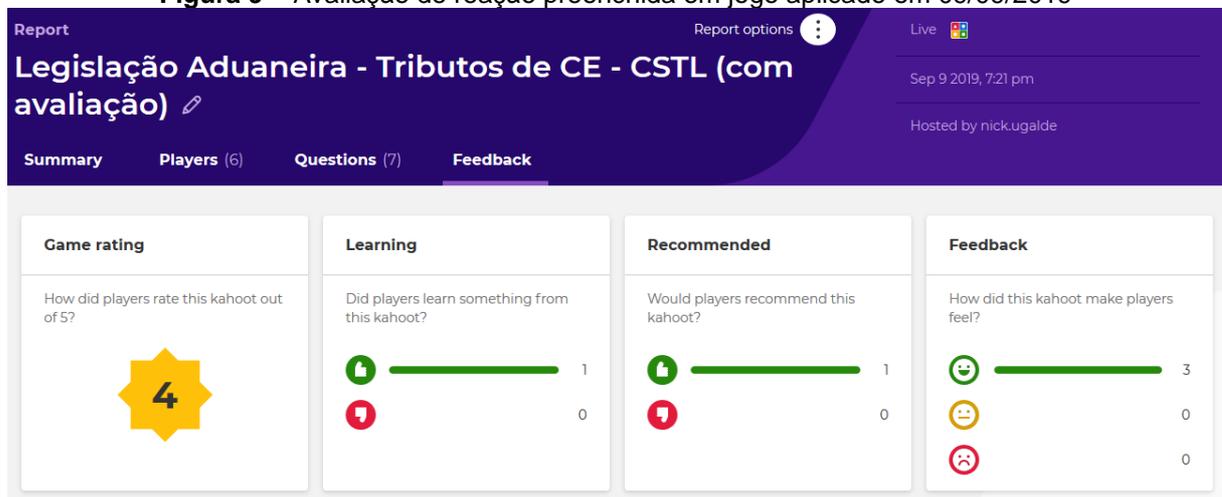
Fonte: criada pelo autor com Ferramenta de Captura do *Windows*, a partir do site *Kahoot*.

Na maioria dos casos, as questões ou assertivas eram formuladas com o objetivo de evidenciar o reconhecimento de elementos ou itens da teoria estudada, como revisão de conteúdos, sendo reduzidos os casos de questões mais interpretativas, pela limitação de caracteres na pergunta e na resposta, realçando que mesmo o uso dentro dos limites, a depender da extensão, poderia dificultar a leitura em aparelhos do tipo *smartphone*, considerando a variedade de modelos e tamanhos de telas.

Todas as questões inicialmente foram do tipo objetivas, com 4 alternativas ou formato de escolha entre verdadeiro ou falso. Tais opções não prejudicaram os objetivos da pesquisa, mas sinalizaram para a busca de outras possibilidades.

Após a aplicação dos jogos, as questões eram revisadas, com identificação de dificuldade pontuais, especialmente nos casos em que havia algum erro. Superada a etapa, havia avaliação da qualidade das questões, adequação e grau de satisfação com o jogo, as quais ocorreram na maioria das vezes por exposições orais, mas em duas situações os estudantes, voluntariamente, responderam a questões da seção/aba de *feedback* do *Kahoot*, constantes das figuras a seguir:

Figura 9 – Avaliação de reação preenchida em jogo aplicado em 09/09/2019

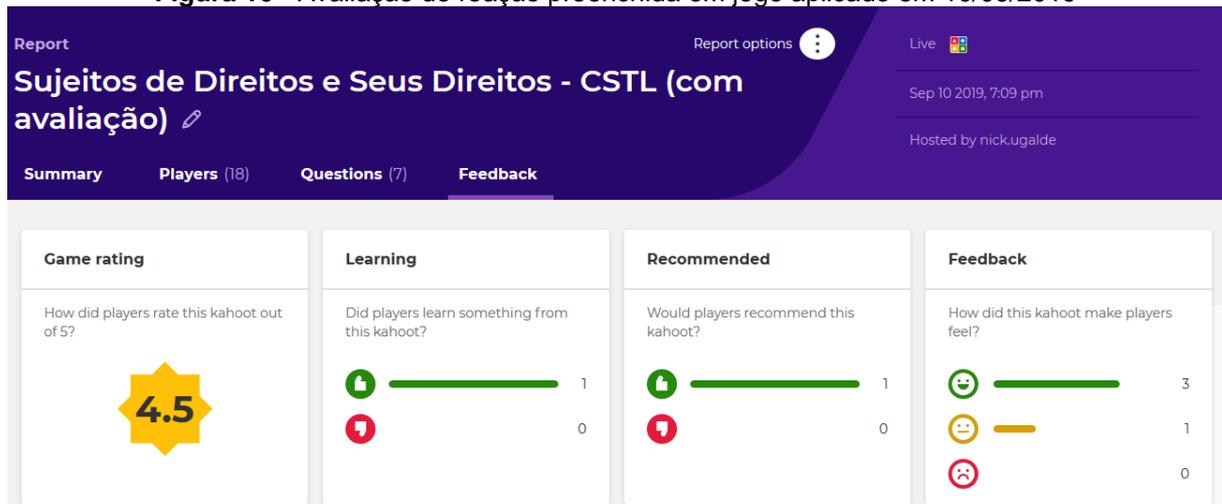


Fonte: criada pelo autor com Ferramenta de Captura do *Windows*, a partir do site *Kahoot*.

Por haver coleta de impressões em diálogos avaliativos da atividade logo após sua realização, a avaliação pelo site *Kahoot* não foi estimulada, sob pena de constituir um retrabalho ou dupla avaliação, inclusive pelo fato de as impressões relatadas irem além das quatro questões disponíveis no site.

Por outro lado, as manifestações pela plataforma não eram identificadas, o que daria maior liberdade de expressão aos respondentes, ainda assim, todas as avaliações demonstraram bons resultados com o emprego da metodologia, especialmente na resposta sobre como estudantes reagiram ou sentiram-se após sua realização, conforme complementa a figura que segue:

Figura 10 - Avaliação de reação preenchida em jogo aplicado em 10/09/2019



Fonte: criada pelo autor com Ferramenta de Captura do *Windows*, a partir do site *Kahoot*.

Como pode ser observado, as duas avaliações atribuíram nota entre 4 e 4,5 aos jogos, em escala que iria até 5; todos os respondentes voluntários informaram ter aprendido algo e que recomendariam aquele jogo; ao que a quase totalidade assinalou o melhor estado anímico na questão sobre como sentiu-se ao jogar.

Considerando novamente o anonimato, presume-se que qualquer insatisfação teria implicado em menor nota atribuída ou demonstração de estado de satisfação de tristeza, por exemplo, já que havia liberdade para tal, desse modo, atribuiu-se valor considerável às manifestações voluntárias, pois insatisfeitos tendem a utilizar canais disponibilizados.

Nesse contexto, a metodologia ativa da gamificação foi selecionada para fins de elaboração do produto educacional, enquanto uma das atividades da sequência didática, e com uso prioritário para fins de revisão de conteúdos teóricos, ou mesmo reconhecimento de incidência e aplicação (nível ou competência intermediário-superior), tendo-se buscado plataforma ainda mais interativa, como é o caso do Quizizz, que possibilita trabalhar com memes inseridos pelo criador e com questões do tipo preenchimento de lacunas.

Além da metodologia da gamificação, foram empregadas: i) ensino híbrido, com uso do ambiente do Sigaa; ii) estudos e resolução de casos; iii) seminários de apresentação, arguição e discussões; vi) aprendizagem pelos pares; e v) trabalhos de pesquisa com produção de texto científico, após etapas de investigação-reflexão e ação, tudo conforme detalhado no quadro a seguir:

Quadro 2 – Metodologias ativas empregadas em disciplinas jurídicas entre 2018 e 2019

Curso	Disciplina	Semestre	Metodologias Ativas
Técnico em Serviços Jurídicos	Legislação Empresarial	2018/2	- Ensino Híbrido; - Aprendizagem por Pares, com uso de fóruns; - Elaboração de relatório e decisão a partir de caso real apresentado.
Tecnólogo em Logística	Legislação Aduaneira	2018/3 – DPLE	- Construção de mapas conceituais.
Técnico em Administração	Direito Empresarial e Tributário	2019/1	- Ensino Híbrido; - Resolução de casos curtos; - Atividade de pesquisa e elaboração de trabalho acadêmico.
Tecnólogo em Logística	Fundamentos do Direito	2019/1	- Ensino Híbrido.
Tecnólogo em Logística	Legislação Aduaneira	2019/2	- Pesquisas orientadas com temas de relevância da área; - Seminários de apresentação, arguição e discussões; - Estudo e resolução de caso; - Criação e apresentação de mapa conceitual.
Bacharelado em Administração	Direito Administrativo	2019/2	- Ensino Híbrido; - Pesquisa orientada com coletas de informações em sites e por meio de pedido de acesso à informação; - Seminários de apresentação, arguição e discussões; - Resolução de casos curtos.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de informações extraídas e consolidadas do diário de classe do Sigaa.

O uso do ensino híbrido com suporte em ambiente virtual de aprendizagem, a partir das observações durante a execução das disciplinas, permitiu maior exposição de estudantes aos conteúdos, bem como implicou em maior disponibilidade do docente e proximidade para sanar dúvidas sobre execução de atividades ou mesmo sobre a compreensão de conceitos e entendimentos.

Os estudos com casos, embora assinalados em avaliação de reação como de maior dificuldade para emprego quando de provas individuais e sem consulta, revelaram níveis mais complexos de aprendizagem, com possibilidades de análises e aplicações a questões passíveis de ocorrer no cotidiano ou no exercício da atividade profissional para a qual os estudantes estavam em formação.

Considerando algumas dificuldades relatadas por estudantes na resolução de casos com conteúdos jurídicos, o caso proposto e constante do produto educacional foi elaborado na atividade do laboratório de avaliação da disciplina Avaliação nos Espaços Educativos do Mestrado ProfEPT, visando avaliar sua qualidade e adequação, especialmente enquanto instrumento didático de avaliação, conforme instruções e critérios repassados e constantes da figura a seguir:

Figura 11 – Instruções de criação de caso para aplicação no EMI

The screenshot shows a Moodle course page with a green header. The header contains the logo of Instituto Federal Espírito Santo, the text 'INSTITUTO FEDERAL Espírito Santo | Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância', and a 'Cursos' menu. The main content area has a title 'Caso de Sucesso, categoria Avaliação: atividade síntese da disciplina' and a sub-title 'Laboratório de Avaliação'. Below this, there is a section for 'Casos de Sucesso, categoria avaliação' with a checkmark icon. The main text is titled 'Atividade Síntese – Fase 1' and contains two paragraphs of text. The first paragraph states that case studies are becoming more popular but warns not to be misled by the idea of a new instrument, as the scientific method is common and has advantages. The second paragraph explains that the discipline proposes a 'case de sucesso na área da Avaliação'. Below the text is a section titled 'ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO CASE DE SUCESSO EM EDUCAÇÃO, CATEGORIA AVALIAÇÃO' followed by five numbered instructions. At the bottom, there is a list of resources with icons and checkmarks:

Casos de Sucesso, categoria avaliação

Atividade Síntese – Fase 1

Os estudos de caso têm se tornado cada vez mais populares, mas não se engane achando que se trata de um instrumento novo. A verdade é que estudar situações reais que deram certo para se chegar a resultados de igual êxito é um método científico comum e que apresenta vantagens. Entre elas, pular a etapa de tentativa e erro.

Nesse sentido, a disciplina de Aprendizagem nos Espaços Educativos propõe, como **atividade síntese – fase 1**, a elaboração de um **case de sucesso na área da Avaliação**.

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO CASE DE SUCESSO EM EDUCAÇÃO, CATEGORIA AVALIAÇÃO

1. Defina e descreva o caso que será estudado. Por exemplo, descreva a instituição de ensino, o curso EMI, a série ou outros elementos que considerar importantes para a boa definição do seu caso.
2. O caso deve ser autoral, isto é, não pode ser um caso já apresentado por você ou qualquer pessoa. Os casos adaptados devem ser, pelo menos, 70% inéditos (esse padrão usado nos periódicos acadêmicos para evitar o plágio e o auto plágio).
3. Apresente a bibliografia estudada para o caso escolhido a partir das referências usadas na disciplina e/ou outras que possam complementar.
4. Descreva a(s) situação(s), os problemas que foram enfrentados e como foram solucionados. Lembre-se: o "como", que precisa ser respondido no caso. A ideia é expor como foram resolvidas as dificuldades encontradas e relacionadas aos aspectos teóricos.
5. Apresente o resultado que o case ofereceu, como o aprimoramento da avaliação formativa, o uso da avaliação diagnóstica, o uso dos relatórios da avaliação em larga escala ou institucional.

- Atividade síntese
- Explicações sobre o recurso Moodle: laboratório de avaliação
- Tutorial para postagem
- Tutorial para avaliação por pares
- Feedback do laboratório de avaliação
- Como visualizar o feedback

Fonte: criada pelo autor com Ferramenta de Captura do *Windows*, a partir do site do Cefor/Ifes.

Para além dos critérios estabelecidos, o caso passou por um processo de avaliação pelos pares (mestrandos do ProfEPT de outras IAs matriculados na citada disciplina eletiva) e pela docente da disciplina, ao que os apontamentos foram considerados para fins de melhoria da atividade, podendo ser proposta enquanto atividade de avaliação, seja como estudo com casos ou mesmo em ciclo da metodologia da aprendizagem baseada em problemas.

A estruturação da avaliação consta da figura a seguir, que demonstra o uso de sistema para sorteio e distribuição de casos para colegas de turma avaliarem, sem qualquer identificação:

Figura 12 – Metodologia de avaliação de caso criado em disciplina eletiva do Mestrado ProfEPT

Casos de Sucesso, categoria avaliação ⓘ Voltar para: Caso de Sucesso... ➔

Encerrado

Fase de configuração	Fase de envio	Fase de avaliação	Fase de cálculo da nota da avaliação	Encerrado
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Envie seu trabalho ⓘ Aberto para envio de terça, 9 Jun 2020, 16:15 (71 dias atrás) ⓘ Prazo limite dos envios: quarta, 17 Jun 2020, 16:30 (63 dias atrás) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliar colegas total: 1 pendente: 0 ⓘ Aberto para avaliação de quinta, 18 Jun 2020, 10:00 (63 dias atrás) ⓘ Prazo limite da avaliação: quarta, 24 Jun 2020, 23:55 (56 dias atrás) 		

Conclusão ▼
Você finalizou essa etapa da atividade!

Suas notas ▶

Seu envio ▼

 Envie de Sucesso por NICK ANDREW PEREIRA UGALDE em terça, 16 Jun 2020, 22:31

Envios atribuídos para avaliação ▼

Português só para os Fortes
enviado em terça, 16 Jun 2020, 17:30

Voltar para: Caso de Sucesso... ➔

Fonte: criada pelo autor com Ferramenta de Captura do *Windows*, a partir do site do Cefor/Ifes.

Outros casos curtos e atividades com questões e problemas que demandavam solução foram novamente aplicados em turma da disciplina Legislação Trabalhista e Previdenciária do Curso Técnico Subsequente em Recursos Humanos, ao longo do semestre 2019/2, em que portfólio serviu de instrumento de relato das buscas por fontes e das atividades realizadas e soluções adotadas em cada estágio da realização da tarefa.

Os estudos com casos tiveram execução assemelhada à da aprendizagem baseada em problemas (SÁ; QUEIRÓZ, 2010), com etapa de análise do caso distribuído, exame de áreas e conhecimentos envolvidos, buscas de fontes teóricas (especialmente na biblioteca do Campus Rio Branco/Ifac), adoção de solução prévia, aulas expositivo-dialogadas e revisão de solução adotada.

Os estudantes realizaram encontros com registro fotográfico e relatos das atividades executadas e conclusões obtidas naquele momento, conforme quadro de imagens a seguir:

Quadro 3 – Estudantes da disciplina Legislação Trabalhista (Técnico Subsequente em Recursos Humanos) em atividades de pesquisa e resolução de caso



Fonte: imagens cedidas pelos próprios estudantes, em momentos de atividades de resolução de caso, na biblioteca do Campus Rio Branco/Ifac.

As testagens foram acompanhadas e observadas, com atendimentos dos estudantes, em caso de dúvidas por *WhatsApp*, servindo de fontes para a estruturação de atividade correspondente no produto educacional.

4.4.3 Sequência didática para o ensino jurídico na Educação Profissional e Tecnológica

Dada a gama de metodologias para serem aplicadas para que o ensino jurídico se tornasse atrativo e motivacional, optou-se pela construção de sequências didáticas que auxiliassem o ensino jurídico na Rede Federal ou que pudesse servir de inspiração para a congregação de todas as metodologias inovadoras usadas neste trabalho.

Nesse sentido, foram analisados os dados consolidados sobre objetos educacionais constantes do Portal eduCAPES, repositório que apresenta um total de 291.574 itens. Desse total, 5.375 (1,84%) são sequências didáticas, identificáveis em busca a partir de tais descritores, de modo que um recorte da produção das mesmas a partir de 2015 apresenta as seguintes configurações:

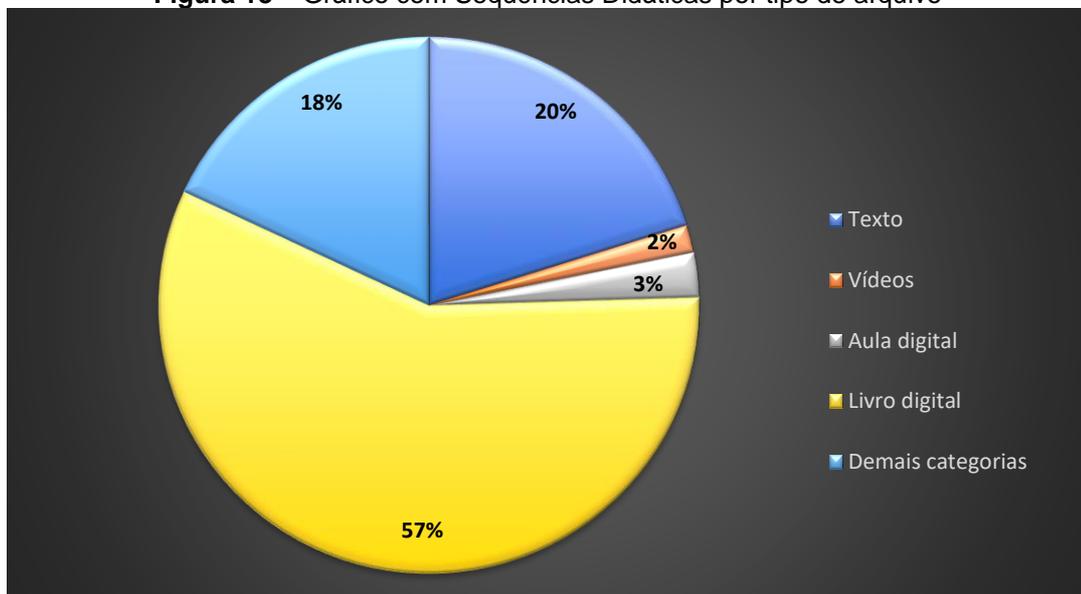
Quadro 4 – Objetos educacionais do tipo sequência didática no portal eduCAPES

2015	2016	2017	2018	2019	2020
729	917	694	821	667	84
<i>TOTAL: 3.912</i>					

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de consultas no Portal eduCAPES, em 13/05/2020.

Por sua vez, as sequências didáticas desenvolvidas podem apresentar-se em distintos formatos de arquivos, de modo que o Portal eduCAPES apresenta dezoito categorias, sendo as de maior ocorrência para o período 2015 a 2020: livro digital (1.926), texto (676), aula digital (91) e vídeos (55), consoante representação do gráfico da Figura 12.

Figura 13 – Gráfico com Sequências Didáticas por tipo de arquivo



Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados extraídos do Portal eduCAPES, em consulta realizada em 13/05/2020.

Quando acrescentado filtro por curso ao qual está vinculado o objeto educacional, e inserido o descritor “ProfEPT”, retornaram apenas 4 trabalhos, não se tendo identificados outros em busca a partir de descritores relacionados ao nome do

curso (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) ou mesmo ao programa (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica).

Já o ambiente do Observatório ProfEPT, criado e mantido pelo Grupo de Pesquisa e Mineração de Dados e Imagens (MiDI) do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico, registra 92 trabalhos defendidos em 2019 e 8 em 2020, dos quais 11 são classificados como Sequência Didática, quanto ao Tipo do Produto; e destes, apenas 1 versa sobre a educação jurídica no âmbito da Rede Federal, sendo o trabalho desenvolvido por Lamas (2019).

Em continuidade, foram analisados os trabalhos produzidos no ProfEPT sobre educação jurídica, cujo levantamento identificou três, dois deles estruturados na forma de sequências didáticas e um configurado como *serious game*, que abordaram temas de direitos fundamentais.

Em etapa de conferência, verificou-se que todos tinham seus produtos carregados no repositório do Portal EduCapes, o que é uma exigência para os mestrados profissionais, inclusive o ProfEPT, sendo que apenas um não consta atualmente (18/08/2020) do repositório do Observatório ProfEPT, estando apenas em site da respectiva IA, em seção dedicada ao curso.

Observou-se que nenhum dos trabalhos identificados foi executado como apoio ou mesmo inserido na execução de disciplina jurídica, o que decorreu das questões que nortearam as pesquisas, que continham a semelhança de buscarem oportunidades e a ressignificação de uma educação jurídica para estudantes de EMI, haja vista a identificação de inexistência de conteúdos jurídicos básico nos currículos, ou considerados essenciais para o exercício de uma vida digna, com criticidade, ética, autonomia e maior consciência de direitos e deveres (LAMAS, 2019; FERREIRA, 2019; SILVA, 2020).

Quanto à institucionalização, um produto foi desenvolvido e aplicado com aporte em projeto de ensino (LAMAS, 2019); outro a partir de aulas cedidas por docente de determinada disciplina (FERREIRA, 2019), sem menção a outro projeto, diferente do que deu suporte à pesquisa; e o terceiro passou por processo de autorização por Direção Geral de Campus, mas não esteve associado a qualquer atividade extensiva ou projeto de ensino (SILVA, 2020).

As problemáticas dos trabalhos apontavam e sustentavam a necessidade de inclusão de conteúdos jurídicos, ainda que na forma de itens transversais dos currículos, não sendo um enfoque o uso de metodologias ativas, sendo citadas por um deles, servido de base para outro, e apenas de modo transversal identificada no último.

4.4.4 Proposta de produto educacional para disciplinas jurídicas no Ifac

A partir da revisão teórica, da metodologia de aplicação e dos resultados alcançados, foram construídas sequências para dois encontros inicialmente projetados para a disciplina Direito Empresarial e Tributário, com primeiro momento especialmente focado na qualidade da construção da relação entre os sujeitos, logo, com momentos de necessária interação com coletas de informações que permitem conhecer o público, conhecer uns aos outros, e gerar repositório para a formalização de um planejamento de execução e avaliação, bem como do acordo didático.

Nessa etapa, o uso de ferramentas de TICs deve ser intensificado por fatores como a consolidação que fazem de dados e pela forma dinâmica e imediata como apresentam as informações geradas, em contexto e para todo o grupo, sendo essenciais ainda para a fase de diagnóstico.

O segundo encontro, tendo tema central o Sistema Tributário Nacional e o conceito legal de tributo, foi projetado com o uso de metodologias ativas que iniciaram sua execução ao final do primeiro encontro, havendo, portanto, ligação e relação entre as sequências e no planejamento do todo do produto.

Nesse sentido, o quadro a seguir detalha a estruturação do produto proposto:

Quadro 5 – Estrutura das Sequências Didáticas do Produto Educacional

Encontro I – Interação, sondagem e apresentação da disciplina (2 h)		Encontro II – Sistema Tributário Nacional e conceito legal de tributo (2h10min)	
<i>Atividades/Metodologias</i>	<i>Recurso Educacional</i>	<i>Atividades/Metodologias</i>	<i>Recurso Educacional</i>
Apresentação e interação inicial	Apresentação dinâmica no <i>Mentimeter</i> .	Sala de Aula Invertida	Livro digital, ambiente virtual de aprendizagem e roteiro de realização.
Pactuação de Acordo didático		Gamificação	Jogo desenvolvido no site <i>Quizizz</i> .
Apresentação de atividade de pesquisa	Planilha e roteiro de realização.	Diálogo e Ensino pelos Pares	Salas de discussões no site <i>Zoom</i> .
(Continua na próxima página.)			

(Continuação.)			
Apresentação de caso para resolução em grupo	Caso e roteiro de realização.	Ensino Híbrido	Ambiente virtual de aprendizagem e grupo de discussão no <i>WhatsApp</i> .
Teste diagnóstico	Questionário do <i>Google Forms</i> .	Avaliação do encontro	Questionário do <i>Google Forms</i> .
Início de sala de aula invertida	Livro digital, ambiente virtual de aprendizagem e roteiro de realização.		

Fonte: elaborado pelo autor.

As atividades e metodologias selecionadas partiram das experiências de aplicação, como no caso de: gamificação, estudo com casos, ensino híbrido e instrução por pares, cujos resultados apresentaram maior interação, seja entre estudantes, com facilitação da linguagem pela comunicação entre eles e com as próprias palavras acerca dos entendimentos e conceitos (um dos itens de dificuldade no aprendizado de conteúdos jurídicos), ou mesmo com o docente da disciplina, no que espaços ampliados e ambientes virtuais, como *Moodle* do site HorárioNet e *WhatsApp*, elevaram o interesse de estudantes.

As atividades com pesquisa, para além do respaldo na revisão bibliográfica e na experiência, são exigências da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, inclusive na Rede Federal, de modo que seus resultados possibilitaram melhores níveis de compreensão e a geração de resultados em benefício coletivo.

O produto educacional atendeu a critérios ou dimensões trazidas por Rizzatti et al. (2020) de complexidade, registro, impacto, aplicabilidade, acesso, aderência e inovação, em que verificado o processo metodológico de criação, partindo de experiências refletidas, bem como ser apto ao registro em plataforma de armazenagem, com aplicação de jogos, criação e uso de ambiente virtual.

Os itens de acesso e replicabilidade (subitem de aplicabilidade) são atendidos pela disposição do mesmo em repositório e pela configuração de ambientes em modo disponível ao público, com facilitação do uso por meio dos QR Codes gerados e constantes do material.

A comparação a partir dos levantamentos de metodologias ativas registradas em artigos e publicações acadêmicas e dos trabalhos já realizados no âmbito da Rede Federal e do ProfEPT permitem verificar a inovação na construção e combinação das atividades, com criação de conteúdos (especialmente jogos e roteiros de realização de atividades – sala de aula invertida, pesquisa orientada com

uso de planilha e estudo de caso), e organização de ambientes (*Moodle*), facilitando o ensino jurídico na Rede e trazendo aspectos de inovação e motivação aos estudantes.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário do magistério jurídico na Rede Federal trouxe a necessidade de novas metodologias, em cumprimento da perspectiva que engloba a realização do direito à educação de forma plena, logo, adequada ao contexto e com elementos de inter e transdisciplinaridade, ao que se muda o enfoque de formação para operadores do Direito, e voltando-o para aqueles que necessitam de tais conhecimentos para o bom exercício dos próprios direitos, nas diversas searas da vida, reconhecendo também a existência do direito do outro.

Assim, ensinar conteúdos jurídicos na EPT é decorrência da ideia de formação integral, e deve buscar formas de uma oferta com atratividade, motivação e capacidade de melhores níveis de assimilação e ampliação da formação de conhecimentos, de modo que a formação em mestrado profissional, como é o caso do ProfEPT, conduz ao ambiente de formação ou qualificação em serviço que contribui para solucionar as questões postas relacionadas com problemas da educação.

Nessa seara, o produto educacional figura como aporte em termos de instrumentos, metodologias e práticas refletidas e fundadas em teorias compatíveis com as bases da EPT, logo, coube ao estudo, para além da constatação, estabelecer contribuições em critérios importantes de criação, aplicação e avaliação de um produto educacional voltado para o ensino jurídico na Rede Federal.

O objeto educacional gerado a título de proposta, contém, portanto, um agregado daquelas metodologias intituladas ativas que foram executadas com estudantes em contexto real e das quais houve avaliação de resultados considerada positiva, integrando, então, uma apresentação customizada de possibilidades ao docente, mas sem desconsiderar que o produto educacional não se apresenta como um algo prescritivo, já que a sala de aula é uma ambiente vivo, logo, o material mantém essa perspectiva se conjugado às análises e reflexões daquele que empreende suas práticas educativas.

Em síntese e fechamento discussivo referente à experiência, o produto, com seu *mix* de metodologias ativas e inovadoras, bem como tecnologias, possibilitou a transformação da prática docente centrada no professor e focada nos conteúdos e sua retenção para uma atuação mais aberta, participativa e instigante, deslocando a centralidade do processo formativo para o estudante e direcionando a relação para um diálogo construtivo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. B.; FERREIRA, D. T.; FREITAS, N. M. da S. Os três momentos pedagógicos como possibilidade para inovação didática. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 11, 2017. **Anais do XI ENPEC**. Florianópolis. Disponível em: <http://www.abrapecnet.org.br/enpec/xi-enpec/anais/index.htm>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- AMARAL, E. de A.; ROCHA, I. N. de V. Metodologias ativas de ensino: percepções da aplicação no curso de Direito. *In*: ANDRADE JÚNIOR, J. de; SILVA, N. L. C.; SOUZA, L. P. de. **Metodologias Ativas**: práticas pedagógicas na contemporaneidade. Campo Grande: Editora Inovar, 2019. p. 96-112.
- ANDRADE, A. de F. B. **Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: uma análise de sua institucionalidade. Brasília, 2014. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.
- BACICH, L; MORAN, J. (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 7**, de 22 de junho de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em: https://www.unifesp.br/campus/sao/meparem/images/docs/Portaria_Normativa_N_07_de_22_de_junho_de_2009.pdf. Acesso em: 13 ago. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 544**, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – Covid-19 (...). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- DIESEL, A; BALDEZ, A. L. S.; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, v. 14, n. 1, p. 268-288, 2017.
- FREITAS, L. C. de; SORDI, M. R. L. de; MALAVASI, M. M. S.; FREITAS, H. C. L. de. **Avaliação educacional**: caminhando pela contramão. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- HERREID, C. F. *What makes a good case?* **Journal of College Science Teaching**, 27 (3): 163, 1998.

- KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. *In: VI Congresso da ALAIC – Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação*. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, junho de 2002.
- LEITE, P. de S. C. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In: 7º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa. Atas CIAIQ2018*. Volume 1, Fortaleza, 2018, p. 330-339.
- LEODORO, M. P.; BALKINS, M. A. A. de S. Problematizar e participar: elaboração do produto educacional no Mestrado Profissional em Ensino. *In: II Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia – PPGECT, 2010.
- LORENZONI, M. **Pequeno glossário de inovação educacional**. Disponível em: <http://materiais.geekie.com.br/ntr-pequeno-glossario-de-inovacao-educacional>. Acesso em: 23 out. 2018.
- MASETTO, M. T.; WILD, A.; ZOKOWSKY-TAVARES, C. Metodologias ativas em cursos de graduação em Direito. **Didática e prática na relação com a formação de professores**. Disponível em: <http://www.uece.br>. Acesso em: 19 out. 2019.
- MATOS, L. G.; PEREIRA JÚNIOR, A. J. Metodologias ativas aplicadas à disciplina do Direito dos Transportes na Faculdade Paraíso do Ceará – (FAP). **Revista Jurídica**. v. 01, n. 50, Curitiba, p. 185-208, 2018.
- MELO, C. E. S. de. Metodologias ativas de ensino e aprendizagem no curso de Direito: breves relatos da experiência de Ages. **Revista de Graduação – USP Grad+**, v. 3, n. 2, jul 2018.
- MORAN, J. **Mudando a educação com metodologias ativas**. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens, v. 2, p. 15-33, 2015.
- MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. **Aprendizagem Significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Centauro, 2001.
- PASQUALLI, R; VIEIRA, J. de A.; CASTAMAN, A. S. Produtos educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica. **Educitec – Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**. Manaus, v. 04, n. 07, p. 106-120, jun. 2018.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.
- RIZZATTI, I. M. et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **Actio: Docência em Ciências**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020.
- SÁ, L. P.; QUEIRÓZ, S. L. **Estudo de casos no ensino de química**. Campinas: Editora Átomo, 2010.
- SANDE, D; SANDE, D. Uso do Kahoot como ferramenta de avaliação e ensino-aprendizagem no ensino de microbiologia industrial. **Holos**, [S.l.], v. 1, p. 170-179, fev. 2018. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6300>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SASSAKI, C. **Educação 3.0: uma proposta pedagógica para educação.**
Disponível em: <http://materiais.geekie.com.br/educacao-proposta-pedagogica>.
Acesso em: 31. mar. 2018.

ZABALA, A. **A Prática Educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos e pesquisas realizados tiveram por base inicial revisão bibliográfica em grande parte guiada pelas escolhas de referências nas disciplinas do currículo do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), consideradas aptas à caracterização da EPT e de seu *locus* de realização, com ressignificação do papel da educação e atribuição de primazia ao sujeito cognoscente, considerando as especificidades daquele que estuda em uma instituição da Rede Federal e o ideal de se oferecer uma educação de cunho humanista, crítico-reflexiva, em alguma medida libertadora ou de formação de autoconsciência e com agregação de elementos dos eixos da vida humana, ou que seja e esteja para além do capital.

A essa centralidade e à agregação dos demais aspectos da vida, ou de sua consideração em perspectiva dialógica, mostram-se caros valores relacionados com a estética e as incursões em práticas educativas ou pedagógicas que busquem de fato ser inclusivas, pois pautadas no diálogo das fontes ou referências utilizadas, demonstrando os contextos de vida que passam a ser trazidos para a sala de aula, numa ideia de ponto de partida, sempre que possível, para trabalhar os conteúdos do currículo, neste caso em recorte para a área jurídica, mas sem perder a ideia de interdisciplinaridade e até mesmo de totalidade.

Um percurso com tais características e que se utilize de tal visão seguramente não é dos mais fáceis, sendo aquele para o qual se deve olhar com desconfiança para as soluções pré-definidas, pois a educação supera e está além dos meros experimentos laboratoriais com variáveis controladas, como já se antecipou ao trazer os elementos que se relacionam no espaço da sala de aula quando da organização e execução de uma sequência didática.

Nesse sentido, uma tarefa a que se prestou a pesquisa foi situar-se em uma concepção de educação e naquilo que poderia ser o núcleo de uma educação profissional e tecnológica, já que contextos, ambientes e públicos são elementos norteadores da ação docente, mister que se cumpriu com detalhamento de abordagens teórico-conceituais do que seriam as bases da EPT, em que temas necessários foram a dualidade na oferta da educação no Brasil, determinantes

econômicos na educação e, em alguma medida, níveis de acesso ao direito a educação.

Dualidade e fragmentação foram brevemente consideradas enquanto componentes de um percurso ou trajetória acidentada, demonstrando-se que a segregação e a negação da educação são escolhas, ainda que fundamentadas na omissão, e alienam, retirando o que hoje concebe-se como uma essência de educação, em visão totalizante, crítica, reflexiva e pautada na inclusão. Nesse sentido, a inclusão de reflexividade e formação de juízo crítico nas atividades elaboradas, inclusive a partir do aproveitamento dos contextos e situações de vida, contribuem para a construção da educação em perspectiva unitária ou omnilateral.

Determinantes econômicos e níveis de acesso puderam ser representados no trabalho em abordagem sobre investimento e qualidade da educação prestada pelo poder público, considerando estudos de avaliações de larga escala, por exemplo, e um dos principais instrumentos para um real planejamento educacional de longo prazo e enquanto política de Estado, que é o Plano Nacional de Educação (PNE), com algumas de suas metas e estratégias vinculadas à EPT.

Mais adiante, a revisão do cenário do magistério jurídico teve por intuito trazer e discutir problemas a partir das realidades cientificamente veiculadas e por métodos também científicos tratadas, possibilitando duas coisas: i) diagnosticar questões relevantes para a área de atuação docente; ii) sinalizar possibilidades, com suas vias eleitas e resultados alcançados; e iii) de algum modo, permitir um cotejamento com o que se tem pensado e realizado a partir da educação jurídica na Rede Federal.

Neste ponto, foi considerado que metodologias ativas ou métodos inovadores não se configuram enquanto simples atrativos ou recursos de entretenimento nas aulas, são, antes, um reconhecimento do protagonismo de quem estuda e aprende, de sua centralidade no processo de ensino-aprendizagem, logo, em cenário de Educação 4.0, são metodologias tão-somente necessárias ou com as quais não se pode deixar de trabalhar, sob pena de se fazer uma educação medieval em pleno 2020, momento da história da humanidade e especialmente da brasileira em que os embates e discursos exigem que os apanhados históricos, a cientificidade e os ganhos da tecnologia estejam presentes e guiem a formação de consciência humana.

Assim, toda a construção do trabalho e sua linha argumentativa é pela educação que inclua, que amplie e transforme, que seja integral e numa perspectiva de Escola Unitária se pensada dentro de questões da formação de uma classe específica, mas não limitada apenas à participação desta; com conciliação das formações científica e profissional, permeadas pelas tecnologias, e visando à totalidade do conhecimento e da dimensão humana. Foi essa a opção teórica do trabalho, e a partir dela é avaliado o cumprimento de cada objetivo.

O mapeamento de desempenhos, de ordem burocrático-gerencial, prestou-se a fins exploratórios que trouxeram questões, justificaram a pesquisa e em alguma medida sinalizaram prioridades, como é próprio de dados quantitativos, retratam, ao que a abordagem qualitativa poderia exigir análises mais detidas e explicativas dos fenômenos e de tudo mais que interferiu no processo, o que não foi levado a cabo por limitações da pesquisa, desde metodológicas a temporais, mas sem deixar de mencionar que não compuseram tais detalhamentos pormenorizados as escolhas do percurso deste trabalho. São relevantes e, por si só, já seriam objeto de valiosos estudos.

O que se cumpriu foi mais breve e conforme projetado na fase de estruturação da pesquisa e considerando dados disponíveis, demonstrando alguns dos interessados ou dos atores-chave para a pesquisa, quando os formulários trouxeram categorias que, novamente, justificaram e direcionaram as escolhas metodológicas.

Já o mapeamento de metodologias consistiu em etapa bastante ilustrativa das possibilidades, quando se exercitou a técnica da categorização e da qual resultou primeira publicação desta pesquisa, tendo por espaço científico o IV Congresso de Ciência e Tecnologia do Ifac, cujo tema era Tecnologia Disruptiva e no qual se apresentou o trabalho *Perspectivas para o ensino jurídico na Educação Profissional e Tecnológica com uso de metodologias ativas*.

Naquele estágio, a pesquisa já contava com um breve cardápio de possibilidades, das quais a gamificação e os estudos com casos ou com aprendizagem baseada em problemas figuravam entre as que mais compunham os planos de disciplinas em execução, e já se tinha a identificação da primeira pesquisa conhecida sobre educação jurídica no Rede Federal desenvolvida no âmbito do

Mestrado ProfEPT, a qual trouxe ganhos, apresentou possibilidades e distinções em relação ao estudo aqui desenvolvido.

As testagens de metodologias e ambientes ocorreram em disciplinas ministradas nos diversos cursos do Campus Rio Branco, com a complementação em termos de base teórica e abordagem prática decorrente de todas as disciplinas do Mestrado ProfEPT, sendo que, na fase de elaboração do produto, apareceu com grande nitidez o aspecto de utilidade do mesmo enquanto contributo para tentar tratar algumas das questões ou dos problemas nas disciplinas jurídicas ministradas pelo pesquisador, sem descuidar, por óbvio, da missão de construir um algo também interessante para os demais docentes da área, de áreas afins ou que pensem sobre temáticas de ensino com TICs e metodologias ativas.

Nesse objetivo, a descoberta de um *Moodle* gratuito e acessível por qualquer professor, que poderia customizá-lo, foi um dos ganhos, antecipando uma proposta que surgiu de gerar algo compartilhado, ao que a revisão sobre produtos educacionais revelou que não tinha como não ser esse um dos objetivos desde o início. Nesse cenário, disciplinas como Produção de Recursos Educacionais (2019/2) e Educação e Tecnologias (2019/2 e 2020/1) foram bastante ilustrativas de algumas das inúmeras possibilidades, e assim foi com a testagem do citado ambiente entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020.

Seguramente esse teste demonstrou a essência do ensino híbrido, com ampliação real da interação, da sala de aula e dos momentos de aprendizagem, ao que até a colaboração entre estudantes de uma disciplina jurídica ministrada transpareceu como algo de destaque, sendo que avaliaram recursos e auxiliaram uns aos outros em determinadas dúvidas sobre uso do ambiente e atividades da disciplina Fundamentos do Direito. Em tal período, plataformas como *Kahoot* e *Mentimeter* já eram conhecidas e utilizadas em testes diversos nas disciplinas jurídicas dos cursos técnicos e superiores ministradas pelo pesquisador.

Ainda no cumprimento do objetivo de mapear metodologias ativas, customizar aplicações e avaliar resultados, a pesquisa gerou como outro produto o projeto de ensino intitulado *Metodologias ativas para Aprendizagem Significativa de conteúdos jurídicos*, selecionado em 1º lugar, dentre 29 projetos submetidos no certame do Edital nº 16/2019/Dsaes – Proen/Ifac, com financiamento de 2 bolsas do Programa

de Monitoria. Não obstante, as ações encontram-se suspensas desde o início do período da pandemia causada pelo novo Coronavírus.

O objetivo de organização de conteúdos para ambiente participativo, com a utilização de metodologias ativas e por meio da elaboração de sequências didáticas, foi cumprido por meio da própria criação do produto educacional, no entanto, a suspensão das aulas impediu a finalização com testagem de 100% do mesmo, subsistindo as testagens parciais das metodologias selecionadas (constantes do Quadro 2, Seção 4 deste trabalho).

Assim, embora o projeto tenha encontrado limitações, o produto passou a agregar possibilidades para um ensino jurídico na Rede Federal totalmente remoto, como as contribuições da Ação de Extensão *Workshop on-line: aplicativos para educação*, que capacitou de forma dinâmica em turma com profissionais da educação de diversos estados, e no início do período pandêmico, sobre plataformas como *Zoom, Quizlet, Seesaw, Sympla e Quizizz*. Na citada ocasião, houve demonstração de emprego de metodologias ativas e sua associação a recursos de novas tecnologias da informação e comunicação. Para todas foram criadas atividades pensando em objetivos, estratégias, conteúdos e níveis de interação, além das possibilidades em termos de conexão e equipamentos.

O programa do Mestrado ProfEPT, por seu conjunto de disciplina teóricas e práticas, promoveu alterações substanciais em relação às práticas pedagógicas adotadas antes de seu início no segundo semestre de 2018, as quais, não obstante serem bem intencionadas, careciam de melhor ordenação e articulação com demais eixos da vida humana, prevalecendo uma ênfase conteudista perigosa se o resultado do processo de ensino-aprendizagem fosse estritamente alienante e da aceitação do que está posto em termos de fatos e regras jurídicas.

O cenário e a visão atual é de um magistério jurídico técnico, preciso, mas que permita, amplie, incentive e promova a discussão e a reflexão com espírito crítico, (re)perguntando sobre as demais possibilidades que não foram normatizadas e a que interesses atendiam (bem como a opção escolhida pelo legislador).

Se a pandemia não deixou outra opção que não a suspensão das aulas, é verdade também que potencializou as situações de uso das atividades previstas no produto educacional, deixando claro que as tecnologias realmente são importantes e

até essenciais para que se continue a construir conhecimentos pelas redes de ensino.

O trabalho soma-se às demais pesquisas do Mestrado ProfEPT sobre educação jurídica, destacando-se pela seleção de metodologias e a forma de composição das sequências didáticas apresentadas, a título de pesquisa inicial, a qual pode e deve ser complementada por trabalhos futuros que a critiquem e tragam outras possibilidades de ambientes e empregos dos recursos utilizados, bem como na busca do melhor alinhamento com as correntes que pregam, buscam e lutam por uma educação que seja significativa, pois duradoura, útil e aplicada, bem como para além da subserviência e da alienação.

Por fim, espera-se que possa o produto contribuir não só para a área do ensino e da educação jurídica, mas também para demais disciplinas que careçam ou mesmo aprofundem sobre usos de metodologias ativas, situações em que podem surgir críticas e proposições de empregos mais otimizados, por exemplo. Ainda nesse ponto, espera-se que os recursos tenham propiciado um diálogo com estudantes, o qual pareceu evidenciado nas contribuições e avaliações apresentadas e discutidas.

6 APÊNDICE A – Plano de Curso

PLANO DE ENSINO			
Curso: Técnico Subsequente em Administração			Turma: 2019.1
Período da Turma: 3º	Ano/Semestre: 2020.1		Turno: Noturno
Disciplina: Direito Empresarial e Tributário			
Carga Horária: 45 h	Encontros: 54	C/H Teórica: 22 h	C/H Prática: 23 h
Docente: Nick Andrew Pereira Ugalde			Titulação: Especialista
1 Ementa:			
Estudo da atividade empresarial e econômica na Constituição. Compreensão sobre conceito e classificação da atividade empresarial. Noções de título de crédito. Estudo sobre o sistema tributário nacional. Análise sobre a constituição, suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário. Regime Simplificado de Tributação.			
2 Objetivo Geral:			
Compreender a incidência de normas jurídicas sobre constituição, funcionamento e tributação da/na atividade empresarial, inclusive reflexos em atividades administrativas.			
3 Objetivos Específicos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer conceitos e institutos jurídicos relacionados à atividade empresarial e ao sistema tributário nacional; • Visualizar atividades, fluxos, procedimentos e o processo de tributação no âmbito administrativo; • Identificar diferentes espécies tributárias, competências e obrigações; • Diferenciar tipos societários, formas de constituição e finalidades; • Formular propostas de intervenção em âmbitos pessoal e profissional sobre justiça tributária. 			
4 Conteúdo Programático:			
<p>4.1 Unidade 1 – A Ordem Econômica nas Constituições e o Direito Empresarial Brasileiro: histórico do comércio e as fases do Direito Comercial/Empresarial; as Constituições e o Direito Empresarial: princípios e elementos da atividade empresarial; agentes e formas de atuação; o Código Civil de 2002 e o Direito Empresarial brasileiro. (10 h)</p> <p>4.2 Unidade 2 – Direito Societário: principais tipos societários: regras sobre constituição, tipos de sócios e responsabilidades. (8 h)</p> <p>4.3 Unidade 3 – Noções Gerais sobre Títulos de Crédito: teoria geral dos títulos de crédito: histórico, usos e contribuições para a atividade empresarial; títulos de crédito em espécie. (7 h)</p> <p>4.4 Unidade 4 – A tributação e a Constituição de 1988: histórico da tributação; a Constituição enquanto estatuto jurídico de proteção do contribuinte: princípios da tributação; o Sistema Tributário Nacional: entes tributantes, competências, capacidades e limitações ao Poder de Tributar; obrigações e sujeitos da relação jurídico-tributária. (10 h)</p> <p>4.5 Estudo dos Tributos no Direito Brasileiro: elementos do conceito legal de tributo; espécies tributárias e procedimento administrativo de constituição de tributos – o lançamento; formas de exclusão e de extinção do crédito tributário; reflexões sobre a tributação, seus impactos na vida de contribuintes e outros aspectos de justiça tributária. (10 h)</p>			
5 Procedimentos Metodológicos:			
<p>As atividades didáticas utilizarão misto de procedimentos metodológicos tradicionais e ativos e consistirão em aulas expositivas e dialogadas, trabalhos expositivos resultantes de explorações e pesquisa em fontes documentais/bibliográficas, coletas de dados/informações, formação de grupos de discussão, aplicação de estudos dirigidos para fixação de conteúdos, construção de glossário, etc.</p> <p>A execução da disciplina será apoiada por ambientes virtuais de aprendizagem (<i>moodle</i> e <i>SIGAA/IFAC</i>), para melhor aproveitamento e acompanhamento de estudantes e conteúdos de maior dificuldade.</p> <p>A construção de conhecimento também utilizará estratégias como realização de estudos de caso em</p>			

sala de aula e problematização, ambas com exposição oral. Intituladas metodologias ativas serão executadas, sempre que possível, com usos e aplicações de jogos (a exemplo de *quizzes*). No percurso, atuarão monitores, permitindo acompanhamento individual e atividades paralelas em períodos extraclasse.

6 Recursos Didáticos e Educacionais:

Biblioteca física e virtual; notebook/computador; projetor multimídia; quadro branco; pincel; vídeos; debates; jogos em ambientes virtuais; formulários e questionários de coleta de dados e avaliação de conteúdos e reação a avaliação; recursos educacionais digitais; palestras com especialistas convidados.

7 Avaliações:

A disciplina apresentará avaliações formativas, dos sujeitos partícipes, inclusive sobre aspectos didáticos e elementos da prática, tais como aspectos afetivos, cognitivos e motores, quando aplicáveis/cabíveis, aplicadas, no mínimo, a cada tópico de conteúdo ministrado.

Também conterà avaliações somativas ou seletivas, a fim de cumprir requisitos do projeto do curso e da Instituição ofertante, compostas de blocos de notas N1 e N2, cada uma com total de até 10,0 pontos e composição no seguinte formato:

- até 1,0 (10%) para frequência e efetiva participação nas aulas, com cumprimento de atividades propostas e contribuições de melhoria;
- até 1,0 (10%) pela montagem colaborativa de glossário da disciplina;
- até 3,0 (30%) pela montagem e organização de portfólio da disciplina, conforme critérios detalhados em sala;
- até 2,0 (20%) para estudo de caso ou resolução de situação problema em grupo, com etapas definidas e atuação colaborativa;
- até 3,0 (30%) para atividade avaliativa discursiva, individual e sem consulta a materiais.

As atividades serão executadas com auxílio de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, bem como de ambientes virtuais de aprendizagem.

Buscar-se-á a avaliação contínua de cada discente, por meio de questionamentos direcionados sobre tópicos de conteúdos, apresentando caráter diagnóstico, formativo e somatório, bem como explorar potencialidades e contemplar habilidades presentes nos mais diversos perfis de estudantes.

Caso necessário, será oferecida atividade de recuperação para estudantes que não obtiverem 7,0 em cada nota (N1 e N2), consistente em exame oral, análise conjunta e portfólio e elaboração de memoriais descritivos, analíticos e críticos sobre o processo de ensino e aprendizagem, conforme detalhamento.

O exame final consistirá em prova mista (objetiva e discursiva) ou apenas objetiva, com valor de até 10,0 pontos.

8 Bibliografia Básica:

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário esquematizado**. 10. ed. São Paulo: Método, 2016.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa**. 28. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

FONSECA, Luciane Schulz. **Noções de Direito Tributário**. Curitiba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2012.

9 Bibliografia Complementar:

AMARO, Luciano. **Direito Tributário brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CHAGAS, Edilson Enedino das. **Direito Empresarial esquematizado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito Empresarial esquematizado**. 6.ed. São Paulo: Método, 2016.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aprovado pelo Colegiado do Curso em ____/____/2020.

NICK ANDREW PEREIRA UGALDE
Prof. Esp. EBTT, Área Direito

Assinatura do(a) Coordenador(a) do Curso

Assinatura do(a) Diretor(a) de
Ensino, Pesquisa e Extensão

7 APÊNDICE B – Produto Educacional



INOVANDO NO ENSINO JURÍDICO

METODOLOGIAS ATIVAS E RECURSOS EDUCACIONAIS

NICK ANDREW PEREIRA UGALDE

JOÃO RICARDO AVELINO LEÃO
CLEILTON SAMPAIO DE FARIAS



▶ INOVANDO NO ENSINO JURÍDICO

METODOLOGIAS ATIVAS E RECURSOS EDUCACIONAIS

NICK ANDREW PEREIRA UGALDE

JOÃO RICARDO AVELINO LEÃO
CLEILTON SAMPAIO DE FARIAS

Projeto Gráfico:
RODRIGO SILVA SOUZA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

U26 Ugalde, Nick Andrew Pereira
Inovando no ensino jurídico: metodologias ativas e recursos educacionais. / Nick Andrew Pereira Ugalde ; ilustrador, Rodrigo Silva Souza. – Rio Branco, 2020.
70 f. il.

ISBN 978-65-00-13272-4
Orientador: Prof. Dr. João Ricardo Avelino Leão
Coorientador: Prof. Dr. Cleilton Sampaio de Farias

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Ensino jurídico. 3. Material didático. I. - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - *Campus* Rio Branco. II. Título

CDD 373.246

Descrição Técnica do Produto

Este produto configura-se como material educacional do tipo material didático/instrucional e na espécie sequência didática, criado para auxiliar no início de disciplina e no ensino de Direito Tributário, e especialmente em cursos não jurídicos e na Educação Profissional e Tecnológica.

A sequência didática contém a estruturação de atividades que podem ser realizadas com suporte de tecnologias, geram repositórios de informações sobre estudantes que serão essenciais para a boa condução dos processos de ensino-aprendizagem, sempre na perspectiva de conhecê-los mais, bem como as situações de suas realidades e contextos de vida.

Nesse sentido, o que aqui se propõe visa conferir dialogicidade ao processo, começando pelo estabelecimento de bases para um diálogo.

Todas as apresentações dinâmicas e recursos estão acessíveis nos respectivos sites e ambientes, com acesso também por QR Codes.

Boa leitura!

No QR Code a seguir, tu tens acesso aos materiais da dissertação da pesquisa, do produto educacional e demais recursos educacionais produzidos:



SUMÁRIO

1 Introdução	06
2 Parte I - Interação, Sondagem e Apresentação da Disciplina	08
3 Parte II - Sistema Tributário Nacional e Conceito Legal de Tributo	41
4 Considerações finais	69

INTRODUÇÃO

Professor, este produto tem por objetivo apresentar e sinalizar possibilidades de alterações no magistério jurídico, especialmente dentro da Educação Profissional e Tecnológica, com o uso de ambientes, ferramentas e recursos de tecnologias da informação e comunicação que conversem com as metodologias ativas de ensino híbrido, sala de aula invertida, gamificação, estudos com casos na perspectiva da aprendizagem baseada em problemas, bem como com a teoria cognitivista de Ausubel da aprendizagem significativa (MOREIRA; MASINI, 2001) e aquelas inspiradas no humanismo e nos métodos derivados da teoria estruturada por Paulo Freire, como é o caso das práticas educativas baseadas em três momentos pedagógicos (ABREU; FERREIRA; FREITAS, 2017).

As propostas consistirão na ordenação do encontro e suas atividades, dentro da perspectiva material de sequência didática, com os elementos que Zabala (1998) cita, ao que também incluirão traços das teorias já citadas, pois a opção neste trabalho é por um ensino que forme considerando a necessidade de construção de conhecimentos técnicos, mas que a isto não se limite, incluindo sempre a reflexão e criticidade, a contextualização e converse com demais eixos da vida humana, a exemplo de trabalho, ciência e cultura.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas podem configurar diferentes visões e opções em relação ao ato de ensinar e aprender (ZABALA, 1998), desde modelos educacionais tidos como tradicionais, associados ainda à educação 1.0 a modelos inovadores, dentro de novas perspectivas para a educação e os diversos públicos que por ela são atendidos (ANDRADE, 2018).

Também Zabala (1998) ressalta que a prática mais apta ao atingimento de objetivos educacionais relacionados à formação ampla deve ser reflexiva, logo, a análise detida dos elementos, somada à experiência, confere maiores possibilidades ao docente.



Aqui será desenvolvida sequência didática e o planejamento para o encontro inicial da disciplina de Direito Tributário e Empresarial (neste caso, considerando a oferta da mesma em curso técnico subsequente não jurídico), incluindo metodologias ativas no ensino jurídico, a pesquisa e o uso de tecnologias, visando a conferir dinamicidade, criatividade, inovação e maior aproveitamento do processo, sempre integrando conhecimentos em busca de uma formação humanística e integral, conjugada com melhor construção de conhecimentos e para uma aprendizagem significativa (MOREIRA; MASINI, 2001).

Sempre que possível, as ações ou momentos devem aproveitar-se dos potenciais das TICs para conhecer contextos e identificar subsunçores, ao que se entende que tal conduta torna a relação de ensino-aprendizagem em alguma medida dialógica, se aquilo que é trazido pelos estudantes forma ou interfere nos conteúdos a serem trabalhados e contribui para identificar situações-problemas e na busca das soluções.

Tomando, então, contextos, questões e problemas de situações de vida, metodologias como os três momentos pedagógicos permitem um ensino contextualizado, que não prepare para o mercado de trabalho unicamente, e sim que visa à preparação para o mundo, e numa relação com sistematização de situações, possibilitando a expressão, a tomada de decisão e a aceitação.

Aprender mais os conteúdos de Direito Tributário, de modo aprofundado e com as precisões necessárias, não perde espaço, o que ocorre é uma atuação conjugada com demais elementos da existência humana.

A seguir, estão os detalhamentos da aula, com respectivos conteúdos e atividades, incluindo caminhos para as mesmas em plataformas interativas, as quais também possuem versão em aplicativos, conferindo responsividade a seus usos em diversos equipamentos, especialmente smartphones.

Nesta aula, tenta-se esclarecer seus objetivos e os resultados potenciais, desejando que as construções daqui sejam úteis e replicáveis na fase de apresentação, ambientação e estabelecimento da relação entre docente e estudantes, bem como entre estes, que seja respeitosa, aberta ao diálogo, à exploração dos contextos de vida e à aceitação do outro e suas diferenças.

APRESENTAÇÃO

Esse encontro servirá para o estabelecimento de vínculo ou da relação entre docente e estudantes, contribuindo para o envolvimento e a construção de visão colaborativa e construtiva, bem como será utilizado para pactuação de acordo didático, apresentação de unidades, atividades e conteúdos, e exame diagnóstico de conhecimentos prévios e níveis de percepção sobre atividade/questionário.

Ainda conterà disponibilização de atividade de leitura e formação de grupo em WhatsApp para execução de aula invertida, que será concluída no Encontro II, concatenando ideias e conteúdos, em sequência que favoreça o envolvimento e a aprendizagem significativa (MOREIRA; MASINI, 2001).

A apresentação para a aula está disponível em:



Mentimeter

acessível com o código **51 89 0** ou pelo endereço

Funcionalidade de geração de QR Code do site

<https://br.qr-code-generator.com/>



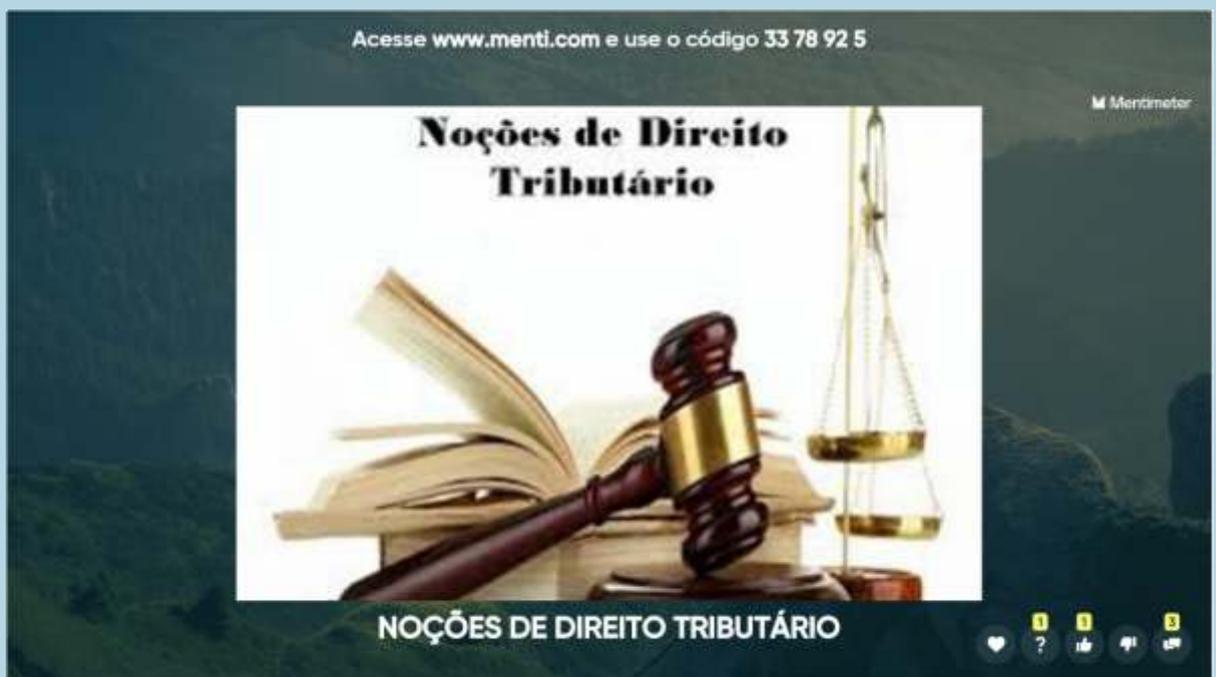
Fonte: elaborado pelo autor utilizando o caminho da apresentação no site www.mentimeter.com e a funcionalidade de geração de QR Code do site <https://br.qr-code-generator.com/>.

Parte I

Interação, Sondagem e
Apresentação da Disciplina

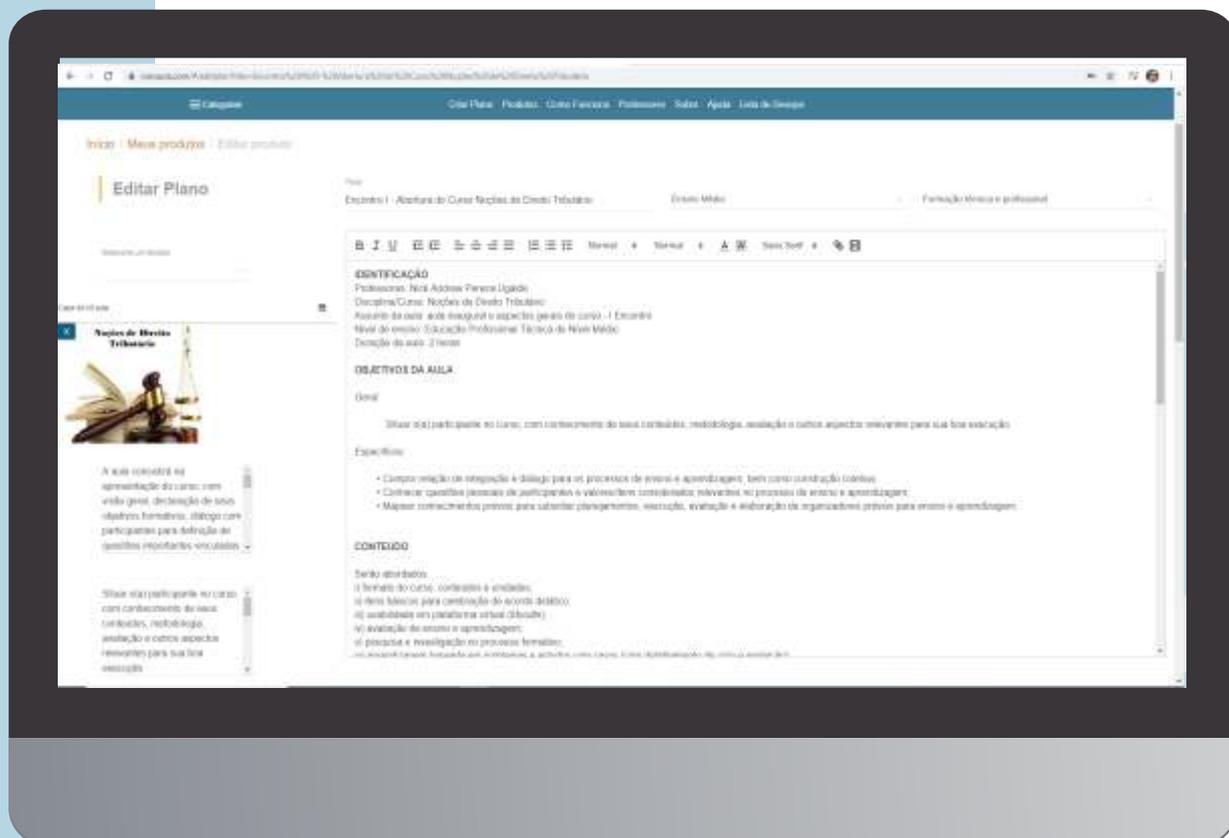
Trata-se de uma apresentação interativa, logo, estudantes podem reagir de diferentes formas e formular desde já questionamentos, o que confere maior dinamicidade à aula e possibilita mais envolvimento em cada abordagem. A mesma está disponível para utilização por professores e pode ser acessada por estudantes a qualquer momento, consistindo em exemplo de recurso educacional. Sugere-se que o professor utilize mais de uma possibilidade de acesso, inclusive o uso de QR Code, pois agrega itens e usabilidades das TICs que podem já ser conhecidas por estudantes ou servir-lhes em momentos futuros da vida, promovendo inclusão digital. Para além disto, inicia-se um processo de criação de cultura de uso de smartphones enquanto instrumentos ou ferramentas que colaboram no processo de ensino-aprendizagem. Sempre que possível, cada atividade conterà o devido QR Code de acesso.

Apresentação do Encontro I



Fonte: elaborada pelo autor, a partir da apresentação que está acessível a todos(as) no site www.mentimeter.com.

Conforme já se observa a partir da tela inicial da apresentação, existem ícones na parte inferior, no lado direito, que sinalizam reações a cada momento, expressando contentamento ou descontentamento por parte de estudantes, ao que o último ícone demonstra a existência de perguntas, também podendo ser utilizado para deixar comentários.



Fonte: Plano de Aula elaborado pelo autor, disponível no site Inovaula, acessível mediante cadastramento prévio.

Agora que os instrumentos de planejamento e que nortearão a execução da aula foram apresentados, vale demonstrar os conteúdos que nela serão trabalhados. É importante ter em mente que um encontro inicial de disciplina terá conteúdos atitudinais, relacionados a saber ser e importantes para o convívio; conteúdos procedimentais, especialmente aqueles orientativos da realização de atividades; e conceituais, quando se aborda algo sobre a teoria da disciplina ou mesmo questões didáticas e pedagógicas em geral.

Nesse sentido, o primeiro contato com uma turma já inicia um diálogo que deve ser estabelecido e cujas informações produzidas devem ser cuidadosamente registradas e analisadas pelo docente, bem como o resultado disto deve ser refletido na finalização de um planejamento que, tanto quando possível, confira algum traço de dialogicidade, o que pode transparecer na definição dos conteúdos e na metodologia de sua execução contextualizada e a partir dos problemas sociais existentes.

O recurso é inovador e inclui estudantes já desde os primeiros instantes do processo de ensino-aprendizagem, possibilitando gerar níveis diferenciados de curiosidade, interação, envolvimento e compromisso. Uma dica bastante válida é pensar em possibilidades de reação docente sempre que o sinal do “joinha” invertido for acionado por estudantes, bem como outra ação essencial é tratar as perguntas e comentários, pois o contrário gera uma sensação de desconsideração nos estudantes.

Vale a pena informar aos alunos que todas as reações, perguntas e comentários são anônimos, logo, é bom esclarecer que o objetivo com a habilitação de tais funcionalidades é ampliar diálogo e participação, bem como já esclarecer pontos da aula, evitando que dúvidas persistam e possam inviabilizar a aprendizagem. Também vale destacar que os recursos não impedem as manifestações diretas e, portanto, identificáveis, trata-se de uma possibilidade a mais, especialmente para aqueles mais tímidos.

O plano de aula para este encontro está disponível em:

<https://bit.ly/3dHARE5>

ou pelo QR Code a seguir:

Fonte: elaborado pelo autor a partir do caminho do plano no site <https://inovaula.com/#/> e da funcionalidade do site <https://br.qr-code-generator.com/>.



Representação do Plano de Ensino no Inovaula

O site Inovaula consiste em plataforma colaborativa que contém planos de aulas e arquivos para sua execução, os quais são criados livremente por professores de diversas áreas e níveis de ensino e disponibilizados de forma gratuita ou mediante cobrança.

O plano criado para execução do encontro foi disponibilizado gratuitamente e pode ser acessado mediante cadastramento na plataforma, servindo de estímulo à colaboração e apto a consulta sempre que necessário. Sugere-se que se confira o que tem no site e reflita sobre a possibilidade de atuar de modo também colaborativo.



Conteúdos: Foram projetados, então, para este encontro os seguintes conteúdos:

- Apresentações iniciais
🕒 25 minutos
- Celebração do Acordo Didático
🕒 10 minutos
- Demonstração sobre usabilidade da Plataforma Moodle
🕒 10 minutos
- Discussões sobre metodologia de execução e avaliação
🕒 10 minutos
- Informações e disponibilização da Planilha sobre tributação
🕒 10 minutos
- Divisão de grupos, entrega do Estudo de Caso e explicação sobre a atividade
🕒 15 minutos
- Teste de sondagem
🕒 30 minutos
- Orientações para sala de aula invertida
🕒 10 minutos
- Encerramento



Objetivos para o encontro:

- Apresentar o curso e sua estrutura;
- Definir, com participação, metodologia e avaliação;
- Estabelecer relação docente-estudantes, para a boa execução do curso;
- Detalhar atividades assistidas a serem executadas e entregues.

Momentos:

Os momentos da aula, com suas atividades buscarão alcançar os melhores níveis de comunicação e aprendizado, realização ações previstas no Cone da Experiência de Dale que sejam mais voltadas ao método ativo e que podem ser identificadas na seguinte figura:



Fonte: imagem disponível em: <https://leadereduca.com.br/2016/06/13/o-cone-de-retencao-do-aprendizado/>.

1º momento:

🕒 25 minutos

início do curso, com apresentações de conteúdos, estrutura, unidades, perspectivas e participantes.

Observe que a atividade é para ser dialogada, com perguntas, conversas, definições e debates entre os sujeitos participantes, logo, pode oscilar de percentuais de aprendizagem de 50% a 70%, a depender da forma como seja conduzida, e, neste sentido, o uso de apresentação dinâmica como a disponibilizada pode trazer ganhos.

Observe, então que as telas da apresentação permitirão guiar a condução dessa etapa e também pode apresentar as reações dos participantes, conforme detalhamento das mesmas na figura:

Expectativas sobre o comportamento do Professor



Fonte: elaborado pelo autor, a partir do site www.mentimeter.com, disponível para preenchimento por qualquer pessoa que tenha o código de acesso.

Expectativas sobre comportamento de Estudantes



Fonte: elaborado pelo autor, a partir do site www.mentimeter.com, disponível para preenchimento por qualquer pessoa que tenha o código de acesso.



Apresentação Inicial de Plano e Participantes



Fonte: imagens capturadas com recurso do Windows, a partir de apresentação criada e disponibilizada no site www.mentimeter.com.

2º momento:

🕒 10 minutos

Celebração do Acordo didático (Uso de Mentimeter para coleta de informações, balões/caixas e/ou nuvens de palavras.)

Foram criadas lâminas específicas para essa atividade na apresentação interativa disponível em:



Mentimeter

acessível com o código 51 89 0 ou pelo endereço

Funcionalidade de geração de QR Code do site

<https://www.menti.com/m9rz3hwdjw>



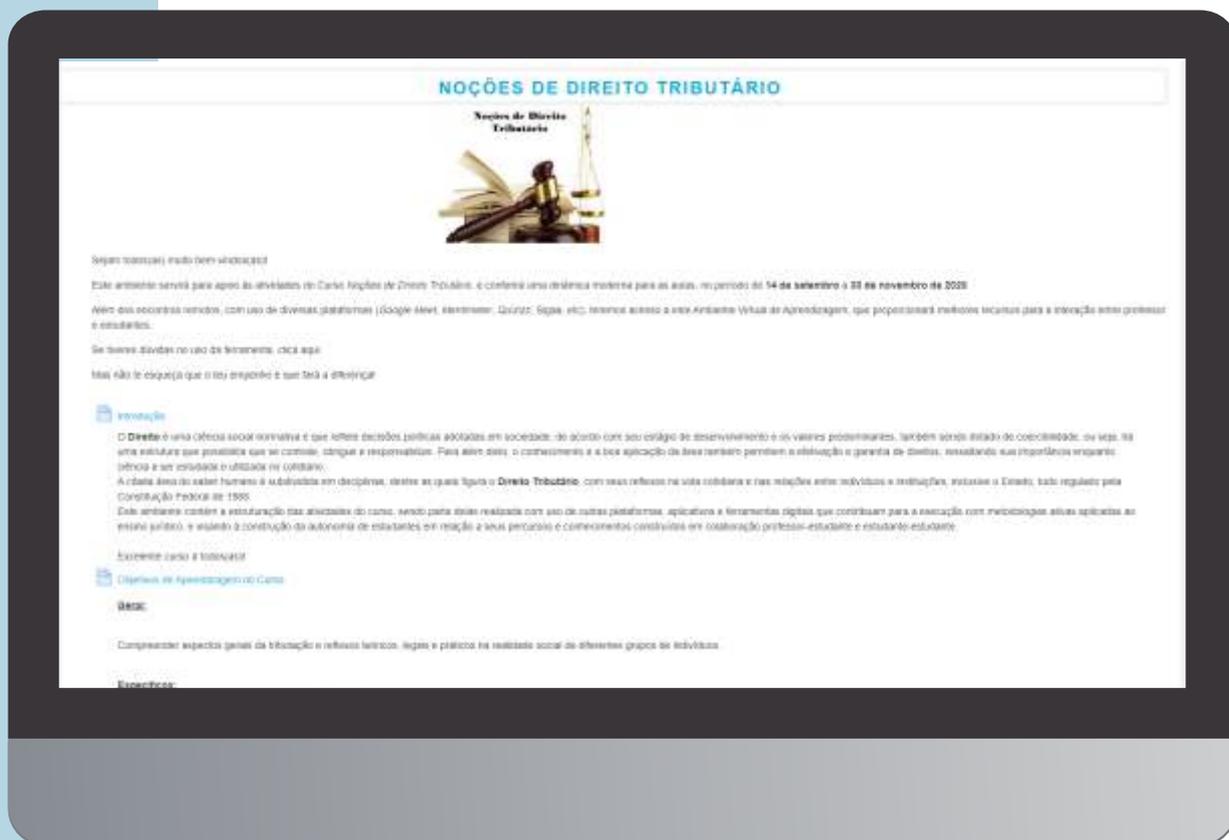
Fonte: elaborado pelo autor a partir do caminho da apresentação no site www.mentimeter.com e da funcionalidade do site <https://br.qr-code-generator.com/>.

3º momento:

🕒 10 minutos

Apresentação do *Moodle* do site HorárioNet, com suas funcionalidades e versão em aplicativo para uso em *smartphones* (com aspecto responsivo), dos roteiros de cadastramento e inscrição no curso (juntados aos apêndices)

Painel do Ambiente Virtual de Aprendizagem



Fonte: imagem criada pelo autor a partir da ferramenta de captura de tela do Windows, com apresentação parcial do ambiente do curso no Moodle do site <http://ava-ac.horarionet.com/course/view.php?id=44>.

O Moodle é uma das possibilidades de ambiente virtual de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, o qual permite reunir no mesmo espaço ferramentas diversificadas como materiais para leitura em diferentes formatos (.pdf, .doc(x), .xls(x), etc.); questionários, vídeos, fóruns, bate papo, mural de avisos, dentre outros.

Neste produto, os usos projetados são: repositório de material para leitura (constante de pasta denominada Biblioteca do Curso), mural de avisos e informações (incluindo declarações de objetivos), disponibilização de fóruns (tanto para interação e discussão sobre a execução da disciplina quanto para trabalhar os conteúdos técnicos e teóricos da mesma).

Expectativas sobre Conteúdos de Aprendizagem



Fonte: elaborado pelo autor, a partir do site www.mentimeter.com, disponível para preenchimento por qualquer pessoa que tenha o código de acesso.

Os momentos de interação para a celebração do acordo didático devem ser valorizados e a boa condução gerará maiores ganhos na exata medida do que proporcionar de ampliação do diálogo. Também é essencial ter em mente que se trata de momento de “escuta” pelo professor das contribuições de estudantes, ao que, após, o mesmo deve conversar a fim de esclarecer ou detalhar questões trazidas, ampliando os percentuais de aprendizagem destes conteúdos para 70% ou mais.

O repositório formado deve refletir na finalização do plano, considerando os diálogos estabelecidos, ao que se recomenda demonstra, em próxima oportunidade, essa vinculação entre o planejamento e as contribuições geradas nessa etapa.



A opção pelo ambiente justifica-se pelo amplo uso e sua adoção pelos mais variados tipos de instituições educacionais, bem como por ser gratuito e responsivo, possuindo versão para aplicativos que permitem uso a partir de gadgets como os smartphones de estudantes, seja na sala de aula ou fora dela, ampliando espaços e momentos de estudos.

Consta do Apêndice um roteiro para cadastramento e inscrição no curso, que pode ser executado para que se conheça melhor a plataforma e suas usabilidades, bem como seja possível analisar a estruturação e as opções deste produto, de modo que se tome decisão sobre a possibilidade de replicação ou novos usos em apoio às atividades de uma disciplina.

4º momento:

🕒 10 minutos

Exposição e diálogo, com sugestões, sobre metodologia para execução e para avaliação

5º momento:

🕒 10 minutos

Apresentação de orientações sobre preenchimento de planilha sobre tributação

Trata-se da primeira atividade prática da disciplina, que conterà momentos de realização fora de sala, com orientação do professor em casos de dúvidas e condução de exames ao final, sendo apresentada brevemente, neste encontro, logo após as questões de metodologia da disciplina.

Painel do Ambiente Virtual de Aprendizagem



Fonte: elaborada pelo autor com uso de ferramenta de captura de tela do Windows a partir da apresentação criada e disponibilizada no site www.mentimeter.com

- Diferenciar espécies tributárias, considerando as definições legais e os respectivos fatos geradores, e entes competentes;
- Construir juízo analítico e crítico sobre justiça da tributação no Brasil;
- Formar consciência sobre direito e responsabilidade no acompanhamento do gasto público.

Etapas:

- 1 Levantamento de todos documentos de despesas (cupons ou notas fiscais) da família para período de 30 dias ou 1 mês;
- 2 Registro/Lançamento dessas despesas em planilha com configuração a ser disponibilizada pelo docente;
- 3 Exame do objeto da compra/aquisição/contratação;
- 4 Somatório dos valores pagos e da tributação incidente, com análise;
- 5 Descoberta dos tributos envolvidos e dos entes competentes;
- 6 Análise da forma de recolhimento dos tributos;
- 7 Comparativo de receitas e despesas;
- 8 Cálculo de percentuais de tributação sobre a renda líquida.

Documentos de Despesas

Nessa etapa, estudantes serão instruídos(as) a pedirem todos os cupons fiscais e/ou notas fiscais de compras realizadas, contribuindo para a atividade e para a criação de cultura de combate à sonegação fiscal. Os documentos serão devidamente ordenados por datas de emissão, englobando os 30 (trinta) dias do mês.

Registro de Documentos

Inicialmente, será feito o lançamento em planilha de informações básicas sobre as despesas realizadas, contendo: data, objeto de compra/contratação/aquisição, valor total da compra (após desconto, quando houver), valor total de tributos, percentual de tributos para cada esfera (federal, estadual e/ou municipal), conforme modelo disponibilizado.

A partir da segunda semana, em cada encontro, serão reservados alguns instantes para acompanhamento da atividade, de modo que: a) sejam criadas as fórmulas de soma; b) revisada a ideia de percentual; e c) introduzida a ideia de categorização de despesas em grupos ou gêneros.

Para além da breve apresentação, será disponibilizado o roteiro para sua execução no ambiente virtual de ensino-aprendizagem, de modo que aqui será ressaltado o ganho na realização da mesma.

Um estudo crítico sobre tributação depende de um conhecimento de base teórica conjugado a experiências e detidas análises sobre a situação individual e em comparação com demais indivíduos e respectivas classes sociais, logo, será realizada a atividade inicialmente fora do espaço de sala de aula e a partir das coletas, pelos estudantes, de documentos fiscais de compras, os quais informam, por obrigação da Lei nº 12.741 (conhecida como Lei do Imposto na Nota), os percentuais e os valores de tributos em cada compra ou contratação, segmentando por esfera de tributação (federal, estadual ou municipal).

Essas atividades de guarda de notas e registro na planilha, por data, pode fornecer estímulos a estudantes para um melhor exame, revisão e planejamento relacionados com as despesas pessoais e familiares, ao que, no final, o exame consolidado e por período pode trazer boas sinalizações e contribuições para a geração de bons hábitos de consumo e priorização de gastos.

Por consistir em atividade de natureza prática que inclui investigação, análise e categorização, a mesma já pode contribuir, se bem conduzida, para níveis maiores de retenção de informação e aprendizado, com percentuais de até 90%, conforme detalhado no Cone da Experiência de Dale.

O método predominante é ativo e a construção deve usar conhecimentos prévios de uso de planilhas, inserção de fórmulas de soma ou técnicas de categorização com agrupamento por semelhanças, o que seguramente contribuirá para uma aprendizagem significativa e contextualizada.



Planilha de Tributação

Data (2020)	Objeto	Valor da Compra (R\$)	Valor dos Tributos (R\$)	Tributos Federais (%)	Tributos Estaduais (%)	Tributos Municipais (%)
01/07	Descrição do item de compra	100,00	5,00	1,66	17	05
31/07	Descrição do item de compra	90,00	8,00	0,35	25	2
TOTAL		190,00	13,00	2,01	42	7

Fonte: elaborada pelo autor em editor de planilhas (Excel) e aqui adaptada para fins de apresentação.

Atividade Investigativa e Teórico-Prática sobre a Tributação

A atividade foi idealizada para que, a partir da realidade de cada estudante/família, seja percebida a tributação, com seus elementos teóricos e práticos, possibilitando o domínio técnico, a melhor apreensão da realidade para cada sujeito e a reflexão crítica sobre tributação e justiça distributiva no Brasil e nos contextos regional e local.

Período de Execução: 1 (um) mês, considerando disponibilidade de 4 (quatro) semanas de aulas e cada encontro (dia) com uso e registro para a atividade de 2 (dois) horários de 50 (cinquenta) minutos, cada.

Objetivos da atividade:

- Perceber a tributação incidindo sobre diferentes fatos da vida social e no cotidiano de cada indivíduo e família;
- Enquadrar-se enquanto contribuinte, com seus elementos característicos e na condição de agente que destina recursos para a atuação do Estado;
- Conhecer sujeitos da relação jurídico-tributária e os diferentes tipos de condutas e obrigações exigidas por lei/pela legislação tributária;
- Calcular impactos da tributação no orçamento pessoal e/ou familiar;
- Comparar impactos de tributação em relação a diferentes grupos sociais, considerando seu contexto e situações dos demais participantes das atividades;
- Evidenciar a essencialidade e a seletividade na tributação, especialmente de mercadorias, por meio da diferença de

É esperado que os campos da coluna “Objeto” sejam preenchidos de modo bastante diverso, de modo que será proposto aos mesmos, em grupos de até 5 alunos o exame dos itens de cada um dos componentes e apresentação de propostas de categorias, o que será compartilhado para toda a turma, de modo a consolidar e criar padronização.

Pesquisa/Investigação

As atividades serão desenvolvidas com apoio na pesquisa e investigação em situações cotidianas e documentos existentes e de fácil acesso a estudantes, conferindo maior aplicabilidade e demonstrando a possibilidade de intervenção nas realidades postas, ou, ao menos, uma melhor compreensão da mesma.

6º momento:

🕒 15 minutos

divisão da turma em grupos para realização e entrega de resolução de Estudo de Caso, realizando breve apresentação, com instruções constantes do Apêndice ao produto (Utilização de ferramenta *on-line* de sorteio do site:

<https://sorteador.top/index.html>

O uso de sites ou softwares para definição de grupos apresenta possibilidades relacionadas às TICs, conforme detalhado na figura que segue, economizando tempo na organização da turma em subgrupos, sendo especialmente recomendado quando se trata de disciplina do início do curso ou quando outros motivos justifiquem a realocação de indivíduos por outros critérios que não o vínculo de amizade já existente.

Não obstante, pode o professor ponderar sobre deixar tal ação a cargo da turma, em casos de disciplinas de meio ou final de curso, intervindo em casos pontuais ou desenvolver estratégias para que estudantes com maior conhecimento do conteúdo integrem grupos com estudantes que estejam com alguma dificuldade, propiciando interação, construção colaborativa e responsabilidade por ajudar os demais colegas a aprenderem.



Fonte: elaborada pelo autor em editor de planilhas (Excel) e aqui adaptada para fins de apresentação.



Os estudos ou as atividades de ensino-aprendizagem com casos apresentam bons resultados para aprendizagem e interação entre estudantes e professor, assim, foi criado o caso a seguir, com seus itens de questionamentos, metodologia de aplicação e resultados esperados:

CASO Y – TRIBUTAÇÃO PARA EMPRESAS



João Dinarte é dono de um supermercado na cidade Uxágora, que tem cerca de 80 mil habitantes. O empresário leva vida agitada por conta de gerenciar seu empreendimento sozinho, recorrendo a contador de confiança quando necessária a escrituração contábil, emissão de demonstrações e registros fiscais para fins de recolhimento de tributos.

Na cidade é instituída em lei uma exigência de que empresários do ramo de supermercados/mercearias destinem 50 quilos de gêneros alimentícios para escolas de bairros periféricos toda vez que a circulação de mercadorias exceder o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), ou seja, quando das vendas e por meio de faturamento (emissão de fatura ou documento fiscal e de venda).

A mesma norma atribui competência para o recebimento ao Prefeito ou seu assessor direto, neste caso por delegação de competência, para a certificação do recebimento, bem como faculta ao primeiro, em caso devidamente justificado, a dispensa da destinação, mediante requerimento com justificativa apresentado pelo devedor.

A notícia da nova lei repercute entre comerciantes locais, e João lembra que certa vez teve um desentendimento com o atual prefeito, ainda no período da campanha, o que poderia ainda ser lembrado e pesar em seu desfavor. Por outro lado, a esposa de João é prima e amiga da primeira-dama da cidade, o que poderia favorecer em eventual reaproximação.

Como visto, na cabeça de João Dinarte passam diversas questões: se essa cobrança seria uma penalidade, se o município está falido e precisando de dinheiro, se vai aumentar custos com serviços contábeis, como vai fazer para cumprir essas exigências da lei, se pode ser perseguido, se alguém está sendo favorecido, se pode obter alguma vantagem, etc.

Na condição de estudante do Curso Técnico em Administração e da disciplina Direito Tributário e Empresarial, analise, estruture e tente apresentar soluções para as questões-problema identificadas por João Dinarte.

ESTUDO COM CASO



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão processuais e compatíveis com os objetivos de construção de aprendizado por mecanismos que proporcionem autonomia, investigação, reflexão e crítica, que favoreçam a interação e colaboração, bem como o domínio de conteúdos da área e suas aplicabilidades em diversos contextos, inclusive favorecendo a tomada de posição do indivíduo diante de si, de seu contexto social e para com a sociedade em geral.

Nesse sentido, as etapas de avaliação intermediária serão compostas pelas entregas dos relatórios e registros, demonstrando a participação de cada estudante e o andamento do trabalho, ao que deverão ser revelados a busca por materiais e fontes e a reflexão sobre os fatos.

Por se constituir em avaliação formativa, os relatórios e registros após encontros deverão ser entregues em até 2 dias antes de cada aula expositivo-dialogada, pois servirão de base e repositório para identificação de conteúdos ainda não assimilados, bem como sinalizarão os pontos de obstáculos até aquele momento, ocasião propícia para a intervenção e direcionamento docente.

Cada relatório fornecido, com respectivos anexos, terá peso 1 e valerá até 10 pontos.

A avaliação final consistirá em: i) apresentação em seminário, com exposição de todos os integrantes do grupo, inclusive para responderem questionamentos eventualmente surgidos, em que critérios de criatividade e informatividade terão maior peso (50% da nota dessa atividade), juntamente com trabalho escrito final e/ou criação de produto de comunicação digital para divulgação externa de itens relevantes aprendidos (blogs, vlogs, vídeos, etc.; ii) preenchimento de formulários de avaliação (de si, dos integrantes do grupo e da atuação docente).

Esta etapa de avaliação final valerá até 30 pontos (metade para cada critério definido no parágrafo anterior), ao que o resultado será multiplicado pelo peso 2.

Nos relatórios intermediários, os estudantes deverão pontuar sobre as condições de aprendizagem da instituição de ensino, tais como acesso à rede mundial de computadores, acervo da biblioteca, espaços para estudos individual e em grupo, dentre outros.

Dentre os pontos importantes para a resolução do caso, considere:

- a** a definição legal de tributo (prevista no art. 3º do Código Tributário Nacional – CTN);
- b** a espécie tributária identificada no caso, considerando as possibilidades estudadas na Constituição Federal;
- c** a função tributária da cobrança criada pelo município, considerando o destino ou o que se quer quando da criação do tributo;
- d** a competência para instituição do tributo e o procedimento legislativo adotado para criar tributos no Brasil;
- e** a competência administrativa e a previsão na norma citada;
- f** o tipo da obrigação;
- g** sujeitos envolvidos;
- h** parâmetros utilizados para definição da exigência;
- i** exame sobre a justiça e o acerto da instituição da exigência.





Estudante



Professor

Estudantes deverão compor grupos com até 4 (quatro) integrantes, com envio dos respectivos nomes e contatos, bem como definição de coordenador e secretário, o primeiro responsável por conduzir discussões e organização das atividades a serem executadas, ao passo que o segundo será responsável pelo agendamento dos momentos de discussões e registros escritos e fotográficos.

Após a entrega do caso, e de leitura atenta por todos, será realizada etapa de identificação de áreas de conhecimento envolvidas e das

questões-problemas postas inicialmente, a fim de se traçar estratégia para resolução das mesmas.

Fora de sala, estudantes farão buscas por materiais complementares, além dos já fornecidos na disciplina e, nas reuniões, farão compartilhamento com apresentação crítica e deliberarão sobre seus usos, bem como necessidades de outras fontes.

Em cada encontro, serão revisadas as questões sobre áreas envolvidas e problemas identificados, bem como será elaborada solução preliminar e identificadas as limitações explicativas

existentes, de modo a permitir novas buscas.

O professor realizará 4 (quatro) aulas expositivo-dialogadas e com emprego de outras metodologias ativas (uma por semana), que abordarão questões conceituais e aspectos práticos de tributação, as quais apoiarão a resolução do caso, cuja resolução final será apresentada ao final de 5 semanas, a contar da data de distribuição do caso e formação dos grupos.

A resolução final deverá considerar o processo, com suas limitações e seus avanços, incluindo as questões conceituais que foram necessárias para a solução, se possível com apresentação por meio de recursos gráficos como mapas conceituais ou mentais.

A avaliação final incluirá aspectos individuais de cada estudante, avaliação sobre o grupo e da atuação docente na condução das atividades, com detalhamentos de competências mais amplas adquiridas com o processo.

RESULTADOS ESPERADOS

O caso tem seu desfecho ou solução em questões sobre conceito legal de tributo, cuja legislação não permite que seja algo facultativo em sua cobrança, ainda mais ao arbítrio de uma autoridade do Poder Executivo e fora de critérios definidos pelo Poder Legislativo (cuja composição colegiada é mais apta a representar a vontade popular).

O tributo também é conceitualmente algo pago em espécie, não sendo permitido pagar com serviços ou itens in natura ou produtos/mercadorias, logo, tais questões também devem ser apontadas do ponto de vista de sua impossibilidade, pois isto afetaria a liquidez do Estado, prejudicando o atendimento de demandas por saúde e educação, por exemplo.

Há relação entre princípios do Direito e as inimizades ou amizades relatadas no caso, de modo que há um componente ético no caso, que pode e deve ser abordado pelos estudantes, haja vista que tais situações podem configurar atos de corrupção, a qual acarreta mortes e desigualdades em razão de desvio de recursos que seriam destinados às demandas da sociedade.

Um princípio caro à atividade é a pesquisa e investigação reflexiva e crítica pelos estudantes, cuja preparação dos mesmos em relação a tais posturas será conduzida pelo docente e com constantes alimentações de informações por meio dos relatórios e registros das reuniões dos estudos e prévias de resolução do caso.

7º momento:

🕒 40 minutos

aplicação de atividade de sondagem: conteúdos e expectativas (Uso do *Google Forms* para testes e consolidação de situação prévia, para cotejamentos posteriores.)

Disponível em:

<https://bit.ly/2VvbX4a>

ou pelo QR Code a seguir:

Fonte: elaborado pelo autor a partir do caminho do questionário no Google Forms e da funcionalidade do site <https://br.qr-code-generator.com/>



Importa aqui esclarecer o que se idealizou com a criação do teste de sondagem, que nada mais é que um exame diagnóstico sobre conhecimentos prévios (os intitulados subsunçores de teoria de Ausubel), ao que se deve priorizar uma visão que concilie o mapeamento dos níveis de conhecimentos, e da percepção do estudante sobre si e seus saberes, com a reação ao formato do instrumento avaliativo.

O foco do professor deve ser a mudança da realidade, otimizando, valorizando e potencializando o que já se conhece, na construção de novos conhecimentos, ou mesmo a retomada de conteúdos não assimilados em algum nível ou alguma etapa, utilizando-se de organizadores prévios para acelerar o processo.

Os questionários do Google Forms permitem exames individuais e consolidados para o grupo, de modo que os percentuais de acertos e erros sinalizam os conteúdos a serem trabalhados, os quais ganham direcionamentos pelas avaliações de reação ao questionário e aos estilos de aprendizagem, cujas fontes podem ser respostas a questões fechadas ou os textos das questões abertas ou mesmo do item de comentários, sugestões e críticas.

Valorize a fala e a manifestação do estudante!

TESTE DE SONDAAGEM

Instruções:

As questões versam sobre conteúdos do Curso Noções de Direito Tributário.

Trata-se de avaliação participativa e formativa, não somatória.

Realize de modo individual e sem consulta a materiais.

Tenha uma excelente avaliação!

Endereço de e-mail

Nome completo (sem abreviação)



Leia atentamente e responda de acordo com teu estágio atual de conhecimentos.

Sobre personalidade, assinale a alternativa correta:

- () A personalidade começa com o nascimento com vida, logo, não há proteção ao nascituro.
- () A personalidade termina com a morte, que apenas pode ser real.
- () A personalidade implica sempre em capacidade plena a todo e qualquer indivíduo.
- () A capacidade é a medida da personalidade.

Assinale a alternativa que contém uma pessoa jurídica com fins lucrativos:

- () Sociedade Empresarial.
- () Associações.
- () Fundações.
- () Partidos Políticos.

Sobre personalidade e capacidade, assinale a alternativa correta:

- () A capacidade plena é adquirida aos 21 anos.
- () A pessoa moral (no Direito) é uma pessoa física que atua dentro de padrões aceitos pela sociedade.
- () O conceito de personalidade baseia-se na aptidão genérica para contrair direitos e obrigações no ordem civil.
- () O sujeito de direito é modernamente visto como alguém que se sujeita ao domínio de outro apenas.

O princípio que permite que a Administração reveja seus próprios atos, de ofício, quando existentes erros, denomina-se:

- () legalidade.
- () continuidade dos serviços públicos.
- () autotutela.
- () eficiência.

Assinale a opção que contém um agente administrativo:

- () deputado estadual.
- () prefeito.
- () juiz.
- () soldado.

Assinale a opção que contém um agente político:

- () Professor.
- () Procurador da República.
- () Conselheiro Tutelar.
- () Escrivão de Polícia.



SEÇÃO DE AVALIAÇÃO DE REAÇÃO

Seção destinada à avaliação do discente sobre a avaliação e sobre a execução do curso. Nenhuma avaliação desta seção será considerada para fins de atribuição de nota, pois o objetivo é coletar informações que possibilitem melhorar as práticas pedagógicas, logo, espera-se que o(a) aluno(a) seja o mais sincero(a) possível. E desde já agradeço pela contribuição!

Como classificas teu nível de conhecimento sobre o Direito em geral ATUALMENTE?

- Excelente/Elevado.
- Bom.
- Regular.
- Ruim.
- Não detenho qualquer conhecimento dos conteúdos.

Como classificas teu nível de conhecimento ATUAL sobre Direito Tributário?

- Excelente/Elevado.
- Bom.
- Regular.
- Ruim.
- Não detenho qualquer conhecimento dos conteúdos.

Costumas efetuar leituras do material das disciplinas/dos cursos e antes da realização das aulas?

- Sim.
- Não.

Costumas buscar algum suporte ou apoio/atendimento para os estudos do curso?

- Sim.
- Não.

Costumas buscar outras fontes e outros materiais para auxiliar meu processo de aprendizagem?

- Sim.
- Não.

Qual o grau de complexidade da atual avaliação?

- Alto.
- Médio.
- Baixo.



NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Leia atentamente e responda de acordo com teu estágio atual de conhecimentos.

O que é um tributo?

Há limitação para o Poder de tributar? (Explique detalhadamente.)

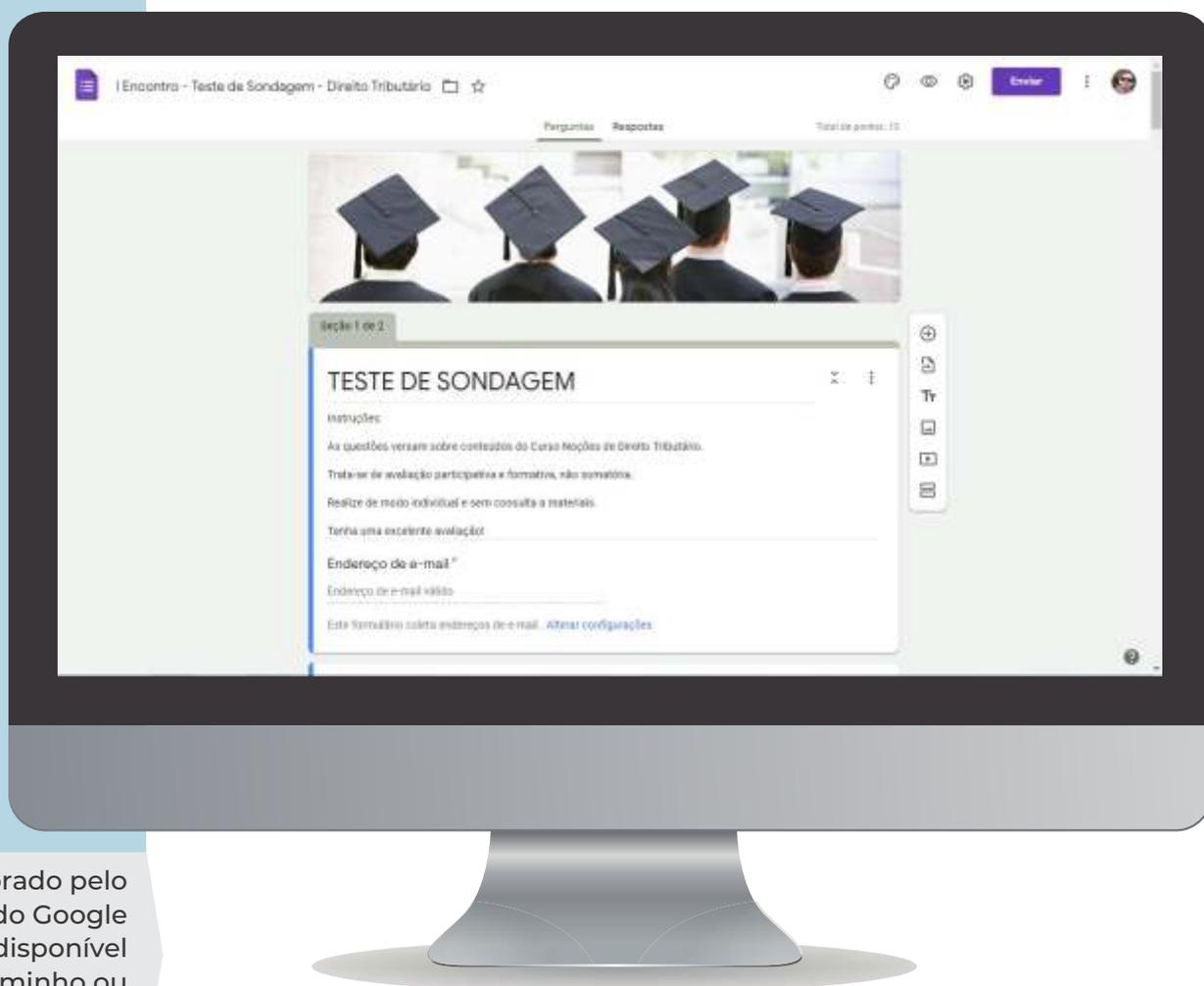
Em que diploma encontram-se as principais normas sobre tributação? (Detalhe.)

Há diferentes tipos de tributos? (Detalhe.)

A que ramo do direito pertence o Direito Tributário?



Como pode ser visto, os blocos do questionário são Fundamentos do Direito, Noções de Direito Tributário e Avaliação de Reação ao Questionário Avaliativo, logo, com a aplicação, o docente terá mais subsídios para (re)estruturar sua prática naquela turma e para a disciplina, necessitando de laboratório com computadores conectados à Internet.



Fonte: elaborado pelo autor, a partir do Google Forms, e disponível mediante caminho ou QR Code

8º momento: encerramento com reforço sobre atividade de leitura para aplicação de metodologia de aula invertida.

No encerramento da aula, o professor deve apresentar o conteúdo da biblioteca e o material para leitura para a próxima aula, reforçando os elementos essenciais para a execução de uma aula invertida, enquanto metodologia ativa que torna os momentos de aula mais produtivos.

Nesse sentido, informe acessando o painel ou mural do ambiente de apoio à disciplina no Moodle do AVA do site HorárioNet, demonstrando a localização da pasta da biblioteca e o arquivo que deve ser carregado nos equipamentos dos estudantes (Download), conforme demonstrados nas figuras

Localização da Pasta de Biblioteca do Curso



Pasta com materiais e demais referências (básicas e complementares) do curso.

Aproveite!

Fonte: imagem criado com a ferramenta de captura do Windows, que detalha parte do AVA.

Também apresente o conteúdo da pasta, para fins de evitar problemas na localização e carregamento:

Detalhamento da Pasta de Biblioteca do Curso



Fonte: criada pelo autor com uso da Ferramenta de Captura do Windows, e a partir da pasta da biblioteca do curso disponível no Moodle do site HorárioNet.

A boa instrução e a correta identificação do conteúdo para leitura favorecerão o acompanhamento e a execução da aula invertida, logo, demonstre com clareza as páginas dos capítulos a serem estudados, pode acessar diretamente os arquivos ou usar imagens do sumário, conforme nas figuras a seguir:

Demonstração do Capítulo 1

Aula 1 – Introdução	13
1.1 Sistema constitucional tributário.....	15

Fonte: imagem criada com a Ferramenta de Captura do Windows, a partir do sumário do livro-base da disciplina.

Para evitar dúvidas e questionamentos, frise que a primeira unidade do livro inicia da folha 13 e termina na folha 16, já a segunda unidade de leitura, que é o capítulo ou aula 3, tem início na folha 23 e término na folha 25, conforme detalha a próxima figura:

SEÇÃO DE AVALIAÇÃO DE REAÇÃO

Marque abaixo os recursos que, na tua opinião, poderiam melhorar o ensino de conteúdos de Direito em cursos como este? (Se assinalar a opção "Outros", não esqueça de escrever ao lado o que seria esse elemento que dificulta. É possível marcar mais de um item.)

- Vídeos.
- Chats.
- Fóruns de discussão.
- Outros canais de comunicação.
- Jogos/Games adaptados ao ensino.
- Outros (especificar): _____

Consegues visualizar aplicação dos conteúdos já trabalhados no curso em algum aspecto de tua vida? (pessoal, profissional, etc.)

- Sim.
- Não.

Em tua avaliação, o que dificulta mais o aprendizado de conteúdos jurídicos? (Se assinalar a opção "Outros", não esqueça de escrever ao lado o que seria esse elemento que dificulta. É possível marcar mais de um item.)

- Complexidade.
- Linguagem.
- Metodologia.
- Baixa aplicabilidade.
- Outros (especificar): _____

Item destinado a críticas, elogios, sugestões.

Aproveito para deixar uma mensagem para reflexão!
Bom início de curso!

"Coragem! Animou-me o Mestre: "não é cedendo ao ócio nem refestelando-se sobre plumas que se conquistam os prêmios ao valor. Aqueles que à inatividade se entregar, de si deixará sobre a terra memória igual ao traço que o fumo risca no ar e a espuma traça na onda." - Virgílio

"Supera a fadiga, vence o torpor, recobra o ânimo que das vitórias sobre os perigos, a primeira é a da vontade sobre o corpo." - Virgílio



que conduzem a processos mais complexos e a visões totalizantes que se relacionam aos entendimentos fragmentados inicialmente externados e registrados nas coletas aplicadas por meio de tecnologias.

Nesse sentido, foi elaborado quadro de apoio para o encontro em que são detalhados os momentos com seus objetivos, materiais, recursos educacionais, metodologia de execução e avaliação, conforme segue:

Momentos	Objetivos	Materiais	Recursos Educacionais	Metodologia	Avaliação
1º Momento	Conhecer o curso, com estrutura e unidades, e respectivos participantes.	Equipamento com acesso à internet (computador, tablet, smartphone); Câmera; e microfone (se virtual); ou espaço da sala de aula com: computador, equipamentos de projeção de multimídia e acesso à internet.	Apresentação dinâmica no Mentimeter.	Exposição dialogada com captação de manifestações e reações por meio de TICs.	Avaliação de estudantes centrada na participação e de modo contínuo. Avaliação da aula e metodologia focada nos objetivos, conteúdos e metodologias aplicados.
2º Momento	Manifestar entendimento sobre itens do acordo didático.				
3º Momento	Identificar funcionalidades do ambiente virtual de aprendizagem.				
4º Momento	Discutir sobre planejamento da disciplina.		-	Em ambiente físico, a atividade pode ocorrer com estudantes dispostos em círculo ou semicírculo. No ambiente virtual, é importante layout do tipo grade, com todas as câmeras visíveis.	
5º Momento	Conhecer atividade de pesquisa e investigação.		Apresentação dinâmica no Mentimeter e planilha compartilhada.	Exposição dialogada com captação de manifestações e reações por meio de TICs.	
6º Momento	Conhecer atividade de resolução de estudo de caso.		Apresentação dinâmica no Mentimeter e caso distribuído.		
7º Momento	Apresentar conhecimentos prévios.	Equipamento com acesso à internet (computador, tablet, smartphone); Câmera; e microfone (se virtual); ou espaço de laboratório de informática com: computador e acesso à internet.	Formulário do <i>Google Forms</i> .	Preenchimento e envio de formulário de modo individual.	
8º Momento	Identificar ações para tarefa futura.		Apresentação dinâmica no Mentimeter e ambiente virtual de aprendizagem.	Exposição dialogada com captação de manifestações e reações por meio de TICs.	

Demonstração do Capítulo 3

Aula 3 – Conceito de Tributo	23
3.1 Prestação pecuniária compulsória.....	24
3.2 Em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.....	24
3.3 Que não constitua sanção de ato ilícito.....	24
3.4 Instituída em lei.....	25
3.5 Cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.....	25

Fonte: imagem criada com a Ferramenta de Captura do Windows, a partir do sumário do livro-base da disciplina.

Conforme já sinalizado, o término do encontro inicia a aplicação da metodologia da sala de aula invertida, que aqui está concebida com a indicação de material de leitura e que será acompanhada por meio de diálogo e interação em grupo de WhatsApp, havendo intervalo de 1 semana entre a indicação e a execução de atividade prática sobre os conteúdos, sendo que, inicialmente, o percentual de aprendizagem será de 10%, mas eventuais pesquisas e buscas por outras fontes, inclusive vídeos, fará com que tal aprendizagem atinja percentual de 50% já antes do encontro, o qual tem por estratégia a elevação aos maiores percentuais da Pirâmide de Glasser.

Use o grupo de modo a diariamente repassar algum direcionamento de leitura e para sanar alguma questão relacionada a vocabulário ou dificuldade de entendimento, começando por priorizar estímulos e fazer indicações, e evitando fornecer os significados e as soluções de imediato, o que vai reforçar a necessidade de busca e pesquisa pelo estudante (aprendizagem por exploração).

Observação sobre os Momentos da Aula:

Vale citar que as atividades cumprem objetivos, de modo que formar repositório, na perspectiva deste trabalho, presta-se ao conhecimento do outro e de seus contextos, à construção da relação afetiva essencial e à manutenção da atratividade e da motivação, gerando uma cultura pelo aprendizado.

A explicação pormenorizada possibilita uma condução mais acertada, seja individual ou coletiva, e a real obtenção de resultados de pesquisa, tudo partindo da própria realidade, de modo que o estudo de caso proposto para ABP adaptada e a investigação a partir da construção da planilha sobre tributação

REFERÊNCIAS:

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BACICH, L; MORAN, J. (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, L. C. de; SORDI, M. R. L. de; MALAVASI, M. M. S.; FREITAS, H. C. L. de. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. **Aprendizagem Significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Centauro, 2001.

ZABALA, A. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Parte II

Sistema Tributário Nacional
e Conceito Legal de Tributo

OBJETIVOS PARA O CURSO/A DISCIPLINA

Geral

Compreender aspectos gerais da tributação e reflexos teóricos, legais e práticos na realidade social de diferentes grupos de indivíduos.

Específicos:

- Promover inclusão e participação por meio de práticas pedagógicas mais contextualizadas e aplicáveis às situações de vida de estudantes;
- Aplicar metodologias ativas e tecnologias de informação e comunicação aos processos de ensino e aprendizagem;
- Desenvolver habilidades e competências para aprendizado significativo, reflexivo, analítico, crítico e propositivo em relação aos conteúdos técnicos trabalhados.

DIRETRIZ DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA DISCIPLINA

Promover inclusão e participação por meio de práticas pedagógicas. A avaliação segue na linha de Freitas et al. (2009), enquanto um dos elementos integrantes de pares dialógicos, e que se vincula diretamente e imediatamente aos objetivos, demandando constante realização e uso, de modo a evitar a retenção e exclusão, e em contraponto ao modelo avaliativo repressivo, punitivo ou seletivo, ainda tão presente nos ambientes educacionais.

Não se perde de vista a necessidade de formação técnica,

agora associada às demais competências previstas na Base Nacional Curricular Comum para a Educação Básica, de modo a realizar momentos também formativos e somatórios.

Conforme apontado por Luckesi (2018), deve guardar conformidade com demais elementos, linguagens e metodologias empregados nas execuções das aulas, o que tem relação com a avaliação e os pares dialéticos citados por Freitas et al. (2009), em que se estabelece proximidade com o par conteúdos e metodologias.

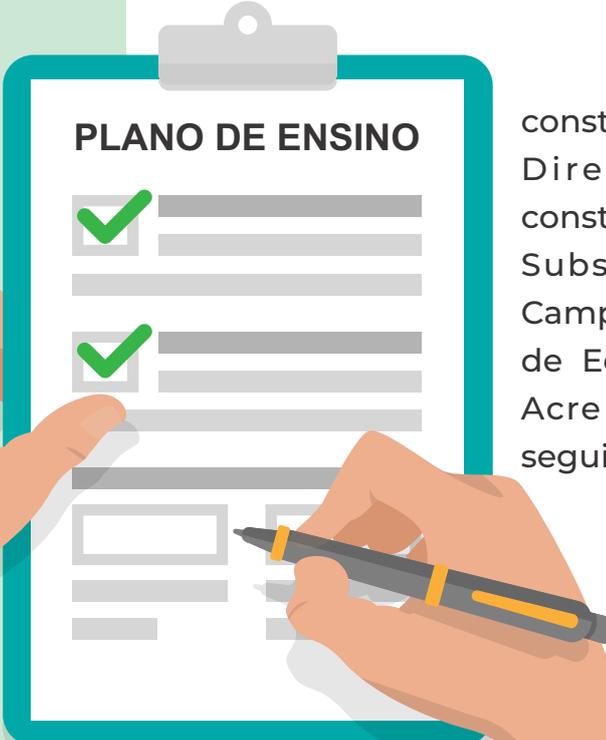
Não obstante, tais pontos não obstam que metodologias diferenciadas sejam avaliadas por meio de modelos avaliativos mais condizentes com seus contextos de aplicação e considerando seus fatores e objetivos visados, como é o caso para a avaliação da ABP.

PÚBLICO-ALVO

Este produto educacional é voltado a estudantes do ensino médio técnico, especificamente vinculados ao Curso Técnico Subsequente em Administração, do Campus Rio Branco (CRB), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac).

PLANEJAMENTO

PLANO DE ENSINO



<input checked="" type="checkbox"/>	_____
<input checked="" type="checkbox"/>	_____
<input type="checkbox"/>	_____
<input type="checkbox"/>	_____
<input type="checkbox"/>	_____
<input type="checkbox"/>	_____
<input type="checkbox"/>	_____
<input type="checkbox"/>	_____

A sequência atende a parte do que consta do plano de curso da disciplina Direito Tributário e Empresarial, constante do currículo do Curso Técnico Subsequente em Administração do Campus Rio Branco, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac), conforme apresentado a seguir:



PLANO DE ENSINO			
Curso Técnico Subsequente em Administração		Turmas 2023.1	
Período da Turma: 3º	Ano/Semestre: 2023.1º	Turma: M04010	
Disciplina: Direito Empresarial e Tributário			
Carga Horária: 45 h	Encontros: 54	C/H Teóricas: 45h	C/H Práticas: -----
Docente: Nick Andrew Pereira Ugalde		Titulação: Especialista	
1 - Ementa:			
Estudo da atividade empresarial e econômica na Constituição. Compreensão sobre conceito e classificação da atividade empresarial. Noções de título de crédito. Estudo sobre o sistema tributário nacional. Análise sobre a constituição, suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário. Regime Simplificado de Tributação.			
2 - Objetivo Geral:			
Compreender a incidência de normas jurídicas sobre constituição, funcionamento e tributação da atividade empresarial, inclusive reflexos em atividades administrativas.			
3 - Objetivos Específicos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer conceitos e institutos jurídicos relacionados à atividade empresarial e ao sistema tributário nacional; • Visualizar atividades, fluxos, procedimentos e o processo de tributação no âmbito administrativo; • Identificar diferentes espécies tributárias, competências e obrigações; • Diferenciar tipos societários, formas de constituição e finalidades; • Formular propostas de intervenção em âmbitos pessoal e profissional sobre justiça tributária. 			
4 - Conteúdo Programático:			
4.1 Unidade 1 – A Ordem Econômica nas Constituições e o Direito Empresarial Brasileiro: histórico do comércio e as bases do Direito Comercial/Empresarial, as Constituições e o Direito Empresarial: princípios e elementos da atividade empresarial; agentes e formas de atuação; o Código Civil de 2002 e o Direito Empresarial brasileiro. (10 h)			
4.2 Unidade 2 – Direito Societário: principais tipos societários regras sobre constituição, tipos de sócios e responsabilidades. (8 h)			
4.3 Unidade 3 – Noções Gerais sobre Títulos de Crédito: teoria geral dos títulos de crédito: histórico, usos e contribuições para a atividade empresarial; títulos de crédito em espécie. (7 h)			
4.4 Unidade 4 – A tributação e a constituição de bens: histórico da tributação; a constituição enquanto estatuto jurídico de proteção do contribuinte: princípios da tributação; o Sistema Tributário Nacional: atores tributantes, competências, capacidades e limitações ao Poder de Tributar; obrigações e sujeitos da relação jurídico-tributária. (10 h)			
4.5 Unidade 5 – Estudo dos Tributos no Direito Brasileiro: elementos do conceito legal de tributo; espécies tributárias e procedimento administrativo de constituição de tributos – o lançamento: formas de exclusão e de extinção do crédito tributário; reflexos sobre a tributação: seus impactos na vida de contribuintes e outros aspectos de justiça tributária. (10 h)			
5 - Procedimentos Metodológicos:			
As atividades didáticas utilizarão misto de procedimentos metodológicos tradicionais e atípicos e consistirão em aulas expositivas e dialogadas, trabalhos expositivos, resultados de explorações e pesquisas em fontes documentais/bibliográficas, coleta de dados/informações, formação de grupos para discussão, aplicação de estudos dirigidos para fixação de conteúdos, construção de glossário, etc.			
Associação da disciplina será apoiada por ambientes virtuais de aprendizagem (Moodle e SIGVA/FAC), para melhor aproveitamento e acompanhamento de estudantes e conteúdos de maior dificuldade.			
A construção de conhecimento também utilizará estratégias como realização de estudos de caso em sala de aula e problematização, ambas com exposição oral.			
Iniciativas metodológicas atípicas serão executadas, sempre que possível, com usos e aplicações de jogos (exemplo de quizzes). No percurso, situações monitoradas, permitindo o acompanhamento individual e atividades paralelas em períodos estradados.			
6 - Recursos Didáticos e Educacionais:			
Bibliotecas física e virtual, notebook/computador, projetos multimídia, quadro branco, pincel, vídeos, debates, jogos em ambientes virtuais, formulários e questionários de coleta de dados e avaliação de conteúdos e reação à avaliação, recursos educacionais digitais, palestras com especialistas convidados.			
7 - Avaliações:			
A disciplina apresentará avaliações formativas, dos sujeitos participes, inclusive sobre aspectos didáticos e elementos da prática, tais como aspectos afetivos, cognitivos e motores, quando aplicáveis/cabíveis, aplicadas, no mínimo, a cada tópico de conteúdo ministrado.			
Também haverá avaliações somativas ou seletivas, a fim de cumprir requisitos do projeto do curso e da Instituição ofertante, compostas de blocos de notas (N1 e N2), cada uma com total de até 10,0 pontos e composição no seguinte formato:			
<ul style="list-style-type: none"> - até 10 (10,0) para frequência e efetiva participação nas aulas, com cumprimento de atividades propostas e contribuições de melhoria; - até 10 (10,0) pela montagem colaborativa de glossário da disciplina; - até 30 (30,0) pela montagem e organização de portfólio da disciplina, conforme critérios detalhados em sala; - até 20 (20,0) para estudo de caso ou resolução de situação-problema em grupo, com etapas definidas e atuação colaborativa; - até 30 (30,0) para atividade avaliativa discursiva individual e sem consulta a materiais. 			
As atividades serão executadas com auxílio de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, bem como de ambientes virtuais de aprendizagem.			
Buscar-se-á a avaliação contínua de cada discente, por meio de questionamentos direcionados sobre tópicos de conteúdos, apresentando caráter diagnóstico, formativo e somativo, bem como explorar potencialidades e contemplar habilidades presentes nos mais diversos perfis de estudantes.			
Caso necessário, será oferecida a condição de recuperação para estudantes que não obtiverem 7,0 em cada nota (N1 e N2), consistente em exame oral, análise conjunta e portfólio e elaboração de memoriais descritivos, analíticos e críticos sobre o processo de ensino e aprendizagem, conforme detalhamento.			
O exame final consistirá em prova escrita (objetiva e discursiva) ou apenas objetiva, com valor de até 10,0 pontos.			
8 - Bibliografia Básica:			
ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário esquematizado. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2016. COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa. 28. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. FONSECA, Ludiana Schütz. Noções de Direito Tributário. Curitiba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2012.			
9 - Bibliografia Complementar:			
AMARIS, Luciano. Direito Tributário brasileiro. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. CHAGAS, Edilson Iliedino das. Direito Empresarial esquematizado. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. FABRIS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial esquematizado. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2016. REQUIÃO, Roberto. Curso de Direito Comercial. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. SARINAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.			
Aprovado pelo Colegiado do Curso em ____/____/2022.			
NICK ANDREW PEREIRA UGALDE Prof. Esp. ESTT, Área Direito		Assinatura do(a) Coordenador(a) do Curso	
		Assinatura do(a) Diretor(a) de Ensino, Pesquisa e Extensão	

A partir do plano, selecionou-se o tópico de Direito Tributário “Estudo sobre o sistema tributário nacional”, cujo desenvolvimento está delimitado nas Unidades 4 e 5 do mesmo instrumento de planejamento, conforme se transcreve:

4.4 Unidade 4 – A tributação e a Constituição de 1988: histórico da tributação; a Constituição enquanto estatuto jurídico de proteção do contribuinte: princípios da tributação; o Sistema Tributário Nacional: entes tributantes, competências, capacidades e limitações ao Poder de Tributar; obrigações e sujeitos da relação jurídico-tributária. (10 h)

4.5 Unidade 5 – Estudo dos Tributos no Direito Brasileiro: elementos do conceito legal de tributo; espécies tributárias e procedimento administrativo de constituição de tributos – o lançamento; formas de exclusão e de extinção do crédito tributário; reflexões sobre a tributação, seus impactos na vida de contribuintes e outros aspectos de justiça tributária. (10 h)

ENCONTRO II

🕒 2h10min

Sistema Tributário Nacional e
Conceito Legal de Tributo

Apresentação:

Esse encontro visa trabalhar questões relevantes, em termos teóricos e práticos, sobre Sistema Constitucional Tributário e o conceito legal de tributo, buscando a melhor aproximação da realidade e do cotidiano de estudantes, ao que serão disponibilizadas e detalhadas as atividades criadas e sugeridas, podendo o professor realizar as adaptações necessárias de acordo com seus objetivos e realidades.

É importante que este planejamento e a execução propiciem a continuidade e a vinculação com o primeiro encontro (Encontro I), de modo a: i) auxiliar na compreensão dos conteúdos essenciais para a execução das atividades naquele momento repassadas; e ii) utilizar os diagnósticos relacionados a expectativas, contextos e conhecimentos prévios de participantes.

A base metodológica e de estratégia educacional será complementação e conclusão de sala de aula invertida, com uso de jogo adaptado a contexto de ensino-aprendizagem, com diálogo entre pares e inclusão de aspectos de cultura e música, e respectiva discussão (BACICH; MORÁN, 2018; MOURA, 2013).

Na parte final, será detalhada atividade para casa, com aporte em tecnologias, que visa a propiciar a retomada de conteúdos no próximo encontro, com sua exposição e aprofundamento, bem como consecução dos estudos e detalhamento das espécies tributárias.

Conteúdos teóricos:

1 Sistema Constitucional Tributário. 2 Conceito Legal de Tributo. (Aulas 1 e 3 do Livro Noções de Direito Tributário, de Luciane Schulz Fonseca.) – devidamente sinalizados na aula do primeiro encontro com a turma.

Objetivos para o encontro:

- Caracterizar o Sistema Constitucional Tributário, com normas, entes e poder de tributar;
- Refletir sobre o Sistema, presença no cotidiano e na vida pessoal;
- Fomentar discussão, análise e reflexão crítica sobre o papel do Estado, da tributação e a atual configuração da justiça tributária no Brasil, considerando as classes sociais.

Objetivos por metodologia/estratégia:

1 Sala de Aula Invertida:

- Auxiliar na construção de processo autônomo de busca pelo conhecimento;
- Dotar o(a) estudante de maior responsabilidade;
- Viabilizar a execução de aulas mais interativas e com realização de atividades mais atrativas e práticas.

Sua execução conjugada com jogos e com o diálogo entre pares, com condução e intervenção docente permite que percentuais de aprendizagem estejam situados acima dos 80% no Cone da Experiência de Dale.

É um método ativo que pressupõe o estímulo na construção de cultura de leitura prévia, exploração e busca por fontes complementares e atuação em questões práticas, dialogando com as tarefas de construção ou alimentação da planilha sobre tributação e com a resolução do Estudo de Caso proposto.

Gamificação – Jogo (quiz):

- Evidenciar leitura e aprendizado de conceitos;
- Conferir dinâmica e ludicidade ao processo de ensino-aprendizagem;
- Gerar repositório para identificação de conhecimentos formados (aspecto formativo) e revisão do processo metodológico e de conteúdos trabalhados.

O jogo construído vai permitir revisar conteúdos, especialmente os conceituais, ao que o momento de exame do próprio resultado e a conjugação com os resultados dos colegas induz à necessidade de explicar, resumir e argumentar, oscilando a atividade entre percentuais de 80% a 95% de aprendizagem.

Cabe ao professor tratar os resultados para que seja constantemente avaliada a zona de desenvolvimento proximal em cada etapa, a existência evidenciada de conhecimentos prévios para a sequência dos conteúdos da disciplina, sempre adotando estratégia de comunicação com estudantes, de modo que os obstáculos identificados reflitam no (re)ajustamento de conteúdos e metodologias.

3 Diálogo entre Pares:

- Viabilizar a construção colaborativa de conhecimentos;
- Desenvolver habilidades relacionadas ao convívio social, em especial nos espaços educativos (formais e não-formais), com elementos de oralidade, aceitação de vez, voz e participação do outro, percepção de diferenças de interpretação e posicionamento, etc.

O diálogo entre pares é estratégia e metodologia salutar se direcionado e apresentado com objetivos claros, de modo que se deve evitar ao máximo iniciar a atividade sem que os alunos disponham de roteiros e que tenham a devida compreensão da finalidade da ação, logo, a opção nesse produto foi pela conjugação da metodologia com a aula invertida e com a análise de resultados no quiz.

4 Ensino Híbrido:

- Ampliar o espaço da sala de aula e os momentos de interação;
- Criar ambiente de revisão de conteúdos e compartilhamento de interpretações.

Estar em contato e manter a interação pode ser um desafio e exigir maior esforço e tempo do docente, mas o uso de recursos e ferramentas assíncronas, como roteiros, notícias e fóruns permite controlar a carga horária do professor na condução dessas atividades, de modo a evitar excessos. Comente com estudantes e alinhe cada opção tomada de atuação docente.

Momentos da Aula:

1º momento: Inicie o encontro com a apresentação de objetivos e das atividades, e confirmação de realização de leituras solicitadas ao final do primeiro encontro, incluindo eventuais suas considerações adicionais – 20 minutos (realização pela plataforma Zoom (www.zoom.us), acessada a partir do site Sympla (www.simpla.com.br));

2º momento: Agora que a turma está situada, informe que fará a aplicação do quiz pelo site Quizizz, conforme detalhamento que segue: (20 minutos).

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos recursos do site <https://quizizz.com/admin> e da funcionalidade do site <https://br.qr-code-generator.com/>.

Quiz de aferição de leitura, repositório, avaliação e (re)planejamento (Uso do site www.quizizz.com para aplicação).

Disponível em:

<https://bit.ly/2VxxoBW>

Funcionalidade de geração de QR Code do site



A gamificação possibilita a interação e uso de tecnologias já existentes no cotidiano, e, na atividade proposta, em conjunto com a sala de aula invertida, possibilita uso de jogos em contextos diferentes dos usuais utilizados por nativos digitais, e com percentual de aprendizagem de 80%, conforme Cone da Experiência de Dale.

A seguir, exemplo de questão formulado no quiz para abertura da aula:

Quiz sobre o conteúdo da aula



Fonte: elaborado pelo autor, a partir da plataforma Quizizz.

Os ganhos podem estar associados à interação, ao jogar em grupo e com colaboração, à conferência de aspecto lúdico ao aprendizado, contribuindo para a motivação, bem como pelo emprego de linguagens e meios familiares a nativos digitais e conferência de novos significados ao uso de smartphones e internet em sala de aula.

O quadro a seguir apresenta as questões elaboradas e respectivos formatos:

Questões do Quiz



Quando o cidadão compra sua casa própria, ele recebe cobrança anual da Prefeitura, em razão da **propriedade sobre o imóvel**. Nesse caso, tem-se exemplo de tributação.

Verdadeiro.

Falso.



No Brasil, é possível que a autoridade tributária autorize o pagamento de tributos com serviços ou bens *in natura*.

Verdadeiro.

Falso.

Questões do Quiz (continuação)



A **tributação** é das atividades do Estado de menor importância, pois dela não depende para gerir a coisa pública.

Verdadeiro.

Falso.



A(O) _____ representa **trabalhos teóricos** desenvolvidos por **estudiosos do direito**, que buscam **interpretar** as leis e as decisões dos tribunais.

Resposta correta:



Quando o cidadão adquire um veículo automotor, ele paga um valor anual em boleto emitido pelo Detran, que é um tributo.

Verdadeiro.

Falso.

Questões do Quiz (continuação)



Sobre a vida em sociedade e o histórico do Direito Tributário, assinale a alternativa correta:

O Direito Tributário viabiliza que sejam conseguidos os recursos financeiros necessários para as demandas sociais.

Todo indivíduo é soberano, capaz de definir seus rumos e fazer opções/escolhas sem se submeter a regras estatais.

A Constituição Federal tem sua importância por ser um documento orientativo e principiológico, mas não vinculante.

A organização social não faz parte das escolhas do ser humano, pois o mesmo não é um ser gregário.



Em relação aos tributos, seu lançamento e demais ações sobre o crédito tributário, a atuação da autoridade tributária é sempre discricionária.

Verdadeiro.

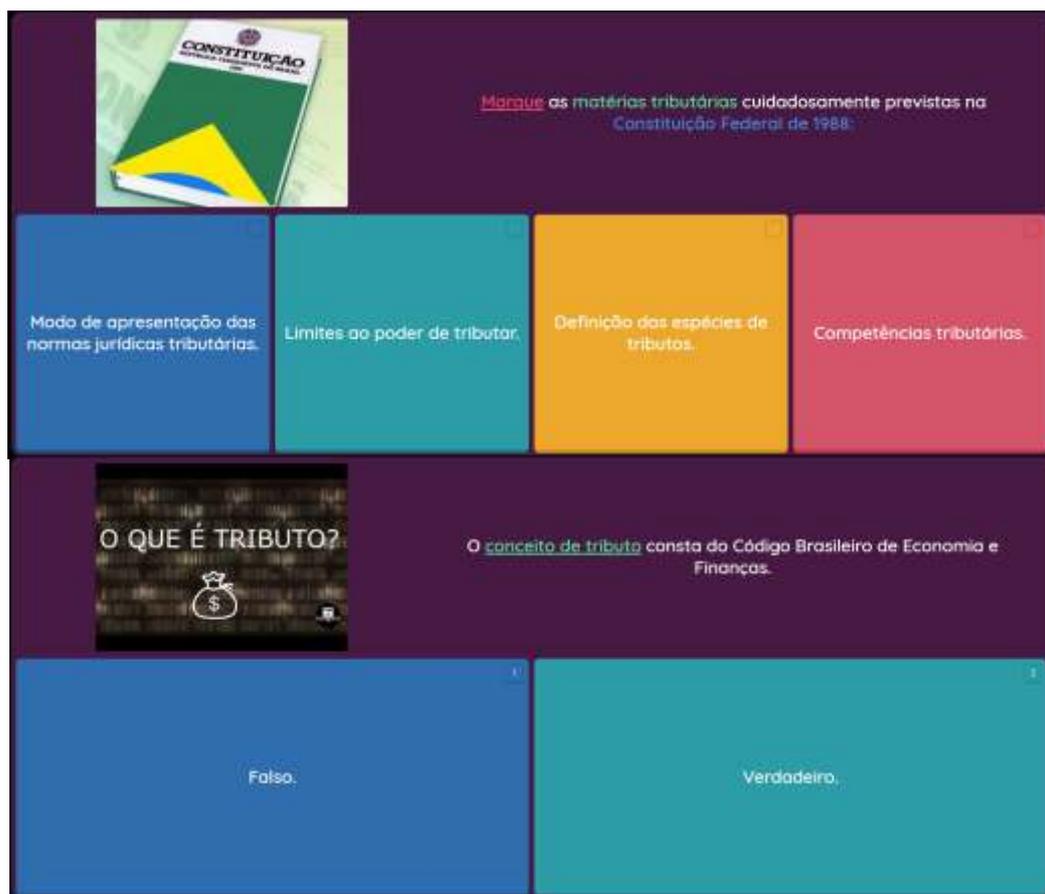
Falso.



Quando o cidadão excede os limites de velocidade, ele recebe um boleto com cobrança de valor emitido pelo Detran ou outro órgão de controle de tráfego. Nesse caso, tem-se exemplo de tributação.

Falso.

Verdadeiro.



Fonte: criado pelo autor com imagens obtida pela Ferramenta de Captura do Windows, a partir do quiz criado e disponibilizado no site <https://quizizz.com/admi>

Uma diretriz para as perguntas criadas foi a cobertura de conteúdos das unidades (Aulas) 1 e 3 do livro-base da disciplina, de modo que o jogo pudesse ser utilizado como instrumento para revisão dos conhecimentos formados pela(s) leitura(s) prévia(s) e pelas pesquisas empreendidas.

Também foi observada a diversificação de formatos de perguntas, sendo algumas (a maioria) com opções de verdadeiro ou falso, múltipla escolha (com apenas uma assertiva correta), preenchimento de lacunas ou espaços em branco (com ajustes para os diferentes tipos de grafia – maiúscula/minúscula/inicial maiúscula) e de marcação de itens, bem como foram inseridas figura de acordo com pertinência temática de cada questão.

O site apresenta ambientação com tempo, marcação de posição da questão no conjunto (total) e traz memes para acertos e erros, os quais podem ser configurados pelo professor, promovendo atualização e contextualização a questões mais atuais, inclusive de aspecto lúdico.

Os recursos para o estudante retratam seu desempenho, conforme consta da figura a seguir:

Uma diretriz para as perguntas criadas foi a cobertura de conteúdos das unidades (Aulas) 1 e 3 do livro-base da disciplina, de modo que o jogo pudesse ser utilizado como instrumento para revisão dos conhecimentos formados pela(s) leitura(s) prévia(s) e pelas pesquisas empreendidas.

Também foi observada a diversificação de formatos de perguntas, sendo algumas (a maioria) com opções de verdadeiro ou falso, múltipla escolha (com apenas uma assertiva correta), preenchimento de lacunas ou espaços em branco (com ajustes para os diferentes tipos de grafia – maiúscula/minúscula/inicial maiúscula) e de marcação de itens, bem como foram inseridas figura de acordo com pertinência temática de cada questão.

O site apresenta ambientação com tempo, marcação de posição da questão no conjunto (total) e traz memes para acertos e erros, os quais podem ser configurados pelo professor, promovendo atualização e contextualização a questões mais atuais, inclusive de aspecto lúdico.

Os recursos para o estudante retratam seu desempenho, conforme consta da figura a seguir:

Detalhamento de Desempenho Individual no Quiz



Fonte: elaborado pelo autor, a partir da plataforma Quizizz, e demonstra a consolidação

3º momento:

🕒 20 minutos

Divisão da turma em grupos para discussão (organização a partir da plataforma Zoom (www.zoom.us);

O quiz executado possibilita a revisão individual de estudos e conhecimentos, ao que o diálogo e a instrução pelos pares aqui restará configurada por discussão em grupos, orientada pelo professor em que os estudantes analisarão os erros e algum integrante que acertou informará quais os conhecimentos necessários para a correta resolução e qual(is) o(s) conceito(s) envolvido(s).

O docente acompanha as discussões para evitar que se deixe de executar o roteiro ou auxiliando em casos nos quais o grupo não tenha acertos em alguma resposta ou os estudantes não saibam sintetizar e explicar conteúdos, sendo a atuação prioritária de indução e não de fornecimento imediato de respostas.

Como visto, nesse momento, o nível ou percentual de aprendizagem pode superar 90%, de acordo com a boa execução de ações elencadas no Cone de Experiência de Dale.

4º momento:

🕒 10 minutos

Retomada da aula, com considerações sobre o quiz e conteúdos

Este momento priorizará a exposição de determinados alunos ou grupos em assuntos que o docente entenda ainda necessários em sede de revisão, explicação e justificação, assegurando níveis bons de assimilação, reflexões contextualizadas e a formação de conhecimentos que, em aula posterior, serão caracterizados como subsunçores.

5º momento:

🕒 10 minutos

Apresentação de videoclipe da música Chega, de Gabriel, o Pensador (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S9FTI1IKuJA>)

Detalhamento de Desempenho Individual no Quiz



Fonte: YouTube (imagem capturada pelo autor, a partir de software do Windows de captura de tela.

Conferir ludicidade e expressividade ao processo de ensino-aprendizagem é um dos grandes desafios dos docentes e, valendo-se de ferramenta gratuita e com qualidade audiovisual, pode o mesmo trabalhar com videocliques a partir do site YouTube, sempre definindo os objetivos com a atividade e proporcionando material de apoio para estudantes, como é o caso de entrega da letra da música, com referenciação adequada.

A escolha pela música “Chega!” justifica-se por seu gênero, que é considerado de crítica social e está associado à expressão de negros, com início na Jamaica e em determinadas cidades ou áreas nos Estados Unidos, que atualmente é de grande aceitação em todo o Brasil, especialmente por integrantes jovens de classes sociais marginalizadas.

Colaciona-se aqui a respectiva letra:

Chega!
Que mundo é esse?
Eu me pergunto!

Chega!
Quero sorrir, mudar de assunto!
Falar de coisa boa
Mas na minha alma ecoa
Agora um grito
Eu acredito que você vai gritar
junto!

A gente é saco de pancada
Há muito tempo e aceita
Porrada da esquerda
Porrada da direita
É tudo flagrante
Novas e velhas notícias
Mentiras verdadeiras
Verdades fictícias

Polícia prende o bandido
Bandido volta pra pista
Bandido mata polícia
Polícia mata o surfista
O sangue foi do Ricardo
Podia ser do Medina
Podia ser do seu filho
Jogando bola na esquina

Morreu mais uma menina
Que falta de sorte
Não traficava cocaína
E recebeu pena de morte!
Mais uma bala perdida
Paciência
Pra ela ninguém fez nenhum
pedido de clemência

Chega!
Que mundo é esse?
Eu me pergunto!

Chega!
Quero sorrir, mudar de assunto!
Falar de coisa boa
Mas na minha alma ecoa
Agora um grito
Eu acredito que você vai gritar
junto!

Chega!
Vida de gado, resignado
Chega!
Vida de escravo, de condenado
A corda no pescoço do patrão e
do empregado
Quem trabalha honestamente tá
sempre sendo roubado

Chega!
Que mundo é esse?
Eu me pergunto!
Chega!
Quero fugir, mudar de assunto!
Falar de coisa boa
Mas na minha alma ecoa
Agora um grito
Eu acredito que você vai gritar
junto!

Chega!
Vida de gado, resignado

Chega!
Vida de escravo, de condenado
A corda no pescoço do patrão e
do empregado
Quem trabalha honestamente tá
sempre sendo roubado

Presidente
Deputados
Senadores
Prefeitos
Governadores
Secretários
Vereadores
Juízes
Procuradores
Promotores
Delegados
Inspetores
Diretores
Um recado pras senhoras e
senhores

Eu pago por tudo isso
Imposto sobre serviço
A taxa sobre produto
Eu pago no meu tributo

Pago pra andar na rua
Pago pra entrar em casa
Pago pra não entrar no SPC e no
SERASA
Pago estacionamento, taxa de
licenciamento
Taxa de funcionamento, liberação
e alvará
Passagem

Bagagem
Pesagem
Postagem
Imposto sobre importação e
exportação
IPTU, IPVA
O IR, O FGTS, O INSS, O IOF, O IPI,
O PIS, O COFINS E O PASEP

A construção do estádio
O operário e o cimento
Eu pago o caveirão
A gasolina e o armamento
A comida do presídio
O colchão incendiado
Eu pago o subsídio absurdo dos
deputados

A esmola dos professores
A escola sucateada
O pão de cada merenda
Eu pago o chão da estrada
A compra de cada poste
Eu pago a urna eletrônica
E cada árvore morta
Na nossa Selva Amazônica

Eu pago a conta do SUS
E cada medicamento
A maca que leva os mortos na
falta de atendimento
Paguei ontem
Pago hoje
E amanhã vou pagar
Me respeita!
Eu sou o dono desse lugar
Chega

CHEGA!

Chega!
Água que falta
Mágoa que sobra

Chega!
Bando de rato
Ninho de cobra

Chega!
Obras de milhões de reais
E milhões de pacientes
Sem lugar nos hospitais

Chega!
Falta comida
Sobra pimenta

Chega!
Repressão que não me
representa
Chega!
Porrada pra quem ama esse país
E bilhões desviados
Debaixo do meu nariz

Chega!
Contas, taxas
Impostos, cobranças

Chega!
Tudo aumenta
Menos a esperança
Multas e pedágios
Para o cidadão normal
E perdão pras empresas que
cometem
Crime ambiental

Chega!
Um para o crack
Dois para cachaça

Chega!
Pânico
Morte
Dor e Desgraça

Chega!
Lei do mais forte
Lei da mordança
Desce até o chão na alienação da
massa

Eu vou
Levanta o copo e vamos beber!
Eu vou
Levanta o copo e vamos beber!
Eu vou
Levanta o copo e vamos beber!
Um brinde aos idiotas
Incluindo eu e você

Eu vou
Levanta o copo e vamos beber!
Eu vou
Levanta o copo e vamos beber!
Pararatimum
Pararatimum
Um brinde aos idiotas
Incluindo eu e você

Democracia
Que democracia é essa?
O seu direito acaba onde começa
o meu
Mas onde o meu começa?
Os ratos fazem a ratoeira e a gente
cai
Cada centavo dos bilhões é da
carteira aqui que sai

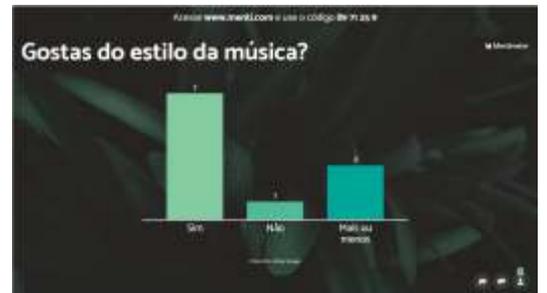
E a gente paga juros
Paga entrada e prestação
Paga a conta pela falta de saúde e
educação
Paga caro pela água, pelo gás, pela
luz
Pela paz, pelo crime
Por Alá, por Jesus

Paga imposto
Paga taxa
Aumento do Transporte
Crise na Europa
E na América do Norte
Os assassinos na FEBEM
O trabalho infantil na China
Empresas e partidos envolvidos
em propinas

Chega!
Que mundo é esse?
Eu me pergunto!

No Quadro 3 estão detalhadas as lâminas da apresentação com respectivos conteúdos, na ordem de execução, conforme se pode conferir:

Apresentação Dinâmica sobre o Videoclipe da Música “Chega!”

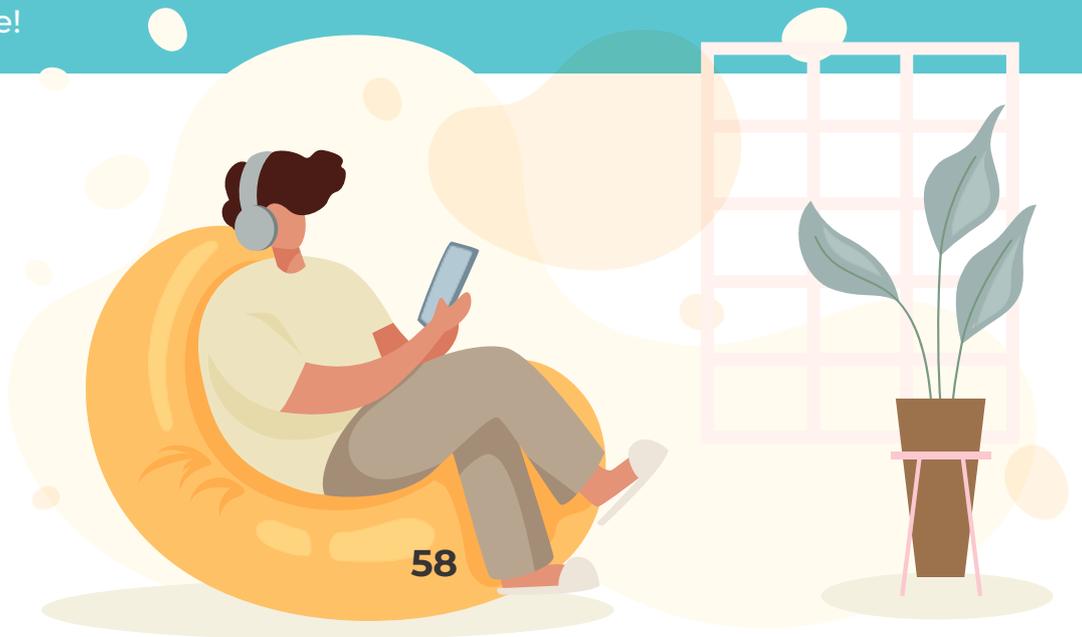


Fonte: apresentação elaborada pelo autor, a partir do site www.mentimeter.com.

É muito relevante acompanhar as reações dos estudantes ao estilo musical trabalhado e ao conteúdo da letra, pois as turmas podem conter estudantes de diferentes realidades sociais, de modo que é interessante explorar esse aspecto para que uns possam compartilhar experiências de vida com os outros.

O conhecimento de diferentes realidades, com suas complexidades, dificuldades e limitações propicia a reflexão sobre o todo da sociedade e contribui para gerar empatia necessária ao convívio social e à aceitação do outro e das correspondentes diferentes sociais, étnicas, políticas, ideológicas, de crença religiosa e até mesmo orientação sexual.

Professor, aproveite ao máximo a atividade e não esqueça de fornecer a letra da música a cada estudante!



A letra contém menção a diversas espécies de cobranças pelo Poder Público e associa tributos ou pagamentos com direitos básicos, como educação, fornecimento de água, saúde, dentre outros, sem olvidar de denunciar desigualdades entre grupos, sejam eles de agentes públicos ou classes sociais de menor renda, logo, o uso pode ser bastante produtivo na disciplina.

Uma ideia inicial é tentar fazer o caminho inverso do autor da letra, que nela retratou contextualizadamente conflitos sociais e a tributação, de modo que aqui os estudantes possam perceber os tributos e, após, perceberem-se enquanto pagadores de tributos e com capacidade de exercer o controle sobre a administração pública e exigir melhores serviços públicos.

6º momento:

🕒 10 minutos

Uso do Mentimeter (<https://www.menti.com/utkxttf1v>) para comentários gerais sobre o videoclipe - questionamentos:

1) O que o videoclipe passou para ti?

2) Gostas do estilo da música?

Fundamenta, por favor.

O Mentimeter será o site de apoio para o momento inicial de trabalho com a música, de modo que se criou uma apresentação dinâmica com questionamentos, que está acessível também em:



Mentimeter

acessível com o código 97 64 41 ou pelo endereço

Funcionalidade de geração de QR Code do site

www.menti.com

Fonte: elaborado pelo autor utilizando o caminho da apresentação no site www.menti.com e a funcionalidade de geração de QR Code do site <https://br.qr-code-generator.com/>.



Vale observar que a boa execução da aula invertida, ainda que totalmente realizada com recursos de TICs ou por encontros remotos, pressupõe as seguintes etapas: 1) repasse de instruções e materiais para leitura até o término da aula do Encontro I; e 2) acompanhamento e estímulo para leitura, com possibilidade de esclarecimento de termos complexos, mediante uso de grupo no WhatsApp.

A avaliação do encontro será realizada com uso de formulário do Google Forms devidamente ajustado à estrutura da aula e metodologias empregadas, conforme se detalha:

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ENCONTRO II

Avaliação do Encontro II

Acessível em:

<https://bit.ly/2WFluVU>

Funcionalidade de geração de QR Code do site

Fonte: elaborado pelo autor a partir do caminho do questionário no Google Forms e da funcionalidade do site <https://br.qr-code-generator.com/>.



7º momento:

🕒 35 minutos

Atividade em grupo, discutir e responder 2 perguntas dentre as listadas e postar no fórum do curso, no respectivo módulo – 20 minutos para discussão em grupo e 15 minutos para elaboração e postagem.

Nesse momento, os alunos serão agrupados e receberão roteiro da atividade, que consiste em: i) discussão em grupo sobre a música, agora focada nos questionamentos trazidos pelo professor; e ii) resolução de 2 das 5 questões postas.

Agora o foco é nos conteúdos de Direito Tributário contextualizados pela música e que precisam ganhar maior precisão a partir de processos de exame e categorizações, logo, aqui o percentual de aprendizado é de 95%, e os conhecimentos aqui gerados servirão, novamente, de base ou como ancoradores quando da execução da aula seguinte, sobre espécies tributárias.

Fonte: apresentação elaborada pelo autor, a partir do site www.mentimeter.com.

Seguem as questões sugeridas:

Questões:

- 1) A letra coloca em qual(is) lugar(es) na sociedade o "autor" ou o cantante da música?! Que trechos evidenciam isto?!
- 2) De acordo com a letra, há contradição de entre o que o indivíduo tem de deveres e direitos?! Que trechos demonstram isto?!
- 3) Que tipos de pagamentos ou cobranças a letra da música destaca?! São todos tributos e iguais?! Fundamenta.
- 4) Por que a letra tem o pedido de respeito?! E qual a relação entre os pagamentos, o Direito Tributário e o respeito pedido?!
- 5) A letra contrapõe claramente pagamentos a dois tipos de agentes públicos, quais são?! Existe tal diferença? Fundamenta justificadamente.

Avaliação do Encontro II

Envie teu feedback sobre o encontro que acabou, incluindo comentário sobre metodologia, ferramentas, recursos, interação entre pares e atuação docente.

Meu nível de dedicação e esforço foi:

- abaixo do esperado/necessário.
- satisfatório, pois cumpri leituras e dediquei tempo necessário.
- excelente, pois fui além e busquei outras fontes.

Qual tua avaliação sobre a qualidade do material escrito (textos/capítulos/aulas) repassado?

- Excelente.
- Bom.
- Regular.
- Ruim.
- Péssimo.

Qual tua avaliação sobre o jogo utilizado?

- Excelente.
- Bom.
- Regular.
- Ruim.
- Péssimo.

Qual tua avaliação sobre as discussões entre estudantes?

- Excelentes.
- Boas.
- Regulares.
- Ruins.
- Péssimas.

Qual tua avaliação sobre a atuação docente (do professor)?

- Excelente.
- Boa.
- Regular.
- Ruim.
- Péssima.

Mencione o que gostaste no encontro de hoje.

Após a resolução, um integrante do grupo fará a postagem da resposta em Fórum do tipo Pergunta&Resposta, informando os nomes dos componentes do grupo. Esta configuração de fórum não permite a imediata visualização das respostas dos demais grupos, sem que antes o grupo tenha elaborado e postado sua resposta. Assim, as respostas podem ser visualizadas após 30 minutos do efetivo envio de respostas, evitando respostas iguais ou que os grupos escolham exatamente as mesmas perguntas.

Segue figura com a disposição do respectivo fórum no ambiente virtual (certifique-se de que os estudantes estão localizados e com acesso à Internet):

Detalhamento do Fórum de Pergunta&Resposta criado no Moodle



Moodle do site HorárioNet, com detalhamento de fórum de perguntas e respostas criado para execução da atividade do encontro.

8º momento:

🕒 5 minutos

Revisão breve dos conteúdos

9º momento:

🕒 5 minutos

Confirmação de recebimento da atividade, indicação da avaliação do encontro e orientações para o próximo

Mencione o que pode ser melhorado.

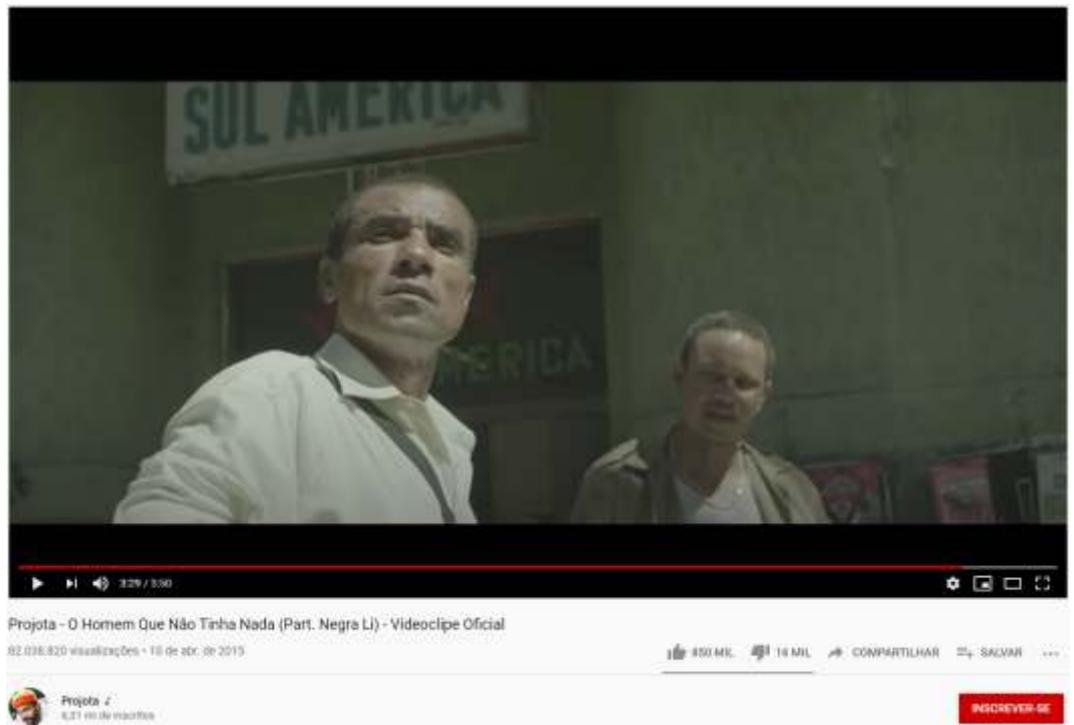
Ficaste com alguma dúvida sobre conteúdos de encontro de hoje?

Sugestão de vídeo complementar:

Outro videolipe que pode alimentar e servir de insumo para discussões futuras que contextualizem tributação, justiça social, segurança e criminalidade é o da música O homem que não tinha nada, de Projota, com participação de Negra Li (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7m0kmGkX8o8>).

Indique aos estudantes e explore em atividades futuras!

Videoclipe da música “O homem que não tinha nada”



Materiais:

- computador e/ou smartphone, com recursos de áudio e vídeo;
- conexão com a internet.

Recursos Educacionais:

- vídeo do YouTube;
- aplicativos do Zoom, Sympla, Quizizz e Mentimeter;
- questionário do Google Forms;
- fórum de perguntas e respostas no Moodle do site HorárioNet;
- grupo de conversação, acompanhamento e estímulo no WhatsApp;
- livro e materiais em pdf sobre Direito Tributário.

Metodologia:

A metodologia de elaboração da organização da aula é baseada na ideia de Sequência Didática conforme definição de Zabala (1998) e tem sua execução permeada pelo emprego de tecnologias, inclusive para uso nos smartphones de estudantes, e viabilizadoras do trabalho com metodologias ativas, consoante a caracterização de Bacich e Morán (2018).

Também as atividades serão conduzidas com base nos conhecimentos prévios identificados em exame diagnóstico aplicado em encontro anterior, por meio do qual serão verificados os subsunçores tratados por Ausubel, Novak e Hanesian (1980), bem como Moreira e Mansini (2001), tudo com vistas a auxiliar na organização dos conteúdos e criação de conhecimentos novos decorrente de um percurso de aprendizagem significativa.

Por fim, a seleção de videoclipe visa a contextualizar e conferir maior proximidade, o que confere papel de protagonismo ao estudante na construção de saber, dialoga com sua situação e contexto de vida, permitindo-lhe a reflexão crítica necessária para a tomada de decisão nas esferas cabíveis, como no caso de acompanhamento da administração pública e participação política.

Os empregos de TICs variadas, para além da melhoria da dinâmica e retenção de atenção nas aulas, permite gerar repositórios que serão cuidadosamente analisados, o que confere traços de dialogicidade, conforme tratado por Freire (2005), na medida em que redirecionarão a prática docente para os conteúdos, abordagens e estratégias de maior participação e

ENCONTRO III

Conteúdos teóricos:

Aula 2 - Espécies Tributárias

Aula 4 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Aula 5 - Contribuições Especiais e Empréstimos Compulsórios

ENCONTRO IV

Conteúdos teóricos:

Aula 6 - Obrigação Tributária

Aula 7 - Competência Tributária

Aula 8 - Dos Impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

ENCONTRO V

Conteúdos teóricos:

Aula 12 - Instituição dos Impostos e a Lei de Responsabilidade Fiscal

Aula 13 - Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar

Aula 14 - Imunidades Tributárias

Aula 16 - Crédito Tributário

Obs.: Essas atividades dos encontros seguintes não foram desenvolvidas.

Avaliação:

A avaliação será primordialmente formativa, possibilitando os redirecionamentos necessários e visando sempre o alcance de objetivos traçados, constituído um par dialético, conforme detalhado por Freitas et al (2009), e visará à formação humana integral de natureza crítico-reflexiva.

Nesse sentido, presença e execução de atividades, bem como participação nos momentos de interação torna-se algo essencial, não com intuito de ranqueamento ou para fins seletivos ou punitivos, mas pautados na ideia de construção colaborativa.

Importa reforçar que a avaliação do processo também deve considerar os vídeos utilizados e o estilo musical escolhido, em conexão da forma, da estética e da expressão com os conteúdos jurídicos que a partir dela podem ser trabalhados.

A verificação da aceitação do estilo musical é importante para ajustar novas escolhas e também para conferir elementos de diversidade e aceitação do outro e das diferenças, bem como lidar com formas de manifestação e expressão que lidem com problemas sociais sem descuidar de aspectos lúdicos e de movimento essenciais a qualquer existência digna, em reforço ao saber ser dentro de contextos.

Referências:

- ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário esquematizado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2010. Disponível em: <https://1drv.ms/b/s!Am2e57rP7jKVjwqYNwss2e61ZROM?e=7XTrua>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- BACICH, L; MORAN, J. (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.
- FONSECA, Luciane Schulz. **Noções de Direito Tributário**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2012. Disponível em: <https://efivest.com.br/wp-content/uploads/2018/11/tributario.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREITAS, L. C. de; SORDI, M. R. L. de; MALAVASI, M. M. S.; FREITAS, H. C. L. de. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. **Aprendizagem Significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Centauro, 2001.
- SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
<https://1drv.ms/u/s!Am2e57rP7jKVjwKltmzdmCBwk32c?e=EZ6voq>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- ZABALA, A. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O produto proposto foi desenvolvido a partir da experiência dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, especialmente com estudantes de cursos técnicos subsequentes e em disciplinas jurídicas.

As metodologias que permitem maior diálogo, interação e consideração de contextos contribuíram para a melhor execução dos conteúdos, com aprendizado de conteúdos técnicos e desenvolvimento de habilidades relacionadas com a inteligência emocional e essenciais para o bom convívio nos diversos espaços, contribuindo, então, para formar aprendizados para a vida.

As plataformas e ambientes foram escolhidos por representarem as melhores opções para os momentos de aplicação e consideradas as necessidades, os recursos disponíveis e os objetivos traçados, logo, o produto deve ser algo vivo e permite que sejam feitas as apropriações e adaptações cabíveis a cada cenário. Fique à vontade para ajustá-lo e, se quiser, envie suas impressões para nick.ugalde@ifac.edu.br.

Muito obrigado pela leitura!

